

**O DESENVOLVIMENTO DAS TRAJETÓRIAS DO COMPORTAMENTO
DELINQUENTE EM ADOLESCENTES INFRATORES**

Débora Frizzo Macagnan da Silva

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de
Doutor em Psicologia do Desenvolvimento,
realizada sob orientação do Prof. Cláudio S. Hutz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento
Porto Alegre, Outubro de 2002

“É como se a gente fosse dois...parece que tem dois aqui dentro: um capetinha e um anjinho e o capetinha é forte, sempre vence, o anjinho só vence nas coisa pequena. O anjinho é fraco. Quando parece que o anjinho tá crescendo sempre acontece uma coisa, ou vem alguém e puxa a gente lá pra baixo...”

R. T., 17 anos, interno do Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Cláudio S. Hutz, por me acolher na vida acadêmica, e por me ensinar, através de seu exemplo, a desenvolver um “olhar” de cientista diante do mundo;

Às acadêmicas do curso de Psicologia da UFRGS, Ana Paula Lazzaretti de Souza, Camila Becker e Lílian de Ávila Zaupa, pelo seu esforço, dedicação e superação. Sem o trabalho delas esta pesquisa teria sido impossível.

À direção e equipes de funcionários da *fase* (ex-Febem) e da 3ª Vara da Infância e Juventude, pela paciência e colaboração ao longo das intermináveis coletas de dados;

Aos colegas do Laboratório de Mensuração, em especial as amigas Débora, Janaína, Marúcia, Caroline e Cláudia, pela amizade e por partilharem comigo idéias, dúvidas, medos, alegrias, acertos e erros;

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho;

E, se for possível mensurar gratidão, o maior agradecimento é para o Maurício: amor, respeito, colaboração, paciência e admiração, estes são algum dos fatores protetivos que ele acrescentou na minha trajetória de vida. Ao seu lado, minha trajetória tem sido das mais felizes;

Finalmente, quero dedicar este trabalho e agradecer àqueles, que sem o saber, fazem de mim uma pessoa e uma psicóloga melhor: os jovens com os quais convivi ao longo desta pesquisa e “os guris” que recheiam o meu dia-dia-a dia com inquietações, tristezas e alegrias, com pequenas decepções e grandes esperanças.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	04
RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Adolescência.....	12
1.2 Delinquência juvenil e comportamento delinqüente	13
1.3 Eventos de vida e estratégias de <i>coping</i>	23
1.4 Estilo atribucional.....	24
1.5 Depressão na adolescência.....	28
1.6 Auto-estima na adolescência	31
1.7 Inteligência.....	33
CAPÍTULO II	
PRIMEIRO ESTUDO: ACOMPANHAMENTO RETROSPECTIVO E PROSPECTIVO DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE E AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL DE ADOLESCENTES INFRATORES	
2.1 Introdução.....	36
2.2 Método	
2.2.1 Participantes.....	37
2.2.2 Instrumentos.....	38
2.2.3 Procedimentos.....	39
2.3 Definições das Variáveis e Resultados	
2.3.1 Escolaridade.....	41

2.3.2	Atividade laborativa.....	41
2.3.3	Contato familiar e número de irmãos.....	42
2.3.4	Uso de drogas.....	43
2.3.5	Eventos de vida positivos.....	44
2.3.6	Atribuição de causalidade para eventos positivos.....	46
2.3.7	Eventos de vida negativos.....	47
2.3.8	Atribuição de causalidade para eventos negativos.....	48
2.3.9	Estratégias de <i>coping</i> para os eventos negativos.....	49
2.3.10	Teste de Inteligência Não Verbal – INV.....	51
2.3.11	Auto-estima.....	51
2.3.12	Depressão.....	52
2.3.13	Correlações entre as variáveis.....	53
2.3.14	Trajectoria retrospectiva do comportamento delinqüente.....	54
2.3.15	Trajectoria retrospectiva de inserção no sistema de atendimento à criança e ao adolescente.....	55
2.3.16	Trajectoria prospectiva de inserção no sistema de atendimento ao adolescente autor de atos infracionais e do comportamento delinqüente.....	58
2.4	Discussão.....	61

CAPÍTULO III

SEGUNDO ESTUDO: TRAJETÓRIAS DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE EM ADOLESCENTES INFRADORES BRASILEIROS: UM ESTUDO DE CASOS

3.1	Introdução.....	77
3.2	Método.....	77
3.2.1	Participantes.....	77
3.2.2	Procedimentos.....	77
3.3	Caso 1.....	78
3.4	Caso 2.....	81
3.5	Caso 3.....	83

3.6 Discussão.....	84
CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS	
ANEXO A:ROTEIRO DA ENTREVISTA DO ESTUDO I.....	103
ANEXO B:PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO DO ADOLESCENTE.....	104
ANEXO C:ESCALA DE DEPRESSÃO - CDI	105
ANEXO D:ESCALA DE AUTO-ESTIMA DE ROSENBERG.....	110
ANEXO E:CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO ESTUDO.....	112
ANEXO F: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequências e Percentagens de Adolescentes por Categoria de Ato Infracional.....	38
Tabela 2. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Escolaridade.....	41
Tabela 3. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Trabalho.....	42
Tabela 4. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Contato Familiar.....	42
Tabela 5. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Número de Irmãos.....	43
Tabela 6. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Uso de Drogas.....	44
Tabela 7. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Eventos Positivos.....	45
Tabela 8. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Atribuição Causal para Eventos Positivos.....	46
Tabela 9. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Eventos Negativos.....	47
Tabela 10. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Atribuição Causal para Eventos Negativos.....	49
Tabela 11. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Estratégia de <i>Coping</i>	50
Tabela 12. Correlações entre número de irmãos, trabalho, escolaridade, escores no INV, idade, escores na auto-estima e escores na depressão.....	53
Tabela 13. Médias e desvio padrão das variáveis relativas a trajetória retrospectiva de inserção no sistema de atendimento.....	55
Tabela 14. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria da Trajetória T1.....	57
Tabela 15. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria da Trajetória Total.....	59
Tabela 16. Resultados da Análise de Regressão das Trajetórias Totais (TT).....	60

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar, através de um delineamento longitudinal retrospectivo e prospectivo, as trajetórias do comportamento delinqüente, em adolescentes infratores brasileiros. Também se investigou variáveis individuais, familiares e sociais, consideradas fatores de risco para a delinqüência. Participaram 200 adolescentes, do sexo masculino, de baixo nível sócio-econômico, que cumpriam medidas sócio-educativas pelo cometimento de atos infracionais. Os adolescentes foram entrevistados individualmente e sua trajetória de vida foi acompanhada durante dois anos. Os resultados mostraram que em 72,5% dos adolescentes investigados ocorreu a desistência do comportamento delinqüente, e que em 26,5% ocorreu a persistência do comportamento delinqüente. Durante a realização da pesquisa dois adolescentes foram mortos. Análises de regressão mostraram que os melhores preditores destas trajetórias foram variáveis contextuais: trabalhar antes do cometimento dos atos infracionais, o número de internações em unidades de proteção durante a infância e a trajetória de inserção no sistema de atendimento à criança e/ou adolescente em situação de risco. Os resultados indicaram também a presença de características pessoais saudáveis nos jovens investigados, tais como um estilo atribucional interno, estratégias de *coping* adaptativas, altos níveis de auto-estima e baixos índices de depressão. Estes resultados devem ser levados em conta nas estratégias de intervenção com adolescentes em situação de risco social e pessoal para a delinqüência. Também confirmam a importância de intervenções que tenham como foco não somente os jovens, mas também sua comunidade, sua família, sua escola e o planejamento de programas que incrementem oportunidades de emprego.

Palavras-chaves: Adolescência; delinqüência; desenvolvimento.

ABSTRACT

The present study investigated developmental sequences in delinquent careers and individual, family and social risk factors to delinquency in juvenile delinquents by using retrospective and prospective longitudinal design. Participants were 200 adolescents, all males, 13 to 21 years old, criminal offenders convicted for armed robbery, murder, rape and other felonies. They all lived in poor neighborhoods. The adolescents were interviewed individually and their trajectory were followed during two years. The results showed that in 72,5% occurred desistence of delinquent behavior and in 26,5% occurred persistence of delinquent behavior. Two were killed during the course of the research. Regression analyses indicated that contextual variables are the best predictors of these trajectories: to have a job, number of placement in care services due to child maltreatment or negligence and type and number delinquent behavior in childhood. The results showed also healthy characteristics in these adolescents, as internal attributional style, positive and adaptative coping strategies, high self esteem and low levels of depression, despite of their adverse environments. These findings should be taken into account in interventions programs with adolescents at personal and social risk to delinquency. They also confirm the importance of intervention strategies that deal with developmental context such as community, family, schools and programs that foster job skills.

Key-words: adolescence, delinquency, development

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem falado, ouvido e discutido sobre violência, tanto nos meios acadêmicos, como na sociedade em geral. O interesse crescente pela violência justifica-se uma vez que ela tem se tornado um problema das sociedades modernas. No Brasil, nas últimas décadas, ela tem alcançado o segundo lugar como causa de mortalidade (Minayo & Souza, 1999). Além disso, com o incremento da quantidade e da rapidez dos meios de comunicação a violência, nos dias de hoje, adquire grande visibilidade e tem um grande impacto no sentimento de bem-estar e segurança das pessoas. Porém, na mídia e no cotidiano das pessoas, este tema quase sempre é abordado de maneira sensacionalista, preconceituosa e simplista.

Diante desta realidade, diversas ciências têm se debruçado sobre a violência, buscando compreendê-la e preveni-la. Apesar de distintas visões, com diferentes ênfases, estudiosos de diversas áreas concordam que a violência é um fenômeno complexo, de difícil definição e que possui um caráter de perenidade ao longo da história das sociedades humanas (Minayo & Souza, 1999). De uma maneira geral, a violência pode ser entendida a partir de duas grandes perspectivas que, por sua vez, englobam variadas disciplinas. A violência pode ser entendida como um fenômeno inerente à natureza humana e, portanto, inevitável. Disciplinas como a sociobiologia, a etologia e a psicanálise recorrem a uma noção de natureza agressiva do ser humano para compreender os atos violentos. Aqui, a violência aparece como sinônimo de agressividade, sendo esta um instinto básico do ser humano, necessário a sua sobrevivência.

Numa perspectiva distinta, a violência perde seu aspecto de inevitabilidade e é considerada como um comportamento aprendido e culturalizado. Ela é entendida não como uma questão biológica e natural, mas como um problema social e cultural, indissociável da realidade na qual se manifesta. Dentro desta ótica, Minayo e Souza (1999) definem violência como *“ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual”* (p. 514). Segundo as autoras, a violência se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais e deve ser tratada de forma empírica, pois não é um ente abstrato, mas algo que se traduz nas relações cotidianas. Compartilhando desta visão, este trabalho aborda a violência a partir das contribuições psicológicas das teorias da aprendizagem, que pressupõem que todo comportamento humano é aprendido nas relações estabelecidas com o meio ambiente. Mais

especificamente, este trabalho abordará um dos aspectos da violência, que é a delinquência dos jovens que, de diferentes formas, são vítimas e autores de atos violentos.

A escolha deste tema justifica-se pela magnitude com a qual a violência envolve e atinge os jovens hoje. Este fenômeno tem crescido tanto em países desenvolvidos como os Estados Unidos (Garbarino, 1999), como em sociedades latino-americanas (Klevens & Roca, 1999; Weaver & Maddaleno, 1999). No Brasil, o crescimento da violência juvenil é indissociável de uma série de características estruturais atuais como desigualdades sociais, exclusão social, incremento do uso e tráfico de drogas, desemprego, e ausência de um projeto social especialmente para crianças e adolescentes pobres. Os jovens, especialmente das camadas mais pobres, estão cada vez mais ingressando e permanecendo num modo de vida violento, no qual ora eles são autores e ora são vítimas, e que quase sempre tem conseqüências nefastas para a sua vida futura (Assis, 1999; Dimenstein, 1995; Minayo & Souza, 1999).

A partir da perspectiva da psicologia do desenvolvimento, este trabalho volta seu aspecto empírico e suas reflexões para esta parcela de jovens que tem seu ciclo desenvolvimental profundamente afetado, quando não interrompido precocemente, pela violência – os jovens autores de atos infracionais. Na trajetória de vida destes jovens, a violência adquire várias nuances, ora é sutil e tênue como num gesto de rejeição, ora é física e avassaladora como num assassinato. É tão intensa que parece realmente ser inevitável. Mas, como tão bem diz Soares (1993) “*o pessimismo da razão não deve desautorizar o otimismo da vontade*” (p. 7).

Nesse contexto de uma violência juvenil cada vez mais crescente e visível surge a extrema necessidade de estudos científicos que embasem reflexões e intervenções efetivamente eficientes com estes jovens. Reconhecendo que a delinquência juvenil é um fenômeno extremamente complexo e multifacetado e que qualquer aproximação empírica corre o risco de cair em reducionismos, este trabalho privilegiará aspectos psicológicos individuais da violência juvenil. Tem como premissa fundamental o fato de que comportamentos violentos são aprendidos e podem, portanto, ser desaprendidos e substituídos por outros mais saudáveis para a pessoa. Esta pesquisa é composta de dois estudos complementares, um quantitativo e outro de caráter qualitativo, que têm como objetivo investigar as trajetórias de vida e do comportamento delinqüente em adolescentes autores de atos infracionais.

1.1 Adolescência

O período do ciclo vital denominado adolescência pode ser definido de várias maneiras. Cada vez mais ele tem sido visto como uma fase do ciclo vital por si só e não meramente uma fase intermediária entre a infância e a adultez. Por outro lado, este movimento que parte da infância rumo à idade adulta dá a adolescência características de um período de transição do desenvolvimento, caracterizado por mudanças significativas nas esferas biológica, cognitiva e social (contexto familiar, escolar e grupo de pares) da vida (Dekovic, 1999). De qualquer modo, a adolescência tem sido considerada um fenômeno universal (Atwater, 1988), e há suficientes evidências de que o que acontece na adolescência é importante para o desenvolvimento subsequente (Ebata, Petersen & Conger, 1990; Petersen & Leffert, 1995).

Segundo Steinberg (1999), de um modo geral a adolescência inicia por volta dos 12 ou 13 anos, com as transformações físicas da puberdade, e termina por volta dos 18 ou 19 anos. Porém, uma vez que a adolescência não pode ser definida somente em termos de mudanças biológicas, mas como um complexo processo de desenvolvimento psicossocial, as fronteiras da adolescência nem sempre são claramente definíveis: ela pode começar antes das mudanças da puberdade e se estender para além da segunda década da vida. Há muitas controvérsias sobre quando a adolescência termina, uma vez que vários critérios podem ser utilizados para determinar seu final (Atwater, 1988). Osório (1992) distingue alguns indicadores universais e atuais que assinalam o término da adolescência: estabelecimento de uma identidade sexual e possibilidade de estabelecer relações afetivas estáveis, capacidade de assumir compromissos profissionais e manter-se, aquisição de um sistema de valores pessoais e relação de reciprocidade com a geração precedente. Segundo o autor, isto ocorreria por volta dos 25 anos na classe média brasileira, com variações para mais ou para menos, dependendo do contexto sociocultural da família. Para fins legais, no Brasil, considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990).

Alguns historiadores especulam que a adolescência, enquanto estágio da vida, é uma criação das sociedades e culturas industriais, sendo uma espécie de latência social, gerada a partir da necessidade de adiar o ingresso no mercado de trabalho dos jovens cujas famílias podem lhes fornecer uma educação mais prolongada e um preparo técnico profissional mais sofisticado (Climaco, 1991; Galambos & Leadbeater, 2000). Nas classes economicamente mais desfavorecidas este ingresso no mercado de trabalho é mais precoce, em função das necessidades de sobrevivência e da necessidade do jovem auxiliar na manutenção de sua

família (De Bonis, 2001). As tarefas desenvolvimentais propostas por Osório (1992), também acontecem cedo, nos primeiros anos da puberdade, sugerindo que nas classes mais baixas a adolescência começa e termina cada vez mais cedo.

De qualquer modo, a adolescência é uma fase do desenvolvimento especialmente vulnerável, marcada por intensas mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Tais mudanças ocasionam um aumento no número e na variabilidade de experiências de vida e um aumento nas demandas que os diferentes ambientes (família, escola, grupo de pares) fazem aos jovens (Diekstra, 1995). Como resposta a esta complexidade nos seus contextos desenvolvimentais e as rápidas mudanças corporais e suas conseqüências, alguns adolescentes podem apresentar um desenvolvimento saudável, enquanto outros podem apresentar problemas psicológicos e comportamentais.

Tais problemas podem ser categorizados em três grandes grupos: abuso de substâncias; problemas de internalização (aqueles “voltados para dentro” e manifestados através de perturbações emocionais e cognitivas, tais como, depressão e ansiedade); e problemas de externalização (aqueles “voltados para fora” e manifestados através de problemas comportamentais ou de atuação). Entre os problemas de externalização mais comuns está a delinqüência juvenil (Steinberg, 1999). É importante salientar que enquanto alguns adolescentes experenciam problemas em apenas uma destas categorias, outros experenciam problemas de todos os tipos simultaneamente, sendo que esta distinção é importante em termos de tratamento e prognóstico.

Atwater (1988) e Farrington (1995) propõem que a adolescência, por suas próprias características, pode ser considerada a fase do desenvolvimento de risco máximo para o desenvolvimento de problemas de externalização como a delinqüência. Loeber e Hay (1997) e Smith (1995) afirmam que as principais mudanças nos níveis de agressividade e violência ocorrem na adolescência. Os atos agressivos aumentam seu impacto e seu poder de causar danos ou morte devido ao aumento do tamanho e da força física do jovem. A letalidade das brigas e dos conflitos aumenta com o porte e uso de armas, que também são mais comuns nesta fase. A participação em *gangs*, típica desta idade, também contribui para elevar os níveis de violência entre os adolescentes, uma vez que as *gangs* estão associadas a uma maior disponibilidade de armas e a altos níveis de delinqüência.

1.2 Delinqüência juvenil e comportamento delinqüente

Até o momento não é possível encontrar um conceito unitário e universalmente válido para a delinqüência, uma vez que, diante de sua complexidade, várias disciplinas a tomaram

como objeto de estudo. A delinqüência juvenil tem sido estudada pela psiquiatria, pela psicologia, pela sociologia, pela antropologia, pelo direito, sendo que cada uma destas disciplinas enfatiza e busca esclarecer alguns aspectos deste fenômeno tão complexo, através de diferentes métodos de investigação. O que todas têm em comum é a percepção de que este é um fenômeno que não deve ser julgado valorativamente, mas deve ser conhecido e compreendido em toda sua amplitude, sem reducionismos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado quando se estuda a delinqüência juvenil é a questão da nomenclatura. A literatura psicológica, tanto nacional como estrangeira, refere-se a este fenômeno através de vários termos que são utilizados de modo intercambiável: delinqüência juvenil, distúrbio de conduta, distúrbio de comportamento, comportamento anti-social, criminalidade juvenil e problema de comportamento. Na presente obra serão utilizados preferencialmente os termos delinqüência juvenil e comportamento delinqüente ou delinqüencial. No entanto, cabe ressaltar que prefere-se utilizar o termo comportamento delinqüente, uma vez que ele fornece uma conotação de algo momentâneo, transitório, passageiro: o jovem ou a criança têm um comportamento delinqüente, que pode acontecer uma única vez ou se repetir, dependendo das contingências. Já o termo delinqüência juvenil tem a conotação de uma entidade, síndrome ou quadro mais estável, duradouro, o que contradiz o entendimento que ora se apresenta sobre este fenômeno. Ao se denominar um jovem como infrator ou delinqüente corre-se o risco, tão bem explicitado e detalhado por Foucault (1997), de reduzir toda sua vida e identidade ao ato infracional cometido. Ele passa a ser, não somente o autor de um ato, mas o próprio ato em si, ao qual se encontra preso por uma série de determinismos psicológicos, sociais e culturais.

O termo delinqüência é, por definição, um termo jurídico e não psicológico, uma vez que decorre da transgressão de normas codificadas. O que é considerado delinqüente em um momento e local pode estar em conformidade com a lei em outra época ou local. Os adolescentes, usualmente denominados delinqüentes, ou infratores, ou, ainda, autores de ato infracional, são aqueles que cometeram atos infracionais. Atos infracionais são as condutas descritas como crimes ou contravenções. Se cometidos por um adulto capaz levariam a um processo judicial, julgamento e condenação (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990; Mussen, Conger, Kagan & Huston, 1985). Estes crimes geralmente envolvem agressão e/ou violência. Loeber e Stouthaner-Loeber (1998) definem agressão como um ato que infringe dano físico e mental aos outros. Violência é definida como atos agressivos que causam sérios danos, tais como assaltos, estupros, roubos e homicídios.

Cabe ser ressaltado que a agressão e violência envolvidas na criminalidade juvenil podem ser entendidas como um sinal de má adaptação frente a circunstâncias e desafios de vida. Loeber e Hay (1997) mencionam que alguns autores (Richters & Cicchetti, 1993, por exemplo) encaram a agressividade e violência como uma resposta adaptativa frente às circunstâncias adversas. O comportamento anti-social não é visto como uma forma de patologia, mas como uma resposta necessária e inevitável da criança ou jovem para sobreviver em lugares onde os perigos para seu bem-estar são comuns. Sem a habilidade para agredir ou lutar, a pessoa seria constantemente vitimizada pela agressão dos outros. No entanto, a agressividade envolvida na criminalidade difere desta resposta adaptativa frente ao estresse e se torna patológica, uma vez que tende a ser uma resposta indiscriminada ao ambiente. Como afirmam Loeber e Hay (1997), ela é patológica por ser insensível a variações de ambiente e de indivíduos, por ser iniciada sem nenhum tipo de provocação prévia e ser disparada por eventos que, em outras pessoas, raramente provocam uma resposta violenta. Ela tende a ser generalizável a vários ambientes (casa, escola, comunidade) e a múltiplas vítimas (pais, irmãos, pares, estranhos). Justamente por ser freqüentemente dirigida a pessoa da própria casa, ela é um sinal de desajustamento.

Os adolescentes que cometem atos infracionais podem apresentar o diagnóstico de Distúrbio da Conduta. Segundo o DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002), a característica principal deste distúrbio é um padrão de conduta persistente, no qual são violados os direitos básicos dos outros e as principais normas da sociedade apropriadas para a idade. A perturbação do comportamento causa prejuízos significativos no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional e o padrão de comportamento em geral está presente em vários contextos, em casa, na escola e comunidade. Os adolescentes com este distúrbio usualmente iniciam a agressão e reagem agressivamente aos outros, podem ser fisicamente cruéis com os outros, destruírem a propriedade alheia e se envolverem em roubos. São comuns o uso regular do fumo, de bebidas alcoólicas ou drogas e comportamento sexual precoce. Baixa auto-estima, pouca tolerância à frustração, apatia, irritabilidade, explosões temperamentais e negligência provocativa são características freqüentes, assim como sérias violações de regras. A realização escolar também está abaixo do esperado para a idade. O grau de comprometimento varia de leve a grave, podendo implicar dificuldades legais, impedir a freqüência a uma escola comum ou viver em casa e trabalhar. Então, a perda da autonomia com a institucionalização pode ser necessária. É importante salientar que este diagnóstico somente pode ser atribuído ao jovem que tenha no mínimo 18 anos.

Na literatura sobre desenvolvimento a delinquência juvenil é definida de maneira intercambiável, ora como um distúrbio psicossocial, ora como um tipo de psicopatologia (Farrington, 1995; Loeber & Farrington, 1994). Dentro desta perspectiva desenvolvimental, e para fins deste estudo, a delinquência juvenil é considerada um distúrbio psicossocial do desenvolvimento que, por sua vez, pode acarretar prejuízos sociais, emocionais e cognitivos para o adolescente. Steinberg (1999) salienta a importância de se distinguir entre comportamentos delinquentes ocasionais e o desenvolvimento de carreiras criminais. A grande maioria dos jovens tende a infringir a lei pelo menos alguma vez durante seus anos de adolescência, o que não necessariamente configura delinquência juvenil.

As explicações causais para o desenvolvimento do comportamento delincente também fazem juz a sua complexidade, uma vez que remetem a fatores biológicos, sociológicos e psicológicos. Existe uma grande heterogeneidade de fatores causais e de risco para a delinquência, que não são excludentes, devendo ser levados em conta na sua compreensão (Atwater, 1988; Gomide, 1989; Loeber & Hay, 1997). As diferentes causas não são excludentes, uma vez que os jovens delinquentes não formam um grupo totalmente homogêneo, diferindo na forma como seu comportamento violento se desenvolve e se manifesta (Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Masten & Garmezy, 1985; Tate, Reppucci & Mulvey, 1995).

Quanto à etiologia da delinquência, Loeber e Hay (1997) distinguem dois tipos de causas. Existem aquelas a longo prazo, cujo efeito cumulativo só pode ser discernido no decorrer dos anos. Exemplos de causas a longo prazo são práticas parentais inadequadas e pobres e a exposição repetida à violência. Outro tipo de causa são aquelas a curto prazo, que aumentam a probabilidade de comportamentos violentos, especialmente para certos jovens (que já têm altos níveis de comportamento agressivo), e atuam junto com as de longo prazo. Exemplos destas causas são o consumo de álcool, de drogas e a inserção em *gangs*. Para aqueles indivíduos que não têm história de agressão e apresentam comportamento violento nas fases mais tardias do desenvolvimento, eventos estressores ambientais ou desordens psiquiátricas podem ser os fatores antecedentes que “disparam” a violência. Masten e Garmezy (1985) apontam como fatores de risco para a delinquência em crianças e jovens, o fato de morar em áreas pobres e densamente povoadas, vida familiar marcada pela pobreza e por um grande número de descendentes, negligência parental e padrões de cuidado e supervisão inadequados, sinais prematuros de comportamento antisocial na escola e em casa, agressividade, temperamento impulsivo, baixa inteligência, evasão escolar e um padrão inadequado de modelos em termos de responsabilidade social e comportamento acadêmico.

Garbarino (1999) enfatiza que, em se tratando de violência juvenil, é impraticável e inútil buscar por *uma* ou *pela* causa. Raramente um único fator determinará o futuro de um jovem. É justamente a sobreposição de influências e experiências negativas que dará conta das diferenças no desenvolvimento do jovem que se torna violento, sendo fundamental a noção de acumulação de fatores de risco.

Vários autores têm salientado a importância de não somente investigar as causas de determinada psicopatologia, mas especificar as causas relacionadas a sua etiologia e as causas relacionadas ao seu curso durante o desenvolvimento, isto é, ligadas à sua persistência ou desistência (Farrington, 1995; Lahey, Loeber, Hart, Frick, Applegate, Zhang, Green & Russo, 1995; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Steinberg, 1999; Steinberg & Avenevoli, 2000). Neste sentido, é importante especificar quais são os fatores de risco para o início dos comportamentos delinquentes, assim como quais fatores de risco predizem melhor a sua desistência ou persistência com o passar do tempo.

De acordo com Smith (1995), existe grandes evidências, provindas de estudos longitudinais sobre delinquência, de que há uma continuidade dos comportamentos denominados delinquentes da infância até a idade adulta. A presença de comportamentos violentos e agressivos na infância seria um dos melhores preditores de comportamentos delinquentes nas fases posteriores. No entanto, segundo Loeber e Hay (1997), os indivíduos violentos não têm, necessariamente, a mesma história comportamental. Alguns têm um desenvolvimento caracterizado pelo aumento na severidade de seus comportamentos agressivos, que se manifestam desde os primeiros anos da infância. Outros apresentam comportamentos violentos somente em fases mais tardias do desenvolvimento, como adolescência ou idade adulta, sem ter tido uma história pregressa violenta. Os modelos explicativos sobre delinquência devem, portanto, dar conta desta variabilidade na idade do seu início, que está relacionada com a trajetória futura deste comportamento.

Além da idade de início do comportamento delincente, a sua frequência e a sua estabilidade (persistência, desistência e escalada) também devem ser investigadas, especificando-se fatores de risco e proteção para cada um desses processos desenvolvimentais da delinquência. Ou seja, é importante construir modelos explicativos da história ou sequência desenvolvimental dos comportamentos delinquentes, que especifiquem as diferentes fases ou trajetórias da violência. Tais modelos fornecem uma compreensão maior da delinquência, permitindo previsões mais acuradas e ajudando no planejamento, monitoramento e avaliação de intervenções.

Farrington (1995) também salienta a importância de se investigar o que ele denomina processos desenvolvimentais do comportamento delinqüente, tais como a idade do início, a sua persistência, escalada e desistência, de modo a se alcançar uma compreensão mais acurada do complexo fenômeno da delinqüência. De acordo com este autor, persistência é o cometimento crônico de atos delinqüentes, sempre do mesmo tipo, que persiste ao longo dos anos da adolescência. Escalada é o cometimento crônico de atos delinqüentes, que persiste ao longo dos anos da adolescência, mas que é caracterizado por um aumento na agressividade e letalidade destes atos. Já a desistência refere-se ao processo de, após cometer um ou alguns delitos por um curto espaço de tempo, não apresentar mais este tipo de comportamento.

Loeber e Stouthamer-Loeber (1998) salientam a importância e a necessidade de estudos sobre que fatores promovem a desistência do comportamento delinqüente. O final da adolescência é uma fase típica para a desistência de comportamentos agressivos. Paradoxalmente, é também uma fase de pico de violência e de transição para suas formas cada vez mais sérias. Daí a importância de se especificar quais fatores promovem uma ou outra destas possíveis trajetórias.

Os dados acumulados pela literatura estrangeira, oriundos de 66 estudos longitudinais, foram sintetizados e analisados por um grupo de pesquisadores (Hawkins, Herrenkohl, Farrington, Brewer, Catalano, Harachi & Cothorn, 2000), através de metanálises. Este grupo chegou a um conjunto de fatores preditores de comportamento delinqüentes e violentos em jovens. Entre os fatores de risco individuais estão a presença de desordens de internalização, hiperatividade, início precoce deste tipo de comportamento e crenças favoráveis em relação a comportamentos desviantes. Entre os fatores familiares, os autores destacam a criminalidade parental, os maus-tratos na infância, prática parentais pobres e pouco afetivas, conflitos familiares e a separação entre pais e filhos na infância. Fracasso escolar e mudanças frequentes de escola também são citados como fatores de risco, assim como a inserção em gangues e relacionamentos com pares delinqüentes. Existem também os fatores ligados à comunidade na qual vivem os jovens: pobreza, desorganização, disponibilidade de drogas e armas, vizinhança com envolvimento em delitos e exposição a situações de violência.

Klevens e Roca (1999) chamam a atenção para o fato de que muito pouco se tem produzido em termos de estudos científicos sobre a violência em jovens em países que não utilizam a língua inglesa. Segundo os autores, isto é lamentável, pois na América Latina existem países nos quais a violência envolvendo jovens é muito presente. No Brasil, também existe uma lacuna de pesquisas científicas sobre o comportamento delinqüente em jovens. Destaca-se a pesquisa realizada por Assis (1999), que compara a vida de jovens infratores

com a de seus irmãos não infratores. O estudo destaca diferenças importantes no tipo de amizades e na capacidade de refletir sobre a vida e fazer planos para o futuro. No Rio Grande do Sul, existem alguns levantamentos realizados por estudos universitários ou por profissionais ligados às instituições de atendimento, mas não há nenhuma pesquisa ou publicação sobre este tema (Schuch, 2000).

Em termos de intervenções, no Brasil, os adolescentes com idade inferior a 18 anos, que cometem atos infracionais, por serem inimputáveis, estão sujeitos às medidas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Este documento surgiu como decorrência da Constituição de 1988 que, pela primeira vez na história brasileira, cuida da questão da criança e do adolescente como prioridade absoluta, considerando dever da família, da sociedade e do próprio Estado a sua proteção integral (Saraiva, 1999; Zaffaroni & Pierangeli, 1997). Quando verificada a prática de um ato infracional, as autoridades competentes podem aplicar as seguintes medidas sócio-educativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional, com perda da liberdade. Neste estabelecimento o adolescente deve participar de atividades pedagógicas, adequadas à sua idade, sexo e personalidade, que visem a sua reeducação e reintegração à família e sociedade (Gomide, 1998; Saraiva, Koerner Júnior & Volpi, 1997).

No Rio Grande do Sul, a execução das medidas sócio-educativas de semiliberdade e internação é de responsabilidade da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - FEBEM. Ela foi criada em 1969, com a finalidade de propor e executar, no âmbito do Estado, políticas de assistência aos “menores” carentes e abandonados, bem como dar seqüência às decisões proferidas pela Justiça de Menores com relação aos então considerados menores infratores (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002). Nesta época, não havia uma diferenciação de tratamento entre menor infrator e menor abandonado, todos eram abarcados na categoria denominada “situação irregular”. Esta denominação incluía tanto crianças e adolescentes abandonados, vítimas de maus-tratos, negligenciados e com desvios de conduta, como infratores.

Ao longo década de 80, ocorreram importantes mobilizações sociais incentivadas pela discussão internacional e pela discussão a respeito das políticas de atendimento ao menor. Este processo culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990. A partir desta nova legislação, na qual a doutrina da “situação irregular” vai ser substituída pela doutrina da “proteção integral à infância e adolescência”, ocorre um reordenamento das estruturas e concepções sobre infância e juventude. Passa a haver uma

distinção e especialização do atendimento, sendo que crianças e adolescentes abandonados são separados dos adolescentes autores de atos infracionais. Crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abandonados ou em qualquer outra situação de risco, passam a receber medidas de proteção, que incluem a internação em abrigos. Já os adolescentes autores de atos infracionais passam a receber as medidas sócio-educativas. Esta especialização constrói-se durante um longo processo, ao longo da década de 90, com a criação de um sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei. São construídas unidades específicas para este fim, além da produção de um discurso sobre os modelos de atenção ao jovem, que inclui o abandono da denominação “menor infrator”. No ano de 1999 (data na qual se inicia este trabalho), a Febem contava com 14 unidades especializadas no atendimento ao adolescente autor de ato infracional (Jardim, 2000; Schuch, 2000).

Dando prosseguimento a este processo de elaboração de diretrizes para a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, em 2000 é elaborado o PEMSEIS – Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade. Este programa é uma proposta de atendimento aos adolescentes que cumprem as medidas de semiliberdade e internação coerente com as diretrizes do ECA. Finalmente, no ano de 2002, são aprovados o reordenamento jurídico e a mudança de nome da Febem. Surge uma nova fundação, responsável pela execução destas medidas, que passa a se chamar *fase* – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002).

Contudo, apesar de todo esse processo de mudanças nas políticas públicas e no sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei, no Brasil, a inserção dos adolescentes em instituições, com a perda da liberdade, ainda não tem se mostrado uma intervenção eficaz na modificação do comportamento delinqüente. Estudo recente (Macagnan da Silva, 1999) demonstrou um índice de reincidência na internação privativa de liberdade de 61,8%. A institucionalização, baseada em práticas coercitivas, tem produzido efeitos negativos no desenvolvimento emocional e social dos adolescentes (Chaves, 1994; Gomide, 1998; Oliveira & Assis, 1999). O encarceramento durante a adolescência pode resultar em privações de experiências de vida e/ou em experiências agudas ou crônicas altamente estressantes. Ambos fatores podem prejudicar o desenvolvimento do adolescente, levando a *déficits* na aprendizagem de habilidades cognitivas e sociais importantes para a vida adulta ou ao surgimento ou incremento de várias formas de psicopatologia.

O próprio cometimento de atos infracionais acaba restringindo, através de vários processos, a quantidade e o tipo de contato que o jovem estabelece com o mundo exterior e,

consequentemente, as possibilidades de aprendizado dos mesmos. Uma vez que o jovem comece a cometer atos infracionais que não sejam tolerados socialmente, ele tende a se agregar a outros jovens que tenham o mesmo tipo de comportamento e que valorizam esta prática. Esta influência do grupo de pares, além de reforçar o comportamento delinquencial, tende a restringir as possibilidades de novas amizades, de novos contatos interpessoais e, consequentemente, restringir as possibilidades de aprendizagem de novas habilidades sociais que não envolvam a agressão ou violência. Esta influência nociva do grupo de iguais permanece quando o jovem ingressa nas instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas, uma vez que elas tendem a reunir, em locais fechados e com pouco contato com o mundo exterior, um grande número de jovens com comportamento delinqüente (Hutz & Silva, 2002a).

O jovem que comete delitos tende, também, a apresentar dificuldades na escola, uma vez que suas atividades ilícitas e seu estilo de vida são incompatíveis com aquilo que a escola espera e cobra dele. Além disso, educadores nem sempre estão preparados para lidar com esta problemática, de modo que uma prática comum de resolver problemas decorrentes do fato de ter em sala-de-aula um aluno que comete delitos tende a ser a exclusão deste. Assim, se perpetua um “circulo vicioso”, já que um importante fator de risco para a delinqüência é a evasão e o baixo rendimento escolar (Assis, 1999; Garbarino, 1999; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998). Estudos na realidade brasileira (Assis, 1999; Macagnan da Silva, 1999) têm demonstrado que o jovem delinqüente tem um baixo nível educacional, muito abaixo do esperado para sua idade cronológica, sendo que muitos nunca foram alfabetizados.

Esta ausência da escola pode gerar dificuldades para o desenvolvimento pleno das capacidades cognitivas e causa um empobrecimento das possibilidades de emprego e de desenvolvimento profissional futuro, dificultando ainda mais uma tarefa típica da adolescência que é elaborar um plano profissional para a vida. Diante de uma realidade de mercado de trabalho que se torna cada vez mais complexa e que exige cada vez mais e maiores habilidades de um candidato a emprego, a saída precoce do jovem da escola contribui para que ele permaneça desempregado ou sub-empregado. Isto, por sua vez, é um dos fatores que contribui para a entrada do jovem no mundo das atividades ilícitas, como tráfico ou roubo, que lhe garantem bons rendimentos financeiros, além de *status* no seu próprio grupo de iguais. Estas atividades podem ter como uma provável consequência a ameaça a própria sobrevivência, mas esta é uma consequência negativa que está longe e, portanto, não consegue controlar o comportamento do jovem, no sentido de emitir comportamentos para

evitá-la. A prática de atos ilícitos, infelizmente, no contexto desenvolvimental destes jovens, é uma fonte imediata de reforçadores importantes como o dinheiro e tudo o que ele pode comprar: drogas, roupas novas, carros, equipamentos de lazer, reconhecimento dos colegas e prestígio entre as adolescentes. Portanto, têm uma força grande como controladora do comportamento (Hutz & Silva, 2002a).

Este prejuízo na vida escolar acompanha o jovem quando ele ingressa nas instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas. Nem sempre estas instituições conseguem oportunizar escolaridade para todos os jovens que estão sob sua guarda. Os jovens não conseguem completar o ensino fundamental e médio, nem têm acesso a cursos profissionalizantes, que poderiam ajudá-los a obter uma colocação no mercado de trabalho formal, quando da sua saída da instituição. Isto ocorre devido a uma série de limitações estruturais inerentes ao atual sistema de atendimento ao jovem autor de ato infracional, que não serão aqui abordadas, pois fogem ao escopo desta obra, mas que colaboram para a permanência do jovem infrator numa eterna situação de risco para seu desenvolvimento.

Todas estas experiências de vida, ligadas à exclusão, convivência diária com violência, perigo e insegurança geram, também, dificuldades no desenvolvimento emocional do jovem infrator. Estes jovens tendem a viver sem conseguir estabelecer e/ou manter relações afetivas duradouras e confiáveis. Eles não se permitem ou não conseguem estabelecer laços de intimidade e confiança, uma vez que suas histórias de aprendizagens não forneceram modelos para isto. E esta ausência de intimidade, de afeto e de confiança com o mundo exterior se mantém dentro das instituições (Assis, 1999; Macagnan da Silva, 1999), o que dificulta o aprendizado de novos modos de se relacionar com o mundo.

E finalmente, uma terrível consequência da delinquência é a interrupção da própria vida do adolescente. Vários adolescentes morrem, geralmente de modo violento, em tiroteios entre gangues, com suas vítimas ou com a polícia, ainda durante a adolescência ou nos anos iniciais da adultez. O número crescente de mortes de jovens em contextos de violência tem sido uma fonte grande de preocupação, sendo que este fenômeno passou a ser de interesse não mais somente das áreas *psis* ou jurídica, tornando-se um tema urgente de saúde pública (Minayo & Souza, 1999; Waiselfisz, 1998). Além das mortes violentas, alguns jovens falecem em virtude de doenças infecto-contagiosas contraídas ao longo de suas trajetórias de vida marcadas pelo uso de drogas, precocidade e promiscuidade da vida sexual, pouco acesso a condições de higiene e saneamento básico em seus locais de moradia e a serviços eficientes de saúde (Assis, 1999; Macagnan da Silva, 1999).

Buscando uma compreensão de meninos que tornam-se adolescentes violentos, Garbarino (1999) salienta a importância de se conhecer o que estes jovens pensam e sentem sobre o mundo, sobre seu próprio mundo e sobre si mesmos, porque é sobre e com este mundo interno que as influências ambientais exercem seu papel, levando à violência. A seguir é apresentada uma revisão teórica sobre algumas características psicológicas que podem colaborar na compreensão do mundo psicológico de adolescentes delinquentes e que estão relacionadas com o desenvolvimento de comportamentos delinquentes.

1.3 Eventos de vida e estratégias de *coping*

O estudo do desenvolvimento humano cada vez mais tem salientado a importância dos diferentes contextos desenvolvimentais nos quais a pessoa está inserida. Durante a adolescência ocorre um aumento na quantidade, variabilidade e complexidade destes contextos (Diekstra, 1995). Vários estudos têm se dedicado a investigar o contexto através do estudo das experiências ou eventos de vida em adolescentes, uma vez que o tipo e a quantidade destes eventos afeta a qualidade do desenvolvimento, e podem tornar-se fatores de risco para o bem-estar dos adolescentes (Adams & Adams, 1996; Allison, Burton, Marshall, Perez-Febles, Yarrington, Kirsh & Merriwether-DeVries, 1999; Compas, 1995; Ge, Lorenz, Conger, Elder & Simons, 1994). Para investigar os eventos de vida, tais estudos têm utilizado preferencialmente instrumentos baseados em auto-relatos.

Paralelamente ao estudo dos eventos ou experiências de vida, surge o interesse em investigar os fatores que moderam a relação entre eventos negativos de vida e um mal-ajustamento. Entre estes fatores está a maneira como o adolescente lida com os eventos de sua vida, ou seja, quais são as suas estratégias de *coping*.

O *coping* do adolescente envolve a sua habilidade em responder às adversidades da vida. As estratégias de *coping* podem ser definidas, a partir do modelo teórico proposto por Folkman e Lazarus em 1980, como os esforços cognitivos e comportamentais despendidos pelos indivíduos para lidar com situações estressantes, crônicas ou agudas (Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira, 1998).

O modo pelo qual o adolescente lida com os eventos estressantes é uma diferença individual muito importante, que determina a vulnerabilidade ou a resiliência ao estresse (Compas, 1995; Dekovic, 1999; Steinberg, 1999). Existem relações bidirecionais entre *coping* e boa adaptação durante a adolescência. O tipo de estratégia de *coping* que o adolescente usa para lidar com os eventos de sua vida moderará o efeito destes eventos, podendo tornar-se um fator protetivo. Por outro lado, o tipo de eventos aos quais o adolescente é exposto também

afeta suas estratégias de *coping*. Além disso, características pessoais como depressão, inteligência e idade também são variáveis moderadoras destas relações (Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira, 1998; Herman-Stahl & Petersen, 1996).

É importante salientar que não existem, *a priori*, estratégias de *coping* mais ou menos eficazes. A eficácia da estratégia somente pode ser avaliada no contexto no qual ela é utilizada (Antoniazzi, Dell'Aglio & Bandeira, 1998; Lazarus, 2001). De acordo com a literatura (Aunola, Stattin & Nurmi, 2000; Compas, 1995), a eficiência de uma estratégia de *coping* está relacionada com a capacidade de distinguir as situações nas quais há ou não a possibilidade de provocar uma modificação nos eventos estressores, ou seja, com as crenças de controlabilidade da pessoa. Crenças de falta de controle pessoal estão relacionadas com estratégias menos funcionais e maladaptativas. O aprendizado da capacidade de distinguir situações nas quais um efetivo controle pessoal é possível e o desenvolvimento de crenças de controle pessoal seriam, portanto, importantes tarefas desenvolvimentais da adolescência.

Para avaliar *coping*, a imensa variedade de estudos existente tem utilizado medidas de auto-relato, devido à natureza subjetiva deste construto. Na grande maioria dos estudos, é solicitado aos participantes que relatem algum evento negativo ou estressante e indiquem o modo como lidaram com ele. É importante destacar que, além dos vieses do auto-relato, este tipo de medida retrospectiva é altamente influenciável por variáveis individuais de memória, processamento cognitivo e personalidade (Ptacek, Smith, Espe & Raffety, 1994).

A literatura tem apontado uma grande diversidade de estratégias de *coping* utilizadas (Losoya, Eisenberg & Fabes, 1998; Ryan-Wenger, 1992), sendo que cada autor descreve um sistema de categorias de *coping* diferente, denominando as estratégias de acordo com categorias pré-determinadas, baseadas em pesquisas anteriores, ou através de análise de conteúdo. Ryan-Wenger (1992) apresenta uma taxonomia, que é uma síntese de trabalhos empíricos sobre estratégias de *coping* em crianças, e que chega a 15 categorias de *coping*: atividades agressivas, comportamento de evitação, de distração, evitação cognitiva, distração cognitiva, solução cognitiva de problemas, reestruturação cognitiva, expressão emocional, resistência, busca de informação, atividade de isolamento, atividade de autocontrole, busca de suporte social, busca de suporte espiritual e modificação do estressor. Outros autores (Losoya, Eisenberg & Fabes, 1998) referem ainda a estratégia de inação.

1.4 Estilo atribucional

Estilo atribucional pode ser definido como o modo habitual de explicação das causas de eventos bons e ruins (Rodgers, 1991) ou como a tendência a fazer um determinado tipo de

inferência causal, através de diferentes situações e através do tempo (Metalsky & Abramson, 1981). É uma variável cognitiva, que está inserida na Teoria da Atribuição Causal, um conjunto de postulados teóricos e resultados de pesquisas referentes ao processo de explicação da ocorrência dos fatos na vida de cada um. Kelley (1973) caracteriza a Teoria da Atribuição como uma concepção geral sobre a maneira pela qual as pessoas pensam e analisam a questão causa-efeito e salienta a relevância desta teoria para aqueles campos da psicologia nos quais o auto-conceito é considerado importante. Segundo Worchel, Cooper e Goethals (1990), as pessoas fazem atribuições ou explicações causais tanto para o comportamento dos outros como para o seu próprio e este processo de atribuição causal tem um papel importante na sua autopercepção, percepção do mundo e nos seus sentimentos de controle.

Os teóricos da atribuição estão preocupados com as percepções da causalidade, ou com as razões ou causas percebidas, pelo sujeito, para os eventos ao seu redor. Um dos principais modelos teóricos recentes sobre a atribuição de causalidade foi proposto por Bernard Weiner (1985), classificando as causas atribuídas aos eventos em três categorias ou dimensões, de acordo com suas propriedades. Neste modelo, o principal objetivo é descobrir as propriedades subjacentes às causas, mais do que conhecer as próprias causas, uma vez que as dimensões estão relacionadas com a predição do comportamento futuro (Piccinini, 1988).

A primeira dimensão refere-se ao *locus* da causalidade, ou ao grau em que a causa de um evento está primariamente ligada ao protagonista da situação (causa interna) ou a algo externo à pessoa (causa externa). Como exemplo de causas internas pode-se citar a habilidade e o esforço da pessoa. Como externas pode-se citar a sorte, o poder das outras pessoas e a natureza das tarefas. A segunda dimensão refere-se à natureza temporal das causas. Uma causa pode ser relativamente estável com o passar do tempo (causa estável) ou pode mudar de um momento para outro (causa instável). A habilidade da pessoa e a natureza das tarefas podem ser consideradas causas estáveis e o esforço e a sorte podem ser consideradas instáveis. A terceira dimensão refere-se à intencionalidade ou ao quanto determinada causa está sob o controle volitivo da pessoa. Uma causa pode estar sob influência voluntária da pessoa (causa controlável) ou não sofrer nenhuma influência voluntária (causa incontrolável). A habilidade, a sorte e a natureza das tarefas podem ser consideradas incontroláveis, enquanto o esforço pode ser controlável pela pessoa (Piccinini, 1989; Weiner, 1985).

Weiner (1985, 1990) chama atenção para o fato de que nem sempre o processo de atribuição causal é puramente racional. Uma vez que a própria pessoa pode ser percebida como agente causal, mecanismos defensivos podem se manifestar. Influências irracionais e hedonistas levam a pessoa a fazer atribuições defensivas, que visam manter um estado afetivo

positivo e agradável no ego. Eventos negativos tendem a ser atribuídos a causas externas, enquanto eventos positivos tendem a ser atribuídos a causas internas. Atribuições defensivas ou tendenciosas tendem mais a ser feitas, quando o objeto é o próprio comportamento.

Uma vez que a atividade de atribuição é motivada pela busca de maior controle sobre o mundo, a teoria pressupõe que a pessoa, no seu processo de atribuição causal, tende a especificar uma única causa para o seu próprio comportamento e dos demais. No entanto, quando algum tipo de atribuição tem como implicação a perda do controle da situação, a pessoa pode querer alocar múltiplas causas para um evento, criando uma ambigüidade causal, justamente para preservar sua noção de controle sobre o comportamento (Harvey & Weary, 1984).

Existem diferenças individuais nas inferências causais. Tendências duradouras ou inclinações permanentes por determinado tipo particular de percepção causal fazem com que pessoas tendam a perceber determinada causa ou tipo de causa (Weiner, 1990). Daí o termo estilo atribucional, indicando uma variável cognitiva relativamente consistente através do tempo e de diferentes situações. Weiner (1990) fala nas predisposições atribucionais como traços cognitivos.

Segundo Weiner (1985, 1990), as causas percebidas dos eventos têm importantes conseqüências no comportamento, uma vez que suas propriedades podem afetar tanto os sentimentos da pessoa em relação aos eventos, como as suas expectativas e seus desempenhos em relação aos eventos futuros. Kelley (1973) afirma que as atribuições causais atuam como propulsoras das ações e das decisões sobre os caminhos possíveis desta ação. Worchel, Cooper e Goethals (1990) também afirmam que o tipo de atribuição causal que a pessoa tende a fazer sobre o próprio comportamento afeta seus sentimentos e suas expectativas em relação ao seu futuro, às suas próprias ações e aos resultados que ela pode gerar.

Weiner (1990) afirma que o estudo do estilo atribucional pode auxiliar na compreensão do desamparo, da depressão e do bem-estar de um modo geral. A literatura aponta (Weiner, 1985, 1990; Worchel, Cooper & Goethals, 1990; Lefcourt, 1976, 1984, 1991) que a tendência a atribuir causas internas e controláveis a eventos pessoais se constitui num estilo atribucional mais saudável, principalmente nas situações em que se deseja incentivar a liberdade e a responsabilidade pessoal. A internalidade e a controlabilidade estão relacionadas com a capacidade de resiliência do indivíduo, já que a pessoa resiliente percebe-se apta a controlar o que acontece ao seu redor de modo a alcançar seus objetivos. Glasgow, Dornbusch, Troyer, Steinberg e Ritter (1997) propõem uma caracterização do estilo atribucional como funcional *versus* disfuncional. Um estilo funcional seria um padrão de

inferência causal que reflete um senso de confiança pessoal e uma disposição em aceitar a responsabilidade pelas próprias ações e suas conseqüências. Adolescentes que expressam este estilo vêem a si mesmos como agentes eficazes, capazes de emitir os comportamentos necessários para conseguir um resultado desejado. Um estilo disfuncional, ao contrário, implica relutância em assumir a responsabilidade pelas próprias ações e pelos resultados que ela pode gerar. Adolescentes com este estilo colocam a responsabilidade em fatores externos quando fazem inferências causais.

No Brasil, destaca-se o estudo realizado por Dela Coleta, que investigou a relação entre atribuição de causalidade a eventos críticos sofridos e a resposta de enfrentamento em sujeitos que experimentaram infortúnios graves: presos, cegos e amputados (Dela Coleta, 1982). Os resultados deste estudo mostram, entre outros, que as pessoas vítimas de infortúnio tendem a utilizar atribuições defensivas para explicar o que lhes acontece e tendem à externalidade. As respostas de enfrentamento utilizadas frente às situações também sofreram influência dos processos atribucionais.

Para investigar as atribuições causais, uma série de instrumentos tem sido utilizada, variando desde questionários e escalas até entrevistas de final aberto. No Brasil, foram realizadas replicações dos estudos americanos sobre atribuição, utilizando-se como instrumentos cenários com histórias de sucesso e fracasso (Rodrigues, 1984a) e auto-relatos de situações de sucesso e fracasso e respectivas atribuições (Dela Coleta & Godoy, 1986). Dela Coleta utilizou, em seu estudo com cegos, presos e amputados, entrevistas para investigar a atribuição a eventos de infortúnio (Rodrigues, 1984b). Dell`Aglío (2000), em um estudo recente com populações em situação de risco, também utilizou entrevistas para avaliar o estilo atribucional.

Na medida em que se quer investigar os sentimentos de controle de uma pessoa em relação à própria vida e o modo pelo qual ela percebe e reage frente às circunstâncias adversas, as três dimensões propostas por Weiner (1985), internalidade, estabilidade e controlabilidade, das causas percebidas devem ser levadas em consideração, uma vez que influenciam o desempenho da pessoa nos diversos contextos de sua vida.

A percepção de controle em relação ao que lhes acontece e o estilo atribucional são apontados pela literatura como importantes mediadores cognitivos da agressividade em adolescentes e, conseqüentemente, como uma variável individual importante em estudos sobre a delinqüência (Báguena & Díaz, 1991; Loeber & Hay, 1997; Short & Simeonsson, 1986).

1.5 Depressão na adolescência

De acordo com Shaver e Brennam (1991), a depressão pode ser abordada sob duas perspectivas, que diferem no que diz respeito a sua natureza. Uma delas considera e trata a depressão como uma forma de doença afetiva, caracterizada por sentimentos constantes de tristeza, desânimo e desesperança, e que requer intervenções medicamentosas. Esta perspectiva reflete-se na presença da depressão como uma categoria diagnóstica oficial no DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002). Outra perspectiva considera a depressão um sentimento como outro qualquer, como uma forma de tristeza, relacionada a fracassos pessoais percebidos, problemas de relacionamento, perdas e isolamento social. Segundo Merikangas e Angst (1995), a depressão é uma emoção humana normal, que pode ser entendida como um *continuum*, que vai desde uma resposta normal frente a um evento adverso até uma expressão extrema de tristeza, caracterizada por incapacitação, profunda desesperança e ideação suicida. O indivíduo deprimido passa a ter uma visão do mundo diferenciada das demais pessoas: é como se “uma nuvem preta” obscurecesse completamente as suas características positivas e as do meio ao seu redor. Portanto, o termo depressão pode ser usado para se referir a uma desordem mental, a um sintoma ou a um sentimento ou estado de humor. A abordagem sócio-cognitiva pressupõe que as pessoas se tornam deprimidas através de um processo de causalidade recíproca, envolvendo três fatores: causas ambientais, como eventos de vida adversos (perdas, fracassos); causas cognitivas, ou seja, o modo como os eventos adversos são interpretados ou processados cognitivamente pelo indivíduo; e causas comportamentais, ou seja, que tipo de ambiente ou situações a pessoa cria para si mesmo (Bandura, 1997).

Quanto à adolescência, Diekstra (1995) e Steinberg (1999) mostram diversos estudos epidemiológicos que apontam para um aumento da depressão em jovens neste século. Considera-se que a depressão pode ter grandes repercussões sobre o processo da adolescência. O aumento na complexidade das mudanças pessoais, nas demandas do ambiente e nas experiências de vida podem ser percebidas como estressantes, o que aumenta a probabilidade da presença de reações depressivas na adolescência (Ge, Lorenz, Conger, Elder & Simons, 1994).

A sintomatologia depressiva na adolescência inclui sinais afetivos, cognitivos, fisiológicos e comportamentais, incluindo comportamentos suicidas e o suicídio, que tem se tornado uma importante causa de morte entre os adolescentes (Diekstra, 1995; Ebata, Petersen & Conger, 1990; Masten & Garmezy, 1985). Além do suicídio, outras conseqüências adversas da depressão na adolescência estão relacionadas com a interrupção que os sintomas

depressivos causam nas tarefas desenvolvimentais, ligadas à educação, vida social e afetiva. Estas interrupções, por sua vez, podem gerar *feedbacks* negativos para o adolescente, de modo que as conseqüências da depressão acabam servindo para a sua manutenção. Dependendo da cronicidade, recorrência, severidade e comorbidade dos sintomas depressivos, a depressão na adolescência pode acarretar prejuízos que se estendem até a vida adulta, como por exemplo, seqüelas na capacidade de estabelecer relacionamentos sociais e restrição nas escolhas ocupacionais dos adolescentes (Merikangas & Angst, 1995).

As reações depressivas, no entanto, não são uma resposta direta frente aos novos desafios inerentes à fase do desenvolvimento ou decorrentes do aumento da complexidade das demandas e das relações sociais da vida dos adolescentes. Elas são mediadas por uma série de variáveis cognitivas do adolescente, tais como, estilo atribucional, auto-estima (Robinson, Garber & Hilsman, 1995), estratégias de solução de problemas percebidas (Adams & Adams, 1996) e capacidade de lidar com novos desafios (Ebata, Petersen & Conger, 1990).

É importante salientar, ainda, que as reações depressivas não são constantes e contínuas no decorrer da adolescência. Existem mudanças desenvolvimentais na ocorrência e na experiência da depressão, que estão relacionadas à idade e ao gênero. Os sentimentos depressivos tendem a aumentar com o passar da idade e, no meio da adolescência, a depressão tende a ocorrer três vezes mais em garotas do que em garotos. Além disso, é importante distinguir a reação depressiva que tem seu início (ao menos aparente) na adolescência daquela que é uma continuação de uma reação surgida na infância, uma vez que os fatores etiológicos de um problema na adolescência podem ser bem diferentes daqueles que causam e mantêm um problema desde a infância. Assim, o início de reações depressivas na adolescência é mais observado em garotas, reações que persistem desde infância estão mais relacionadas com dificuldades escolares iniciais do que as que iniciam na adolescência, e foram encontrados menos fatores familiares nos casos surgidos na adolescência, do que nos casos que tiveram um início na infância e persistiram até a adolescência (Ebata, Petersen & Conger, 1990).

Merikangas e Angst (1995) enumeram alguns fatores de risco e de proteção para o surgimento da depressão em adolescentes. Algumas características do indivíduo parecem potencializar os riscos para a depressão. São elas: aumento da idade, gênero feminino, baixo nível socioeconômico, traços de personalidade específicos e presença de fatores ambientais desencadeantes como perdas e separação dos pais. Uma história familiar de depressão tem sido considerada um dos mais fortes fatores de risco para esta desordem, apesar dos achados de estudos (Ebata, Petersen & Conger, 1990; Merikangas & Angst, 1995) indicarem que qualquer tipo de psicopatologia parental é um poderoso preditor de depressão nos filhos. Por

outro lado, existem alguns fatores individuais que parecem proteger os adolescente da depressão. São eles: sucesso na vida escolar, envolvimento em atividades extracurriculares, competência social, relações sociais positivas com adultos fora da família, autopercepção positiva, competência intelectual, popularidade e apoios sociais adequados.

Estudos têm apontado uma relação íntima na adolescência entre depressão e delinquência. Tais estudos apontam para relações bidirecionais, ou seja, tanto adolescentes deprimidos estariam em risco para apresentar comportamentos delinquentes, como a delinquência teria, como uma de suas conseqüências, reações depressivas (Garbarino, 1999; Steinberg, 1999).

Durante a adolescência existe uma dificuldade em se identificar a depressão. Características típicas da adolescência, tais como, turbulência afetiva e de idéias, crise de identidade e baixa auto-estima podem levar a dificuldades, quanto à precisão, nos dados sobre a prevalência da depressão na adolescência. É natural que todo adolescente apresente sentimentos de tristeza ou mesmo sintomas depressivos, dependendo do momento, o que caracteriza uma situação distinta do desenvolvimento de um distúrbio ou transtorno depressivo (Salle, Segal & Sukiennik, 1996).

Existem vários métodos para se avaliar depressão. Uma vez que não existe uma só definição de depressão existe, também, uma grande variedade de medidas de depressão, sendo que cada uma delas enfatiza alguns dos aspectos envolvidos no fenômeno: afetivo, comportamental, cognitivo ou vegetativo. Os métodos de avaliação disponíveis diagnosticam desde a presença de humor deprimido e comportamentos depressivos, até uma desordem depressiva maior. Tais métodos variam desde *checklists* de sintomas, até instrumentos diagnósticos altamente estruturados, como entrevistas. Os *checklists* possuem propriedades psicométricas bem estabelecidas, porém, têm a desvantagem de fornecer dados descontextualizados e restritos a um período de tempo, que podem dificultar o diagnóstico. Já as entrevistas apresentam vantagens na obtenção de dados, uma vez que permitem a obtenção de uma gama maior de informações, tais como o contexto, duração e freqüência dos sintomas depressivos (Merikangas & Angst, 1995).

Shaver e Brennan (1991) listam algumas das escalas utilizadas para avaliar depressão em crianças e adolescentes. A escala mais utilizada é o CDI (*Children's Depression Inventory*), derivada do BDI, com algumas revisões no número, no conteúdo e nos escores dos itens, para adequação ao nível cognitivo de crianças e adolescente. O CDI foi adaptado para o Brasil por Gouveia, Barbosa, Almeida e Gaião (1995), apresentando aceitáveis parâmetros psicométricos.

1.6 Auto-estima na adolescência

Blascovich e Tomaka (1991) definem auto-estima como o componente avaliativo de uma ampla representação do *self*, o autoconceito. A auto-estima seria o componente afetivo do autoconceito, sendo este um conceito mais amplo, que inclui, também, componentes cognitivos e comportamentais. Segundo estes autores, a auto-estima pode ser considerada como um traço de personalidade, uma vez que o seu nível tende a ser consistente no mesmo indivíduo. Outra definição é a de Bednar e Peterson (1995), que consideram auto-estima como um subjetivo, duradouro e afetivo senso de auto-aprovação ou de valor pessoal. Bandura (1997) define auto-estima como o julgamento que alguém faz sobre o próprio valor.

A auto-estima tem várias origens. A perspectiva cognitiva aponta tanto origens interindividuais, nos processos de aprendizagem social, como origens intraindividuais, nos processos cognitivo-afetivos internos. Na infância, ela se origina nos processos de aprendizagem interpessoal. A criança gradualmente adquire crenças sobre si mesma que são um reflexo do modo pelo qual ela é tratada pelo seu ambiente social. A partir daí, as pessoas tendem a avaliar a si mesmas do mesmo modo pelo qual foram avaliadas pelas pessoas significativas na sua infância. Pessoas que tiveram um ambiente social afetivo, favorável, aprovador e responsivo provavelmente tenham índices maiores de auto-estima do que aquelas provenientes de ambientes não tão favoráveis. Mas, além da aprendizagem interpessoal, processos intrapessoais têm um importante papel no desenvolvimento e manutenção da auto-estima. As pessoas, além de receberem *feedback* sobre seu valor provindo de seus relacionamentos sociais, executam auto-avaliações internas que são fonte de *feedbacks* internos contínuos sobre o seu valor. Esta auto-avaliação interna (processo de perceber, monitorar, pensar sobre e avaliar o próprio comportamento com base em determinados padrões) pode ou não ser coerente com as avaliações provindas dos outros, e ambos processos têm papel decisivo na manutenção da auto-estima (Bandura, 1979, 1997; Bednar & Peterson, 1995).

De um modo geral, uma criança com alta auto-estima será um adolescente com alta auto-estima. No entanto, ela aumenta levemente durante a segunda década da vida, sendo que este aumento é antecedido por um inicial declínio no começo da adolescência, relacionado às rápidas modificações corporais típicas da puberdade, percebidas como incontroláveis pelo jovem. O período de maior flutuação da auto-estima é por volta dos 12, 13 anos. As mudanças desenvolvimentais primárias da adolescência, ligadas à puberdade, provocarão mudanças chamadas secundárias, como por exemplo, na autopercepção e na auto-estima que, por sua vez, afetarão o modo como o adolescente se relaciona com seu mundo social. Estas

relações, por seu turno, afetarão todo o desenvolvimento do adolescente. Assim, as mudanças corporais afetarão a imagem corporal do adolescente e sua auto percepção provocando oscilações no seu nível de auto-estima. A natureza destes efeitos, no entanto, varia com o gênero e o contexto cultural do adolescente. Outros fatores que têm grande impacto na auto-estima do adolescente são o contexto familiar e escolar. Há evidências de que famílias calorosas, responsivas, coesivas e que utilizam preferencialmente técnicas educativas democráticas tendem a incrementar a auto-estima dos filhos adolescentes, independentemente da sua estrutura. Quanto à escola, estudos também demonstram que períodos de transição ou de mudança de escola podem ter efeitos negativos na auto-estima do jovem, enquanto que sucesso acadêmico pode elevar a auto-estima. Além disso, educadores têm considerado a auto-estima um fator importante para a aprendizagem: estudantes com alta auto-estima têm um desempenho escolar melhor daquele de seus pares com mais baixa auto-estima. Percebe-se que, no que diz respeito à escola e à família, existem estudos que apontam tanto para a influência das experiências nestes contextos sobre a auto-estima, como para o caminho inverso: a influência da auto-estima nas experiências envolvendo escola e família (Atwater, 1988; Steinberg, 1996).

As auto-avaliações que uma pessoa faz de si mesma exercem uma influência poderosa em seus afetos e comportamentos, atuando como mediadores em várias circunstâncias. A auto-estima estaria relacionada com muitos problemas de comportamento em adolescentes: depressão, suicídio e comportamento anti-social (Dekovic, 1999; Harter, 1996). Uma série de estudos relaciona a auto-estima com a delinqüência em adolescentes, mas apresentando divergências sobre esta relação. Alguns consideram que uma baixa auto-estima levaria o jovem a comportamentos delinqüentes, percebidos como uma forma do jovem elevar a auto-estima (Gomide, 1998; Masten & Garmezy, 1985). Outros estudos apontam para o inverso: adolescentes com alta auto-estima tenderiam a apresentar comportamentos delinqüentes (Garbarino, 1999; Loeber & Hay, 1997).

Atwater (1988) e Steinberg (1999) propõem que, embora a auto-estima seja muitas vezes considerada unidimensional ou global, ela pode, assim como o autoconceito, ser multidimensional. Para cada área ou domínio da vida do adolescente a auto-estima funciona diferentemente. Harter (1998), também, refere-se à controvérsia existente na literatura sobre a globalidade *versus* a especificidade da auto-estima e a existência de achados empíricos consistentes com as duas perspectivas. A autora salienta que estas duas posturas não são, necessariamente, incompatíveis. A partir da idade escolar, a pessoa pode julgar seu próprio

valor na globalidade dos aspectos de sua vida e, também, julgar seu valor em domínios específicos (acadêmico, social, aparência física, etc.).

A avaliação da auto-estima envolve algumas dificuldades conceituais e metodológicas. Uma vez que existem várias definições científicas de auto-estima e que este conceito também faz parte do vocabulário popular é difícil conseguir uma definição padronizada, universal, que possa embasar uma “medida” de auto-estima. A natureza subjetiva da auto-estima (a maneira como cada um percebe o próprio valor), também, impõe restrições à sua mensuração, sendo necessário o uso de medidas de auto-relato, apesar dos vieses inerentes a este método. Este tipo de medida tem sido o mais utilizado nos estudos sobre auto-estima. Outra questão que se impõe é o debate unidimensionalidade *versus* pluridimensionalidade. Alguns autores advogam que uma medida global, unidimensional tem maior valor preditivo, enquanto outros preferem maior especificidade nas medidas (medir a auto-estima em cada área de vida). Considerando a complexidade destas questões, compreende-se a multiplicidade e variedade de medidas de auto-estima existentes na literatura. A medida mais utilizada e conhecida é a *Rosenberg Self-Esteem Scale* (1965), uma medida unidimensional tipo *Likert*, que pode ser usada para adultos e adolescentes e com uma alta consistência interna (Blascovich & Tomaka, 1991).

1.7 Inteligência

Uma revisão da literatura sobre as relações entre inteligência e comportamento delinqüente mostra que os estudos são inconclusivos acerca desta relação. A inteligência tem sido apontada como importante fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento de comportamentos delinqüentes. Loeber e Hay (1997) afirmam que a agressividade é um produto, entre outros fatores, de um *déficit* intelectual, sendo que esta relação é mais presente no sexo masculino. Uma baixa inteligência seria, então, um preditor de delinqüência juvenil. A inteligência também é apontada como um fator preditor para a persistência de comportamentos anti-sociais (Lahey, Loeber, Hart, Frick, Applegate, Zhang, Green & Russo, 1995). Farrington (1995) apresenta uma série de estudos que aponta baixa inteligência não-verbal como preditora de delinqüência e encarceramento em adolescentes.

Por outro lado, Loeber, Hart, Frick e Applegate (1995) escrevem que não existem ainda evidências suficientes de diferenças entre delinqüentes e não delinqüentes em termos de inteligência.

Relacionado com a questão da inteligência, está o fato de que os jovens delinqüentes tendem a ter uma baixa *performance* escolar e a abandonar a escola prematuramente. Tais

relações não indicam causalidade entre delinquência e baixo QI ou fracasso escolar, mas outros processos subjacentes que a literatura aponta como ainda não esclarecidos (Garbarino, 1999; Macagnan da Silva, 1999; Smith, 1995; Steinberg, 1999). Este abandono da escola pode ser um fator de risco, tanto para o início, como para a persistência de comportamentos delinquentes (Dekovic, 1999).

A inteligência, quando considerada como o resultado em um teste de QI, pode ser avaliada através de vários instrumentos. No Brasil, Pierre Weil desenvolveu o INV, um teste de inteligência geral não-verbal, adequado para populações de baixa escolaridade ou não alfabetizadas e provindas de zonas rurais.

O desenvolvimento na adolescência, Diekstra (1995) afirma que nas últimas décadas as tarefas desenvolvimentais dos adolescentes têm crescido em número e complexidade. Por outro lado, a quantidade de apoios sociais disponíveis, de recursos e de habilidades sociais, materiais e psicológicos dos contextos nos quais se dá o desenvolvimento não têm acompanhado em qualidade e quantidade aquele crescimento. Além disso, condições sociais adversas, tais como dificuldades econômicas, desemprego, conflitos familiares, abuso físico e sexual, também, têm aumentado nas últimas décadas. Assim, uma grande parcela de jovens têm ficado numa posição desvantajosa para enfrentar as tarefas típicas desta fase, tornando-se o desenvolvimento uma tarefa muito estressante. Como uma reação a esta situação discrepante entre demandas do desenvolvimento e ambientais de um lado e escassos apoios e recursos socioecológicos de outro, pode surgir o incremento de comportamentos delinquentes, o desenvolvimento de carreiras criminais e suas conseqüências negativas para o desenvolvimento.

Tendo em vista a problemática que a delinquência pode acarretar para o desenvolvimento do adolescente e a escassez de estudos sobre esta temática na realidade brasileira, definiu-se como objetivo deste estudo investigar longitudinalmente o desenvolvimento do comportamento delinvente em jovens infratores brasileiros, enfatizando seus processos desenvolvimentais (idade de início, persistência, escalada e desistência).

Pretendeu-se, através de um delineamento longitudinal retrospectivo e prospectivo, conhecer a história passada dos comportamentos delinquentes e de inserção no sistema de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco de uma coorte de adolescentes infratores, bem como acompanhar o transcorrer desta história ao longo da adolescência. Tal delineamento, de acordo com Loeber e Farrington (1994) e Tremblay (2000), é adequado para se estudar o desenvolvimento da delinquência, pois permite estudar a sua história natural, seus

processos de continuidade, descontinuidade, frequência, persistência e escalada, estabelecendo seqüências desenvolvimentais. Além disso, permite investigar como eventos ou conseqüências posteriores podem ser preditas a partir de fatores anteriores no desenvolvimento.

Além disso, este estudo teve como objetivo conhecer como se apresentam, em jovens infratores, algumas variáveis psicológicas individuais, familiares e sociais apontadas pela literatura (Hawkins, Herrenkohl, Farrington, Brewer, Catalano, Harachi & Cothorn, 2000), como fatores de risco para a delinqüência e suas conseqüências, e que contribuem para o conhecimento do mundo psicológico de adolescentes delinqüentes. Estas variáveis são auto-estima, depressão, inteligência, estilo atribucional, eventos de vida, estratégias de *coping*, contato familiar e tamanho da família, uso de drogas, escolaridade e trabalho.

Este estudo utilizou como critério de definição de delinqüência juvenil, o fato do adolescente estar cumprindo medida sócio-educativa prevista na legislação brasileira para o cometimento de ato infracional. Tal critério foi investigado nos registros oficiais da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem - RS e do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre - RS.

Cabe salientar que, apesar do objeto de estudo desta pesquisa – o comportamento delinqüente em adolescentes autores de atos infracionais – estar situado no campo da psicopatologia do desenvolvimento, a pressuposição básica deste trabalho é a necessidade da promoção dos aspectos saudáveis dos jovens. De acordo com a literatura recente sobre desenvolvimento (Ceconello & Koller, 2000; DuBois & Felner; 1999; Galambos & Leadbeater, 2001), cada vez mais se faz necessário focar não somente as patologias, mas também as potencialidades de cada indivíduo e seus processos adaptativos, de modo que, a partir destas, se possa promover sua competência diante das tarefas da vida. É neste enfoque positivo que se propôs a realização deste projeto.

CAPÍTULO II

PRIMEIRO ESTUDO: Acompanhamento retrospectivo e prospectivo do comportamento delinqüente e avaliação psicossocial de adolescentes infratores

2.1 Introdução

Este estudo longitudinal teve como objetivo acompanhar a história do comportamento delinqüente em adolescentes infratores, enfatizando as diferentes trajetórias que este comportamento pode seguir ao longo dos anos da infância e adolescência. Concomitantemente, se pretendeu acompanhar a trajetória de inserção destes adolescentes no sistema de atendimento à criança e/ou adolescente em situação de risco e/ ou autor de ato infracional.

Paralelo a esse acompanhamento, foi realizada uma investigação de variáveis psicológicas, familiares e sociais apontadas pela literatura estrangeira como estando relacionadas ao desenvolvimento do comportamento delinqüente. Pretendeu-se verificar como tais variáveis se apresentam na realidade brasileira, ainda pouco explorada através de pesquisas científicas.

Os objetivos deste estudo foram:

1. Investigar retrospectivamente a trajetória do comportamento delinqüente de adolescentes infratores, identificando idade de início, tipo e quantidade de comportamentos;
2. Investigar retrospectivamente e prospectivamente a trajetória de inserção destes adolescentes no sistema de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e/ ou autor de ato infracional, identificando: tempo no sistema, número de ingressos em unidades de atendimento protetivo (abrigos), número de ingressos em unidades para medidas sócio-educativas, idade do primeiro ingresso no sistema e idade do primeiro ingresso pelo cometimento de ato infracional;
3. Acompanhar prospectivamente a trajetória do comportamento delinqüente de adolescentes infratores, avaliando os processos desenvolvimentais deste comportamento: continuidade, persistência, escalada e desistência;
4. Investigar as seguintes variáveis: inteligência, auto-estima, depressão, eventos de vida, estilo atribucional, estratégias de *coping*, escolaridade, atividade laborativa, contato familiar, número de irmãos e uso de drogas e as possíveis relações entre elas, e com o comportamento delinqüente;

5. Investigar o valor preditivo destas variáveis individuais e da trajetória retrospectiva do adolescente sobre a trajetória prospectiva do comportamento delinqüente.

2.2 Método

2.2.1 Participantes

Participaram deste estudo 200 adolescentes infratores, do sexo masculino, com idade entre 13 e 20 anos ($M=16,5$ anos; $d,p,1,4$), de nível sócio-econômico baixo, que estavam cumprindo as medidas sócio-educativas previstas no ECA, durante o segundo semestre de 1999. Neste ano, a população total do sistema Febem era de 597 adolescentes, sendo 95,3% do sexo masculino e 50,9 %, com idade entre 16 e 17 anos (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002).

Os participantes foram selecionados aleatoriamente entre os adolescentes de cada unidade da Febem/RS e na 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS. Destes, 62 adolescentes (31,3%) estavam cumprindo medidas abertas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade; 24 (11,9%) estavam em regime de Semiliberdade e 114 (56,8%) estavam em regime de Internação Privativa de Liberdade. Cabe salientar que todos os adolescentes que estavam cumprindo medida de Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade estavam em progressão de medida, isto é, já haviam passado, no máximo, há seis meses atrás, pela Internação Privativa de Liberdade.

Quanto à sua procedência, 113 (56,2%) eram naturais de Porto Alegre ou de cidades da Grande Porto Alegre, 50 (24,9%) eram procedentes de cidades do interior do RS e um (0,5%) era procedente de outro estado.

Quanto ao tipo de ato infracional cometido, os adolescentes podem ser divididos em cinco categorias de atos infracionais, construídas a partir do Código Penal (2000):

1. atos infracionais contra patrimônio (inclui dano ao patrimônio, estelionato, furto, furto qualificado, roubo, roubo qualificado, violação de domicílio e porte ilegal de armas)
2. atos infracionais contra liberdade sexual (inclui atentado ao pudor e estupro)
3. atos infracionais relacionados a tóxicos (inclui fabricação de entorpecentes, tráfico de entorpecentes, posse e uso de entorpecentes).
4. atos infracionais contra a pessoa (inclui homicídio, latrocínio, lesões corporais, seqüestro e cárcere privado).
5. sanções institucionais (inclui descumprimento de medida, mandato de busca e apreensão e apresentação à justiça fora do prazo).

A distribuição dos adolescentes por categoria de ato infracional é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Frequências e Percentagens de Adolescentes por Categoria de Ato Infracional

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. atos infracionais contra patrimônio	135	67,7
2. atos infracionais contra liberdade sexual	09	4,5
3. atos infracionais relacionados a tóxicos	14	7,0
4. atos infracionais contra a pessoa	31	15,4
5. sanções institucionais	11	5,5

Os dados acima corroboram os achados de outras pesquisas, realizadas por Mário Volpi, na década de 90, sobre o perfil do adolescente autor de ato infracional no Brasil, que indicam que a maioria destes (52,4%) cometeu atos contra o patrimônio (Schuch, 2000).

2.2.2 Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos:

Para investigar eventos de vida, estratégias de *coping* e estilo atribucional foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro está no Anexo A.

Para avaliar a inteligência foi utilizado o Teste de Inteligência Não-Verbal INV - Forma C. Este teste foi elaborado no Brasil, por Pierre Weil, para populações com ensino fundamental ou analfabetas. Consta de um caderno com 60 questões que medem funções como inclusão em classes, seriações e relações espaciais (Manual Bateria Cepa, s.d.). Em pesquisa recente de avaliação dos testes de inteligência publicados no Brasil, no que se refere à qualidade do material, da documentação, das instruções e dos itens, o INV apresentou uma boa avaliação (Noronha, Sbardelini & Sartori, 2001).

Para avaliar a auto-estima foi utilizada a Escala de Auto-Estima de Rosenberg (Rosenberg, 1965) adaptada para o Brasil por Hutz (2000). Esta escala, do tipo *Likert* , composta por 11 itens, é a medida mais utilizada e conhecida de auto-estima, fornecendo uma medida unidimensional e possui uma alta consistência interna (Blascovich & Tomaka, 1991) (Anexo D).

Para avaliar a depressão foi utilizado o *Children's Depression Inventory – CDI –* (Kovacs, 1985). Esta escala foi elaborada por Kovacs para detectar a presença e a severidade

de sintomas depressivos na infância e adolescência. O CDI foi adaptado para o Brasil por Gouveia, Barbosa, Almeida e Gaião (1995), apresentando adequados parâmetros psicométricos. Este instrumento também foi utilizado em pesquisas recentes no Rio Grande do Sul, com crianças e adolescentes, apresentando igualmente aceitáveis parâmetros psicométricos: *alpha* de Cronbach = 0,82 (Giacomoni, 1998) e 0,94 (Dell’Aglia, 2000) (Anexo C).

Para investigar a escolaridade, a atividade laborativa, o contato familiar, o número de irmãos e o uso de drogas foram analisados os prontuários dos adolescentes. O prontuário do adolescente é um documento oficial, de acesso restrito à direção e equipe técnica das unidades, bem como aos operadores jurídicos¹, e que o acompanha desde seu ingresso no sistema de atendimento, tendo um caráter cumulativo. Neste documento estão as peças processuais relativas à vida judicial do adolescente, os seus dados sócio-demográficos, os relatórios de todos os atendimentos recebidos pelo adolescente, das atividades por ele desenvolvidas e das ocorrências disciplinares ocorridas durante a execução da medida. Também constam no prontuários os relatórios avaliativos realizados semestralmente pelas equipes das unidades e que servem como um dos subsídios aos magistrados para determinar progressões ou regressões de medidas. Laudos e pareceres psicológicos e psiquiátricos e exames médicos também fazem parte do prontuário.

Para investigar retrospectivamente a história do comportamento delinqüente dos adolescentes, bem como a história de inserção destes adolescentes no sistema de atendimento à criança e adolescente em situação de risco e/ ou autor de ato infracional foram analisados os prontuários e os Registros de Dados Gerais sobre o Adolescente (AGERs), materiais estes disponibilizados pela Febem/RS.

Para acompanhar prospectivamente a história do comportamento delinqüente dos adolescentes, bem como a história de inserção destes adolescentes no sistema de atendimento à criança e adolescente em situação de risco e/ ou autor de ato infracional, foram utilizadas como fontes de informações um Protocolo de Acompanhamento do Adolescente (Anexo B) e os AGERs (Registro de Dados Gerais sobre o Adolescente).

2.2.3 Procedimentos

Inicialmente foi realizado o sorteio aleatório dos participantes entre todos os adolescentes que estavam cumprindo medida sócio-educativa em cada unidade da Febem/RS

¹ Advogados, Promotoria, Defensoria Pública e Magistrados.

e na 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS, durante o segundo semestre de 1999.

Após o sorteio, foram realizadas as entrevistas e a aplicação das escalas. Esta avaliação foi realizada individualmente, nas dependências de cada unidade da Febem/RS e na 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS. Após a avaliação, foram analisados os prontuários dos adolescentes. Esta primeira etapa do estudo teve duração total de cinco meses.

A seguir, a cada seis meses, a contar a partir da data da avaliação de cada adolescente, os mesmos foram recontactados, de modo a se avaliar a sua trajetória naquele semestre e a sua situação naquele momento. Esta situação poderia ser cumprindo medida, fugado ou liberado. Este acompanhamento aconteceu até o primeiro semestre de 2002, tendo como duração total, dois anos e meio.

No último contato, no primeiro semestre de 2002, com os adolescentes que estavam cumprindo medida sócio-educativa na Febem/RS, foi realizada uma reaplicação dos instrumentos (INV, CDI e Escala de Rosenberg), com a finalidade de avaliar as características psicométricas dos mesmos, bem como possíveis mudanças nos níveis de inteligência, depressão e auto-estima. As mudanças nos níveis de inteligência poderiam ser devidas ao fato de que, permanecendo internado, o adolescente frequenta diariamente escola e cursos profissionalizantes. A regularidade destas atividades pode propiciar o desenvolvimento de habilidades que favoreceriam um melhor desempenho num teste de inteligência, tais como capacidade de concentração, desenvolvimento do raciocínio, familiaridade com manuseio de lápis e papel e autocontrole da própria motilidade.

Inicialmente o projeto desta pesquisa foi apresentado à direção da Febem e ao Juizado da Infância e Adolescência, de modo a obter o consentimento para a realização do mesmo. Este consentimento encontra-se no Anexo F. Após esta autorização, o projeto foi apresentado às direções de cada unidade da Febem, a fim de se obter o consentimento para a coleta dos dados em cada uma delas, uma vez que enquanto os jovens cumprem medida sócio-educativa, a sua guarda é de responsabilidade da direção de cada unidade.

A participação dos adolescentes foi voluntária e foi obtido o consentimento verbal de cada participante. Foram tomados todos os cuidados para a preservação do sigilo, do anonimato e da confidencialidade dos dados. Durante todo o período da pesquisa, a mesma foi acompanhada pela Assessoria de Planejamento e Pesquisa, órgão interno da Febem, responsável pelo acompanhamento das atividades de pesquisa que ocorrem no contexto da instituição. Ao final da pesquisa, a mesma será apresentada no Fórum de Pesquisadores

(organizado mensalmente pela Assessoria de Planejamento e Pesquisa), bem como para as equipes de trabalho de cada unidade da *fase*.

2.3 Definições das variáveis e resultados

2.3.1 Escolaridade

A escolaridade dos adolescentes, no momento da primeira avaliação, foi obtida através das informações dos prontuários. Os dados quanto ao tempo de frequência na escola foram agrupados em três categorias. A Tabela 2 apresenta as frequências e percentagens de adolescentes em cada categoria de escolaridade.

Tabela 2. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Escolaridade

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. de 0 a 60 meses de frequência à escola	134	66,7
2. de 61 a 96 meses de frequência à escola	43	21,4
3. 97 meses ou mais de frequência a escola	03	1,5
4. dado não disponível no prontuário	20	10,4

Uma vez que a média de idade destes adolescentes é de 16,5 anos, percebe-se que a escolaridade está abaixo do adequado para a faixa etária. A grande maioria deles frequentou a escola apenas nos anos iniciais, até a quinta série do ensino fundamental. Apenas três jovens estariam na faixa de escolaridade adequada para a sua idade, ou seja, cursando o nível médio do ensino. Estes dados confirmam a defasagem já conformada em estudos anteriores (Schuch, 2000) entre a idade cronológica dos adolescentes e sua escolaridade.

2.3.2 Atividade laborativa

As informações quanto às atividades de trabalho, antes do cumprimento da medida no momento da primeira avaliação foram obtidas através das informações dos prontuários e dos próprios jovens. Foram construídas duas categorias dicotômicas quanto ao trabalho (trabalho e não trabalho), apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Trabalho

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. trabalhava antes da medida	123	61,2
2. não trabalhava antes da medida	18	9,0
3. dado não disponível no prontuário	59	29,8

Antes do cumprimento da medida, a grande maioria dos jovens exercia alguma atividade laborativa. Quanto ao tipo de trabalho desempenhado foram citadas atividades de biscates, jardinagem, ajudante na construção civil, pedreiro, carroceiro, papelheiro, pintor, agricultor, mecânico e chapeador, chapista e *office-boy*.

2.3.3 Contato familiar e número de irmãos

Para se conhecer um pouco a respeito da relação dos jovens com suas famílias foram obtidas informações sobre com quem o jovem mantém contato (caso cumpra medida aberta ou visite a família nos fins-de-semana, quando cumprindo medida privativa de liberdade com possibilidade de atividade externa) ou mantinha contato antes de estar cumprindo a medida. O critério de manter contato é morar junto, ver freqüentemente e/ou receber visita na unidade, e esta informação foi obtida através das informações dos prontuários e dos próprios jovens. Foram construídas quatro categorias, quanto ao tipo de contato familiar, que são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Contato Familiar

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. contato com os dois pais e/ou irmãos	50	24,9
2. contato com um dos pais e/ou irmãos	86	42,9
3. contato com outros parentes (avós, tios, primos, padrinhos) e/ou companheira e/ou filho	27	13,4
4. nenhum contato com a família	08	4,0
5. dado não disponível no prontuário	29	14,8

As informações obtidas indicam que a maioria dos jovens tem contato com a família, mas esse contato é com apenas um dos progenitores em 42,9% dos adolescentes estudados.

Através das informações dos prontuários e dos próprios jovens foi obtido o número de irmãos, como uma forma de conhecer o tamanho da família destes jovens. Foram construídas três categorias de número de irmãos, apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5. Freqüências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Número de Irmãos

<i>Categoria</i>	<i>Freqüências</i>	<i>Percentagens</i>
1. de 0 a 3 irmãos	89	44,5
2. de 4 a 7 irmãos	94	47
3. 8 ou mais irmãos	17	8,5

Dos adolescentes investigados, 47% possuem entre quatro e sete irmãos, 44,5% possuem até três irmãos e 8,5% possuem mais de oito irmãos, sendo que o número médio é de quatro irmãos. São considerados aqui tanto irmãos biológicos como adotivos e tanto bilaterais como unilaterais.

2.3.4 Uso de drogas

Através dos prontuários e dos próprios jovens foram obtidas informações acerca do uso de droga, no momento da primeira avaliação, ou antes de estar cumprindo a medida já que, estando o jovem internado em uma unidade privativa de liberdade, se pressupõe a interrupção do uso de drogas.

Foram construídas quatro categorias quanto ao tipo de uso de drogas, que são apresentadas na Tabela 6. Para fins de categorização, o uso abarca tanto a Dependência de substâncias como o Abuso de substâncias, de acordo com os critérios diagnósticos do DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2002).

Tabela 6. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Uso de Drogas

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1.usa drogas lícitas: tabaco e álcool	12	6,0
2. usa drogas lícitas: tabaco e álcool e loló, e ilícitas: maconha, cocaína e crack	174	87
3. não usa nenhum tipo de droga	13	6,5
4.usa medicação psicotrópica como droga	01	0,5

Os dados mostram que a grande maioria dos jovens (87%) usa vários tipos de drogas, tanto ilícitas, como lícitas. Usar somente drogas lícitas corresponde a uma minoria dos jovens (6,0% no total). Apenas 6,5% dos jovens não usa nenhum tipo de droga.

Os eventos de vida positivos e negativos, a atribuição de causalidade para tais eventos e as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com os eventos negativos foram investigadas através de uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro é apresentado no Anexo A. Esta entrevista foi submetida à Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), extraindo-se categorias significativas de resposta para cada uma das variáveis. Três juizes cegos categorizaram os conteúdos das entrevistas, obtendo um índice de concordância de 80% para cada variável.

2.3.5 Eventos de vida positivos

Foram extraídas nove categorias de eventos de vida positivos, descritas a seguir:

1. **Progressão de medida:** inclui ter progredido de medida e/ou ter ganhado liberdade.
2. **Família:** inclui situações que envolvem proximidade ou presença da família: ficar perto dos pais, irmãos e/ou outros parentes, receber visitas destes, e ir para a casa de parentes.
3. **Pares:** inclui relacionamentos com namoradas, noivas e amigos, que são fonte de sentimentos bons e de prazer; inclui receber telefonemas e visitas destas pessoas, “se dar bem com alguém” da mesma faixa etária, estabelecer e manter amizades e participar de atividades sociais que envolvam interações sociais com pares.
4. **Diversão:** inclui viagens, excursões, passeios, festas de aniversário e outras festas.
5. **Estudo/Trabalho:** inclui estar trabalhando e estudando, ter conseguido um emprego, ter trabalhado ou estudado, ser aprovado na escola, obter boas notas, aprender uma profissão, estar fazendo algum curso dentro ou fora da Febem.
6. **Filho:** inclui ter filhos, ser pai, ser chefe de família e estar esperando um filho.

7. **Mudanças Pessoais:** abrange mudar de comportamento, de idéias e atitudes (mudanças sempre “para melhor”), abandonar o uso de drogas e não cometer mais delitos.

8. **Nada:** não tem nada de bom para contar ou não aconteceu nada de bom.

9. **Outros:** engloba respostas que não estão incluídas nas anteriores, como por exemplo “*falei com a psicóloga*” e “*achei R\$ 120,00 no chão*”.

A Tabela 7 mostra as frequências e percentagens de cada categoria de eventos positivos.

Tabela 7. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Eventos Positivos

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Progressão de medida	28	13,9
2. Família	24	11,9
3. Pares	16	8,0
4. Diversão	14	7,0
5. Estudo/Trabalho	31	15,4
6. Filho	18	9,0
7. Mudanças pessoais	13	6,5
8. Nada	38	18,9
9. Outros	18	8,9

Uma grande parte de adolescentes respondeu que não tinha nenhum evento positivo em sua vida para relatar (18,9%). Entre os eventos positivos mais relatados aparece o estudo e o trabalho (15,4%), a progressão de medida sócio-educativa (13,9%) e os eventos envolvendo a família (11,9%). A seguir aparecem os filhos, os eventos envolvendo os pares, diversões e mudanças pessoais positivas ocorridas.

2.3.6 Atribuição causal para os eventos de vida positivos

As respostas foram classificadas em cinco categorias de atribuição de causalidade para eventos positivos, extraídas previamente da literatura (Weiner, 1985), e que são descritas abaixo.

1. **Interna/Incontrolável:** são consideradas causas a presença ou ausência de alguma habilidade, disposição pessoal ou traço de personalidade. Características físicas também estão incluídas. Engloba também sentimentos e emoções. Exemplo: *“Aconteceu porque eu sou bonito”*.
2. **Interna/Controlável:** as causas são os próprios comportamentos ou atitudes do jovem, motivados pela sua vontade ou intenção. Inclui o esforço e o empenho pessoal. Exemplo: *“Foi porque eu fui atrás né”*.
3. **Externa/Outras pessoas:** as causas são os comportamentos, atitudes e sentimentos de outras pessoas, que podem ser parentes, amigos, companheiros de unidade, funcionários da instituição, autoridade, desconhecidos e vítimas. Exemplo: *“Porque o “Seu” lá gosta de mim”*
4. **Externa/Sorte ou Destino:** a causa é a sorte ou a sua ausência ou o destino. Exemplo: *“Isso é porque é prá ser mesmo”*.
5. **Externa/Ambiente:** a causa é alguma característica ou condição do ambiente externo ao jovem. Exemplo: *“É porque lá é bom”*.
6. **Não Citou Causa:** refere-se ao fato do jovem não ter citado nenhuma causa para o evento em questão, seja por não saber a causa ou porque não sabia a que causa atribuir. Exemplo: *“Eu não sei porquê”*.

A Tabela 8 demonstra as frequências e percentagens de cada categoria de atribuição causal para os eventos positivos.

Tabela 8. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Atribuição Causal para Eventos Positivos

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Interna/Incontrolável	10	0,5
2. Interna/Controlável	77	38,3
3. Externa/Outras Pessoas	24	11,9
4. Externa Sorte/Destino	11	5,5
5. Externa/ambiente	09	4,5
6. Não citou Causa	29	14,4
Dado não disponível	40	20,4

Na atribuição de causalidade para os eventos positivos de suas vidas prevaleceu a atribuição interna e controlável (38,3%). Em segundo lugar (14,4%) apareceu a ausência de atribuição para os eventos, seguida por atribuições externas e internas e incontroláveis.

2.3.7 Eventos de vida negativos

Foram extraídas sete categorias de eventos de vida negativos, descritas abaixo:

1. **Medida:** inclui o fato de estar cumprindo uma medida sócio-educativa, estar preso, ter cometido um delito e ter tido uma regressão de medida.
2. **Drogas:** inclui usar ou ter usado drogas e as seqüelas físicas do uso de drogas.
3. **Família:** abrange respostas de distância ou ausência da família, tais como ficar longe dos pais e irmãos, não receber visitas, ficar sem notícias da família e não ver a família.
4. **Violência:** inclui o fato do jovem ou algum parente ou amigo ter sido vítima de violência, brigas, agressões sofridas, receber ameaça de morte e estar vivendo numa situação de violência.
5. **Nada:** não tem nada de ruim para contar ou não aconteceu nada de ruim.
6. **Pares:** inclui brigas, conflitos, desentendimentos e agressões físicas com namoradas, noivas e amigos.
7. **Outros:** engloba respostas que não estão incluídas nas anteriores, como por exemplo, “*É essa dor de dente aí*”.

A Tabela 9 mostra as freqüências e percentagens de cada categoria de eventos negativos.

Tabela 9. Freqüências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Eventos Negativos

<i>Categoria</i>	<i>Freqüências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Medida	131	64,6
2. Drogas	07	3,5
3. Família	08	4,0
4. Violência	24	11,9
5. Nada	07	3,5
6. Pares	07	3,5
7. Outros	12	6,0
Dado não disponível	04	3,0

O evento negativo mais citado pelos jovens foi a própria medida sócio-educativa que estão cumprindo (64,6%). Em segundo lugar (11,9%) aparecem as situações nas quais os jovens, suas famílias ou amigos são vítimas de violência. A seguir, aparecem as categorias de problemas envolvendo a família, os pares e o uso de drogas. Apenas 3,5% responderam não ter nenhum evento negativo em suas vidas.

2.3.8 Atribuição causal para os eventos de vida negativos

As respostas foram classificadas em sete categorias de atribuição de causalidade para eventos negativos, sendo que seis foram extraídas previamente da literatura (Weiner, 1985) e uma foi extraída das próprias entrevistas. As categorias são descritas abaixo.

1. **Interna/Incontrolável:** são consideradas causas a presença ou ausência de alguma habilidade, disposição pessoal ou traço de personalidade. Características físicas também estão incluídas. Engloba também sentimentos e emoções. Exemplo: *“Isso aí é por causa do meu sangue”*.
2. **Interna/Controlável:** as causas são os próprios comportamentos ou atitudes do jovem, motivados pela sua vontade ou intenção. Inclui o esforço e o empenho pessoal. Exemplo: *“Foi porque eu quis”*.
3. **Externa/Outras Pessoas:** as causas são os comportamentos, atitudes e sentimentos de outras pessoas, que podem ser parentes, amigos, companheiros de unidade, funcionários da instituição, autoridade, desconhecidos e vítimas. Exemplo: *“Aconteceu porque ele reagiu né”*.
4. **Externa/Sorte ou Destino:** a causa é a sorte ou a sua ausência ou o destino. Exemplo: *“Isso aí acontece porque é azar mesmo do cara”*.
5. **Externa/Ambiente:** a causa é alguma característica ou condição do ambiente externo ao jovem. Exemplo: *“É porque aqui dentro é muito ruim”*.
6. **Não Citou Causa:** refere-se ao fato do jovem não ter citado nenhuma causa para o evento em questão, seja por não saber a causa ou porque não sabia a que causa atribuir. Exemplo: *“Eu não sei porque”*.
7. **Droga/Dinheiro:** refere-se ao fato de que é a droga ou o dinheiro o agente responsável pelo evento que aconteceu. Exemplo: *“Isso daí foi a droga que fez eu fazer isso”*.

A Tabela 10 demonstra as frequências e percentagens de cada categoria de atribuição causal para os eventos negativos.

Tabela 10. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Atribuição Causal para Eventos Negativos

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Interna/Incontrolável	03	1,5
2. Interna/Controlável	104	51,7
3. Externa/ Outras Pessoas	33	16,4
4. Externa/Sorte ou Destino	12	6,0
5. Externa/Ambiente	05	2,5
6. Não Citou Causa	14	7,0
7. Drogas/Dinheiro	14	7,0
Dado não disponível	15	7,9

Na atribuição de causalidade para os eventos negativos de suas vidas prevaleceu a atribuição interna e controlável (51,7%). Em segundo lugar (16,4%) apareceu a atribuição externa a outras pessoas, seguida por atribuições à droga ou ao dinheiro, atribuições externas à sorte/destino e ao ambiente.

2.3.9 Estratégias de *coping* para os eventos negativos

As respostas foram classificadas em nove estratégias de *coping*, sendo que oito foram extraídas da literatura (Ryan-Wenger, 1992), e uma (Rezar) foi extraída das próprias entrevistas. As categorias são descritas abaixo.

1. **Ação Agressiva:** reagir de forma agressiva ou violenta, tanto em relação a outras pessoas (ferindo), como em relação a objetos (batendo, chutando, quebrando).

2. **Ação Direta:** resolver a situação negativa, resolver o problema, agir de forma direta para encontrar uma solução (independentemente do resultado).

3. **Distração:** fazer algo para se distrair, para esquecer a situação ou problema, para parar de pensar no problema, como, por exemplo, jogar bola.

4. **Apoio Social:** inclui chamar ou buscar alguém para ajudar, para resolver o problema ou apenas para expressar-se emocionalmente, desabafando, chorando ou conversando sobre o que aconteceu.

5. **Aceitação:** inclui não fazer nada, não ter nenhuma reação e ficar parado e ter uma atitude de aceitação e resignação diante do evento negativo.

6. **Mudança de Comportamento:** modificar, no momento, o próprio comportamento, percebido como agente causal do evento negativo.

7. **Resolução Cognitiva:** não modificar no momento o próprio comportamento, percebido como agente causal do evento negativo, mas pensar, refletir, raciocinar e decidir mudar o comportamento no futuro.

8. **Rezar:** rezar, pedir a Deus para que resolva a situação negativa.

9. **Outros:** engloba repostas que não estão incluídas nas categorias anteriores, como por exemplo, “*Fiz uma simpatia com mel*” e “*Fiquei rindo, só rindo.*”

A Tabela 11 mostra as frequências e percentagens de cada categoria de estratégia de *coping*.

Tabela 11. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria de Estratégia de *Coping*

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Ação agressiva	04	2,0
2. Ação direta	19	9,5
3. Distração	12	6,0
4. Apoio social	04	2,0
5. Aceitação	75	37,3
6. Mudar o Comportamento	30	14,9
7. Resolução Cognitiva	36	17,9
8. Rezar	04	2,0
9. Outros	05	2,5
Dado não disponível	11	5,9

A categoria de estratégia de *coping* mais citada foi a aceitação (37,3%), seguida pela resolução cognitiva (17,9%) e pela mudança de comportamento (14,9%). A ação direta aparece em quarto lugar (9,5%), seguida pela distração (6%). Outras categorias foram ação agressiva (2%), rezar (2%) e pedir apoio social (2%).

As Tabelas 8, 10 e 11 mostram, respectivamente, que houve 20,4% de dados não disponíveis quanto à atribuição causal para os eventos positivos, 7,9% não disponíveis quanto à atribuição causal para os eventos negativos e 5,9% não disponíveis para as estratégias de *coping*. Estes dados não disponíveis são o resultado de falhas no momento da realização das questões das entrevistas, e que não possibilitaram o acesso às informações referentes a estas

variáveis. Considera-se importante revelar este problema metodológico, uma vez que ele pode ser superado em estudos posteriores, e aponta para a importância do treinamento intensivo em técnicas de entrevistas por parte de pesquisadores que utilizam este método. Mas, apesar destas dificuldades, diante das especificidades da amostra investigada e do ambiente no qual a pesquisa foi realizada, a entrevista ainda permanece como um instrumento viável e ecologicamente adequado (Hutz & Silva, 2002b).

2.3.10 Teste de Inteligência Não - Verbal - INV

Dos 200 adolescentes participantes do estudo, 195 responderam o INV. Dos cinco jovens que não responderam, dois foi devido ao fato de não quererem realizar a atividade e dois foi devido ao fato de no momento da avaliação estarem sob efeito de medicação que dificultava a realização da tarefa.

A média de pontos obtida foi 33,6 ($d,p,=7,9$), sendo que o número mínimo de pontos foi 15 e o número máximo foi 58. Esta média, considerando o nível educacional dos jovens, corresponde à categoria de inteligência média superior (Manual Bateria Cepa, s.d.).

Dois anos e meio após a avaliação, foi realizada uma nova aplicação do INV em 21 adolescentes, que compunham o grupo de jovens que durante todo o acompanhamento permaneceu cometendo delitos e/ou cumprindo medida sócio-educativa privativa de liberdade. Na primeira avaliação, a média de pontos obtida por este grupo foi 33,2 ($d,p,=8,3$) e na segunda avaliação foi 40,8 ($d,p,=8,9$). A correlação entre as duas testagens foi 0,67 ($p<0,01$). Um teste t mostrou que a diferença entre estas médias não foi significativa ($t=20,84$, $gl=20$). Portanto, para este grupo não houve mudança nos níveis de inteligência avaliados durante os dois anos e meio da pesquisa.

2.3.11 Auto-estima

Dos 200 adolescentes participantes do estudo, 197 responderam a escala de auto-estima. Dos três jovens que não responderam, um foi devido ao fato de não querer realizar a atividade e dois foi devido ao fato de no momento da avaliação estarem sob efeito de medicação que dificultava a realização da tarefa.

A média de pontos na escala foi 32,2 ($d,p.=4,3$). Na análise de consistência interna foi encontrado um $Alpha=0,62$. Considerando o ponto de corte de dois desvios abaixo da média (um escore de no máximo 23,6) para definição de baixa auto-estima, apenas quatro indivíduos (2,1%) apresentaram o que se poderia definir baixa auto-estima.

Dois anos e meio após a avaliação, foi realizada uma nova aplicação da escala nos 21 adolescentes que compunham o grupo de jovens que durante todo o acompanhamento permaneceu cometendo delitos e/ou cumprindo medida sócio-educativa privativa de liberdade. Na primeira avaliação a média de pontos obtida por este grupo foi 30,1 ($d,p,=4,0$) e na segunda avaliação foi 32,6 ($d,p,=4,4$). Um teste t mostrou que a diferença entre estas médias não foi significativa ($t=34,0$, $gl=20$). Portanto, para este grupo não houve mudança nos níveis de auto-estima durante os dois anos e meio da pesquisa.

2.3.12 Depressão

Dos 200 adolescentes participantes do estudo, 197 responderam a escala de depressão. Dos três jovens que não responderam, um foi devido ao fato de não querer realizar a atividade e dois foi devido ao fato de no momento da avaliação estarem sob efeito de medicação que dificultava a realização da tarefa.

Na análise de consistência interna foi encontrado um $Alpha=0,74$. A média de pontos na escala foi 12,8, com um desvio-padrão de 6,31. Em estudos epidemiológicos com o CDI, considera-se dois desvios-padrões acima da média como ponto de corte para provável diagnóstico de depressão (Gouveia, Barbosa, Almeida & Gaião, 1995). Utilizando este critério (um escore de 25 pontos ou mais) foram identificados sete participantes (3,5%) da amostra com provável diagnóstico de depressão.

Dois anos e meio após a avaliação, foi realizada uma nova aplicação da escala nos 21 adolescentes que compunham o grupo de jovens que durante todo o acompanhamento permaneceu cometendo delitos e/ou cumprindo medida sócio-educativa privativa de liberdade. Na primeira avaliação a média de pontos obtida por este grupo foi 12,8 ($d,p,=5,7$) e na segunda avaliação foi 12,5 ($d,p,=5,2$). Um teste t confirmou que a diferença entre estas médias não foi significativa ($t=10,8$, $gl=20$). Portanto, para este grupo não houve mudança nos níveis de depressão durante os dois anos e meio da pesquisa.

A comparação dos dados obtidos na primeira e na segunda testagem com o INV, com a escala de auto-estima e de depressão também apontam para a qualidade psicométrica destes instrumentos, indicando que os mesmos são alternativas adequadas para avaliações com este tipo de população.

Nesta pesquisa, os níveis de consistência encontrados na escala de auto-estima ($Alpha=0,62$), e na de depressão ($Alpha=0,74$), estão abaixo do esperado em termos de qualidade psicométrica de instrumentos e dos índices encontrados em outros estudos. No entanto, estes índices podem estar relacionados às características peculiares da amostra

investigada: baixa escolaridade, pouco contato com tarefas semelhantes a um teste e uma certa dificuldade de compreender as questões abstratas propostas nos itens dos testes.

2.3.13 Correlações entre as variáveis

Na Tabela 12 são apresentadas as correlações entre número de irmãos, trabalho, escolaridade, escores no INV, idade, escores na auto-estima e escores na depressão.

Tabela 12. Correlações entre número de irmãos, trabalho, escolaridade, escores no INV, idade, escores na auto-estima e escores na depressão.

	N.de irmãos	Trabalho	Escolaridade	INV	Idade	Auto-estima	Depressão
N. de irmãos	-						
Trabalho	0,11**	-					
Escolaridade	-0,32**	-0,07	-				
INV	-0,22**	0,03	0,40**	-			
Idade	0,18*	0,16*	-0,20**	-0,27**	-		
Auto-estima	-0,13	0,37**	-0,11	0,11	0,12	-	
Depressão	0,11	-0,34*	-0,19	-0,53**	-0,60**	-0,37**	-

* $p < 0,01$

** $p < 0,05$

O número de irmãos apresentou correlação negativa significativa com escolaridade ($r=0,32$) e com o escore no INV ($r=0,22$). Este escore, por sua vez, correlacionou-se significativamente, de forma positiva, com a escolaridade ($r=0,40$). Tais correlações eram esperadas.

A idade correlacionou-se significativamente, de forma negativa, com escolaridade ($r=-0,20$), escore do INV ($r=-0,27$) e com trabalho ($r=0,16$).

Os escores de depressão e auto-estima correlacionaram-se negativamente ($r=-0,37$), sendo este um resultado também esperado a partir da literatura sobre bem-estar psicológico na adolescência (Dekovic, 1999; Steinberg, 1999).

As correlações entre trabalho e auto-estima ($r=0,37$) e trabalho e depressão ($r=-0,34$) indicam que os jovens que trabalham têm índices maiores de auto-estima e menores de depressão daqueles que não o fazem.

A depressão também se correlacionou com o escore no INV ($r=-0,53$), indicando uma relação esperada, já que quanto menos deprimido está o indivíduo melhor o seu desempenho no teste. A correlação entre depressão e idade ($r=-0,60$), indica que com o passar dos anos os índices de depressão tendem a diminuir. Este dado diverge da literatura citada sobre depressão na adolescência (Merikangas & Angst, 1995), mas esta divergência talvez se deva ao fato de esta literatura se refere a adolescentes não infratores.

2.3.14 Trajetória retrospectiva do comportamento delinqüente dos adolescentes

Um dos objetivos desta pesquisa foi investigar retrospectivamente a trajetória do comportamento delinqüente dos adolescentes infratores participantes do estudo, especificando idade de início, tipo e quantidade de comportamentos. O critério operacional escolhido para se acessar estas informações foi os registros nos órgãos oficiais de atendimento à criança e ao adolescente. No entanto, por uma série de dificuldades culturais, estruturais e técnicas destes órgãos (Njaine, Souza, Minayo & Assis, 1997), estes registros são inexistentes ou incompletos. Exemplificando: há o registro de ingresso de um jovem, antes dos seus 12 anos, em determinada data, numa determinada unidade de atendimento, mas não há informação sobre o motivo deste ingresso, isto é, se foi por ter cometido um ato infracional ou foi por uma medida de proteção. Mesmo nos casos em que há o registro de ingresso em uma unidade de execução de medida sócio-educativa, não é esclarecido qual ato infracional foi cometido ou ainda se ele ingressou pelo cometimento de um ato infracional ou por descumprimento de uma medida anteriormente recebida. Esta dificuldade deve-se ao fato de que na década de 80 a Febem contratou um serviço informatizado de registro que não diferenciava os jovens em conflito com a lei dos demais usuários do sistema. Em função disto, até hoje é impossível discriminar do número de reingressos, aqueles que reingressaram de unidades de abrigo para unidades de medida sócio-educativa ou o contrário (Jardim, 2000).

Cabe ressaltar que tais dificuldades relativas ao registro de informações sobre violência no Brasil são notórias e impedem, tanto que se façam pesquisas científicas sobre o tema, como que se estruturam programas públicos de intervenção eficientes (Njaine, Souza, Minayo & Assis, 1997).

Assim, não foi possível conhecer retrospectivamente a idade de início, o tipo e a quantidade de comportamentos delinqüentes dos participantes da pesquisa.

2.3.15 Trajetória retrospectiva de inserção no sistema de atendimento à criança e ao adolescente

Outro objetivo desta pesquisa foi investigar retrospectivamente a trajetória de inserção dos adolescentes no sistema de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e/ou autor de ato infracional, identificando: tempo no sistema, número de ingressos em unidades de atendimento protetivo (abrigos), número de ingressos em unidades para medidas sócio-educativas, número total de ingressos no sistema, idade do primeiro ingresso no sistema e idade do primeiro ingresso pelo cometimento de ato infracional.

Estas informações foram obtidas nos prontuários e nos AGERs (Registro de Dados Gerais sobre o Adolescente) dos adolescentes.

Na Tabela 13 estão as médias de tempo no sistema (em meses), número de ingressos em unidades de atendimento protetivo (abrigos), número de ingressos em unidades para medidas sócio-educativas (seja por internação provisória, medida privativa de liberdade ou regressão de medida), número total de ingressos no sistema, idade do primeiro ingresso no sistema e idade do primeiro ingresso pelo cometimento de delito.

Tabela 13. Médias, desvios padrão e intervalos de confiança das variáveis relativas a trajetória retrospectiva de inserção no sistema de atendimento

<i>Variável</i>	<i>M</i>	<i>d.p.</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>
Tempo no sistema (meses)	36	35,5	01	192
No. de ingressos em unidade para medida protetiva	1,4	4,6	01	39
No. de ingressos em unidade para medida sócio-educativa	6,5	5,6	01	30
No. total de ingressos no sistema	7,8	8,3	01	53
Idade do primeiro ingresso no sistema	14,7	3,4	01	20
Idade do primeiro ingresso por cometimento de delito	15,4	2,3	05	20

Os adolescentes pesquisados permaneceram em média 36 meses (3 anos) no sistema de atendimento, tiveram em média 1,4 ingressos em unidades para medida protetiva (abrigos) e 6,5 ingressos em unidades para medida sócio-educativa, sendo que a média do total de ingressos foi 7,8. A média de idade no momento do primeiro ingresso no sistema foi de 14,7 anos e a média de idade no momento do primeiro ingresso por cometimento de delito foi 15,4 anos.

A partir dos dados acima e baseando-se na literatura (Farrington,1995), foram construídas categorias da trajetória retrospectiva de inserção dos adolescentes participantes no

sistema de atendimento à criança e ao adolescente. Esta trajetória compreende o período que vai do primeiro registro de ingresso de cada jovem até o momento da primeira coleta de dados desta pesquisa. Essa trajetória foi denominada T1.

Foram construídas quatro categorias de trajetória T1, de acordo com os critérios de gravidade e quantidade de delitos, número de ingressos no sistema de atendimento e tipo de medida sócio-educativa ou protetiva cumprida.

A gravidade dos delitos teve como critério o bem jurídico² por eles atingidos (Código Penal, 2000; Silva, Lavorenti & Genofre, 2001; Zaffaroni & Pierangeli, 1997), sendo crescente na seguinte ordem:

1. sanções institucionais (descomprimento de medida, mandato de busca e apreensão e apresentação à justiça fora do prazo);
2. atos infracionais contra o patrimônio (dano ao patrimônio, estelionato, furto, furto qualificado, roubo, roubo qualificado, violação de domicílio e porte ilegal de armas);
3. atos infracionais envolvendo tóxicos (fabricação de entorpecentes, tráfico de entorpecentes, posse e uso de entorpecentes);
4. atos infracionais contra a liberdade sexual (atentado ao pudor e estupro)
5. atos infracionais contra a pessoa (homicídio, latrocínio, lesões corporais, seqüestro e cárcere privado).

A severidade das medidas sócio-educativas teve como critério o grau de restrição imposto por elas ao jovem, sendo crescente na seguinte ordem: medida protetiva (abrigos), Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, Semiliberdade e Internação Privativa de Liberdade.

As categorias da trajetória T1 são descritas abaixo:

1. Escalada A: nesta trajetória há um aumento progressivo na gravidade dos delitos cometidos e/ou na severidade das medidas cumpridas, que começa na adolescência (após os 12 anos), com ou sem passagem pelo sistema de atendimento durante a infância por motivos de cometimento de delito ou não, tais como: problemas de conduta, vadiagem, abandono, evasão do lar, risco de vida e maus-tratos.

2. Escalada B: nesta trajetória há um aumento progressivo na gravidade dos delitos cometidos e/ou na severidade das medidas cumpridas, que começa na infância (antes dos 12

² Bem jurídico é um conceito central nas teorias sobre tipificação de crimes e diz respeito à relação de disponibilidade de um indivíduo com um objeto, relação esta protegida pelo Estado. São exemplos de bens jurídicos a vida, a honra e a propriedade (Zaffaroni & Pierangeli, 1997).

anos), com passagem pelo sistema de atendimento pelo cometimento de delitos e também por problemas de conduta, vadiagem, abandono, evasão do lar, risco de vida e maus-tratos.

3. Única: aqui ocorre um único episódio de delito e/ou cumprimento de medida sócio-educativa privativa de liberdade.

4. Permanência: aqui o jovem permanece cometendo o mesmo tipo de delito e/ou cumprindo o mesmo tipo de medida, desde a infância ou iniciando na adolescência, podendo ter passagem pelo sistema de atendimento durante a infância por motivos de cometimento de delito ou não, tais como: problemas de conduta, vadiagem, abandono, evasão do lar, risco de vida e vítima de maus-tratos.

Dos 200 adolescentes participantes, não foi possível construir retrospectivamente a trajetória T1 de 39, por insuficiência de informações sobre os conteúdos que constituíram a formação das categorias.

A frequência e percentagem de adolescentes em cada categoria de trajetória T1 é apresentada na Tabela 14.

Tabela 14. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria da Trajetória T1

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Escalada A	11	5,5
2. Escalada B	10	5,0
3. Única	68	34
4. Permanência	72	36
Ausência de dados	39	19,5

Os dados indicam que a trajetória mais frequente, presente em 36% da amostra, foi a permanência de um mesmo tipo de comportamento delinqüente e/ou mesmo tipo de medida, podendo esta trajetória ser crônica, uma vez que para alguns ela inicia na infância. Nesta categoria também estão incluídos aqueles que passaram por abrigos na infância, mas não pelo cometimento de delitos. A seguir, em 34% da amostra, aparece a categoria única, que refere-se ao cometimento de apenas um ato infracional, na adolescência. A escalada no

comportamento delinqüente, ou seja, o aumento progressivo na gravidade dos delitos cometidos e/ou na severidade das medidas cumpridas, que inicia na adolescência (Escalada A) aparece em 5,5% da amostra, enquanto aquela que inicia na infância (Escalada B) aparece em 5,0% da amostra.

2.3.16 Trajetória prospectiva de inserção no sistema de atendimento ao adolescente autor de atos infracionais e do comportamento delinqüente

Além da trajetória retrospectiva, se pretendeu acompanhar prospectivamente a trajetória de inserção destes adolescentes no sistema de atendimento à criança e adolescente em situação de risco e/ou autor de ato infracional, e a trajetória do seu comportamento delinqüente, avaliando os processos desenvolvimentais deste comportamento: continuidade, persistência, escalada e desistência.

A partir dos dados coletados ao longo dos dois anos e meio de acompanhamento dos jovens que compunham a amostra foram construídas categorias da trajetória prospectiva de inserção no sistema de atendimento ao adolescente autor de atos infracionais e do comportamento delinqüente. A cada seis meses obteve-se a trajetória do jovem naquele semestre e a sua situação atual que poderia ser desligado, cumprindo medida, fugado ou óbito. Assim, ao longo dos dois anos e meio da pesquisa, obteve-se seis trajetórias semestrais parciais e seis situações atuais. A média destas situações parciais originou a Trajetória Total de cada jovem, denominada TT (Trajetória Total). Dois exemplos da construção desta trajetória total encontram-se no Anexo B.

Foram construídas três categorias de trajetória prospectiva, de acordo com os critérios de continuidade, persistência e desistência do comportamento delinqüente e de número de medidas sócio-educativas cumpridas.

O critério para definição de persistência ou desistência do comportamento delinqüente é a existência de registros referentes ao cumprimento de medida sócio-educativa. Farrington (1995) relata que os estudos sobre a delinqüência têm utilizado tanto dados de registros oficiais como dados obtidos através do auto-relato, e que as duas formas têm seus inconvenientes.

É notório que o critério utilizado para esta pesquisa é deficiente, uma vez que existe a probabilidade do jovem permanecer cometendo delitos e não ser flagrado e encaminhado ao sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei. No entanto, diante da necessidade de se definir operacionalmente comportamento delinqüente, este foi considerado o critério mais viável.

As categorias das trajetórias prospectivas são descritas abaixo:

1. **Permanência:** neste período o jovem permaneceu cometendo delitos, cumprindo medidas sócio-educativas e/ou medidas de proteção, fugiu e/ou permaneceu fugado e/ou foi preso após ser desligado do sistema.
2. **Desistência:** neste período, após o cometimento dos delitos, o jovem cumpriu todas as medidas sócio-educativas e foi desligado do sistema, sendo liberado para a família e/ou comunidade.
3. **Óbito:** o jovem faleceu no período da pesquisa.

A frequência e percentagem de adolescentes em cada categoria de trajetória T1 é apresentada na Tabela 15.

Tabela 15. Frequências e Percentagens de Adolescentes em Cada Categoria da Trajetória Total

<i>Categoria</i>	<i>Frequências</i>	<i>Percentagens</i>
1. Permanência	53	26,5
2. Desistência	145	72,5
3. Óbito	02	1,0

Os dados mostram que, ao longo dos dois anos e meio da pesquisa, a maioria (72,5%) dos jovens cumpriu toda sua medida sócio-educativa que estava em vigor no segundo semestre de 1999 e foi liberada, não ingressando mais no sistema de atendimento. Estes são considerados desistentes em termos de comportamento delinqüente.

Ocorreu o falecimento de dois jovens ao longo da pesquisa: um faleceu hospitalizado, vítima da AIDS e outro foi morto em um período durante o qual estava fugado da instituição, em um tiroteio entre jovens e policiais, numa situação de assalto.

Cinquenta e três jovens, que representam 26,5% da amostra, apresentaram o que se denominou permanência no comportamento delinqüente. Eles permaneceram nestes dois anos e meio ou cumprindo medida sócio-educativa ou fugados. Ao longo deste período existem várias hipóteses para esta trajetória de permanência: eles podem ter cumprido uma mesma medida sócio-educativa (aquela que cumpriam no momento inicial da pesquisa), podem ter ganhado progressão de medida (de uma medida de internação para semiliberdade ou medida em meio aberto), podem não ter cumprido a nova medida em meio aberto e, portanto, ter recebido regressão de medida, podem ter permanecido fugados, ter fugado e depois retornado

à instituição ou podem ter sido liberados, cometerem novo ato infracional e retornarem à instituição. É impossível precisar quais destas trajetórias aconteceram com cada jovem deste grupo em virtude das lacunas existentes nos sistemas de registro das informações.

A informação obtida é a de que destes 53 jovens, no primeiro semestre de 2002, ou seja, no último contato realizado, 27 continuavam cumprindo medida de internação na Febem, 17 permaneciam fugados e nove viviam com suas famílias e cumpriam medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

Outro objetivo deste estudo foi investigar o valor preditivo das variáveis individuais investigadas e da trajetória retrospectiva do adolescente (T1) sobre a trajetória prospectiva do comportamento delinqüente (TT). Para este fim foi utilizada uma Análise de Regressão. Como variáveis independentes foram utilizadas a trajetória retrospectiva do adolescente (T1), inteligência, auto-estima, depressão, escolaridade, atividade laborativa, uso de drogas, número de irmãos, contato com a família, tipo de delito, número de internações de abrigos, número de internações por ato infracional, idade da primeira internação, idade da primeira internação por ato infracional e tempo total no sistema de atendimento. Os resultados mostraram que entre as variáveis independentes analisadas, apenas as variáveis trabalho, número de ingresso em abrigos e a trajetória retrospectiva do adolescente contribuíram para explicar a trajetória total do adolescente. As três variáveis juntas explicaram, no entanto, apenas, 11% da variação da TT, o que é mostrado na Tabela 16.

Tabela 16. Resultados da Análise de Regressão das Trajetórias Totais dos Adolescentes (TT)

Variáveis Independentes	Trajetória Total			
	<i>R</i>	β	<i>R</i> ²	<i>SE</i>
Número de Ingressos em Abrigos	0,27	0,28	0,07	0,43
Trabalho	0,30	0,16	0,09	0,42
Trajetória Retrospectiva	0,33	0,15	0,11	0,42

2.4 Discussão

Este estudo teve como objetivo acompanhar a história do comportamento delinqüente em adolescentes infratores e sua história de inserção no sistema de atendimento, enfatizando as diferentes trajetórias que este comportamento pode seguir ao longo dos anos da infância e adolescência. Também se objetivou investigar variáveis psicológicas, familiares e sociais relacionadas ao desenvolvimento do comportamento delinqüente. Pretendeu-se, assim, elaborar um panorama da trajetória de vida destes jovens, bem como conhecer o modo pelo qual percebem e sentem sua realidade e a si mesmos.

Os dados obtidos neste estudo permitem tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos jovens estudados. Cabe iniciar estas considerações a partir dos dados sobre o tipo de ato infracional cometido pelos jovens. A Tabela 1 mostra que a maior parte deles (67,7%) cumpre medida sócio-educativa pelo cometimento de ato infracional contra o patrimônio, no qual não há confronto nem violência dirigida às pessoas. Este dado se contrapõe a um mito muito difundido pela imprensa e pelo senso comum que é o mito da periculosidade destes jovens. Considerando a periculosidade a partir do ponto de vista de quem comete o delito, estes adolescentes não podem ser considerados, *a priori*, perigosos, uma vez que sua motivação maior é a aquisição de bens materiais e não a violência contra pessoas.

Seguindo nos dados obtidos, a Tabela 2 mostra as informações sobre a escolaridade. Os dados indicam uma baixa escolaridade destes jovens, que está em grande defasagem em relação com a sua idade cronológica. Esta baixa escolaridade é amplamente referida pela literatura (Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997) como um fator de risco para o desenvolvimento de comportamentos delinqüentes e está sempre presente tanto em estudos com esta população infratora (Assis, 1999; Feijó, 2001; Schuch, 2000), como em estudos com amostras de jovens de baixo nível sócio-econômico, não infratores (Sarriera, Silva, Kabbas & Lopes, 2001).

A relação entre baixa escolaridade e delinqüência pode acontecer em duas direções. Primeiro, o comportamento delinqüente do jovem e a agressão e violência que, por vezes, o acompanha são incompatíveis com a conduta exigida pela comunidade escolar, que não tolera suas atitudes ilícitas e acaba por expulsá-lo da escola. Outra opção é a de que a interação de uma série de fatores sociais, familiares e individuais, anteriores à delinqüência, faça com que

o jovem evada da escola. Esta evasão escolar contribuirá para que o jovem se exponha mais intensamente e freqüentemente a situações que estimulem o comportamento delinqüente.

Pesquisas realizadas com jovens brasileiros (Damasceno, 2001), indicam que a escola é percebida pelos mesmos como algo muito importante para o seu desenvolvimento, não somente porque contribui para um futuro melhor, mas também por lhes ensinar uma série de habilidades (falar, pensar e agir) importantes para o seu desenvolvimento social, cognitivo e afetivo. A escola também é percebida pelos jovens como um espaço que possibilita o encontro entre pares, propiciando o surgimento e manutenção de relações de amizade. Considerando então que a escola pode ser um fator protetivo e de desenvolvimento de competências para os jovens, a baixa escolaridade indica que os adolescentes infratores são privados de uma série de experiências positivas que a vida escolar poderia lhes fornecer.

Compatível com esta baixa escolaridade está o tipo de atividade laborativa desempenhada por estes jovens. Eles relatam desempenhar funções que podem ser consideradas de baixa qualificação profissional, de baixo *status* social, que exigem baixa escolaridade e que, portanto, lhes fornecem uma baixa remuneração. Esta situação profissional pode contribuir para o ingresso do jovem em atividades delinqüentes, que lhe garantem a aquisição de bens materiais inacessíveis através da remuneração como trabalhadores. Esta realidade desfavorável dos jovens infratores ilustra a realidade de grande maioria dos jovens brasileiros que trabalha. Entregues ao subemprego, a realidade econômica exige deles habilidades técnicas, sociais e humanas difíceis de serem adquiridas (De Bonis, 2001).

As correlações negativas encontradas entre idade e escolaridade ($r=-0,20$), escore no teste de inteligência ($r=-0,27$) e trabalho ($r=-0,10$) sugerem que, à medida que os anos da adolescência vão passando para estes jovens, vai diminuindo sua escolaridade, seus escores obtidos num teste de inteligência e o exercício de alguma atividade laboral, mesmo sendo de baixa qualificação. Esta situação aponta para uma situação comparável a um círculo vicioso: à medida que o jovem fica mais velho (e, muitas vezes, se torna chefe de família responsável pelo sustento da mesma) e não tem escolaridade, aumenta a possibilidade de envolvimento em atividades ilícitas, que lhe fornecem um meio de subsistência. Além disso, pode-se pensar que diminuem cada vez mais as suas expectativas de obter uma atividade profissional que lhe permita uma renda satisfatória e até uma satisfação profissional. A lacuna deixada pela escola e pelo trabalho poderá então ser preenchida pela atividade delituosa.

Apesar da defasagem em termos de escolaridade, no teste de inteligência os jovens obtiveram escores correspondentes à inteligência média superior. Loeber, Hart, Frick e

Applegate (1995) salientam que uma revisão da literatura sugere que não existem evidências suficientes de diferenças entre delinquentes e não delinquentes em termos de inteligência. A aprendizagem das habilidades medidas pelos testes pode não ter sido desenvolvida na vida escolar, mas em outras vivências dos jovens, que podem ser tão ricas em estímulos quanto as atividades escolares.

Em termos familiares, como indicado na Tabela 4, a maioria dos jovens (42,9%) mantém algum tipo de contato com a sua família, o que pode ser considerado muito positivo, pois os vínculos familiares protegem contra o envolvimento em atividades delinquentes (Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997). No entanto, salienta-se que este contato é, na maior parte das vezes, com um dos progenitores, geralmente a mãe.

Este estudo não abordou especificamente a questão da ausência da figura paterna, nem obteve dados específicos a esse respeito. Mas, a partir do contato com os jovens e com o material de seus prontuários, pode-se inferir que existe uma ausência da figura paterna na vida cotidiana destes jovens que, sendo do sexo masculino, certamente sentem a falta desta figura identificatória. Mesmo que o jovem possa ter contato com ambos os genitores (como é o caso de 24,9% da amostra), é importante lembrar que nesta categoria está incluído o receber visita na instituição do pai e da mãe. Então, mesmo que ambos os pais visitem o jovem, isto não significa que ambos residam com ele e estejam disponíveis e envolvidos na sua educação.

Esta falta da figura paterna pode ter muitas repercussões no desenvolvimento destes adolescentes, deixando carências tanto emocionais, como de aprendizagens de habilidades importantes, para lidar com as tarefas típicas desta fase. Uma habilidade importante cuja aprendizagem pode ficar prejudicada na ausência de um dos pais é a habilidade de controlar a própria agressividade, que é extremamente importante em termos de prevenção da conduta delinvente (Loeber & Hay, 1997)

Além disso, o monitoramento do comportamento destes jovens, que é um fator protetivo para o desenvolvimento de condutas delinquentes (Assis, 1999; Loeber & Hay, 1997), também pode ficar prejudicado quando é uma função desempenhada somente por um dos progenitores. Ainda mais quando isto ocorre em famílias com um número um tanto quanto elevado de filhos, como é caso das famílias dos jovens pesquisados. A maioria deles tem um número considerável de irmãos (44,5% tem até 3 irmãos e 47% tem entre 4 e 7 irmãos) e a média de irmãos para cada jovem é de quatro. Não há informação relativa a quanto tempo este contato é com somente um genitor, mas pode-se especular sobre os efeitos desta situação familiar. Esta prole, sob os cuidados de um só genitor, implica na necessidade de partilha entre os irmãos dos cuidados, da energia, do tempo e dos recursos materiais

disponíveis. Tais recursos, de acordo com o modelo da diluição de recursos (Downey, 2001), são finitos, o que na maioria das vezes pode implicar uma porção não muito generosa dos mesmos para cada filho, que está aquém das necessidades de uma criança e um jovem.

A ausência de um dos genitores e as conseqüências negativas dela decorrentes podem, por sua vez, ser compensados de várias formas e entre elas está o uso de drogas, apresentado na Tabela 6. Este uso está presente na maioria dos jovens (87%), tanto na forma de Dependência de substâncias como na de Abuso de substâncias (DSM-IV-TR, 2002). A literatura (Aunola, Stattin & Nurmi, 2000; Robins, 1995; Steinberg, 1999) destaca esta ligação entre relações familiares tumultuadas, distantes ou hostis e o uso de drogas por parte dos jovens. Além disso, este uso de drogas na adolescência deve estar relacionado, também, com a baixa escolaridade dos jovens e com o envolvimento nas atividades delinqüentes. Estas atividades podem ser uma das formas de obtenção de recursos materiais (dinheiro ou objetos para vender) que viabilizem e sustentem o uso da droga.

No entanto, deve-se ter cuidado ao se estabelecer relações entre uso de drogas e atividade delinqüente. Minayo e Deslandes (1998) salientam a necessidade de cautela, uma vez que, segundo as autoras, é muito difícil estabelecer e medir as relações entre o uso de drogas e o cometimento de atos delinqüentes e agressivos. Pode-se especular se estes jovens, não usando drogas, cometeriam os delitos pelos quais cumprem medidas? Difícil responder esta questão. O que pode-se afirmar é que seu contexto de desenvolvimento (ausência de um dos pais, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional) certamente os coloca em risco para o abuso de substâncias que, segundo as autoras, é socialmente aprendido e regulado.

A respeito dos contextos de desenvolvimento destes jovens, os eventos de vida relatados apontam para duas direções: ao mesmo tempo em que se destacam circunstâncias que tipicamente são relevantes para qualquer adolescente, tais como, o relacionamento com os pares, com a família e a diversão, aparecem com destaque eventos que dão um caráter nitidamente negativo em termos de contexto que promove um desenvolvimento saudável, sendo que as vivências ligadas à vida delinqüente têm especial destaque. Como indicado na Tabela 8, vários adolescentes (18,9%) relataram não ter nada de bom para contar, sugerindo a ausência de eventos bons em suas vidas. O trabalho e o estudo aparecem em segundo lugar (15,4%) e em terceiro lugar aparece a progressão de medida (13,9%). Como citado anteriormente, apesar do fato de que a escola e o trabalho não parecem ser contextos muito presentes ou favoráveis para estes jovens, estas duas áreas da vida ainda são mencionadas como eventos positivos. Surge a questão se são efetivamente sentidas como tal ou se isto indica um viés das respostas: os adolescentes fornecem respostas socialmente aceitas ou

repetem um discurso propalado pela sociedade em geral, no qual o estudo e o trabalho são tidos como experiências positivas a serem almejadas.

No entanto, o fato de trabalhar, mesmo sendo numa atividade de baixa qualificação e que gere baixa remuneração, aparece correlacionado negativamente com depressão e positivamente com auto-estima. Isto sugere que esta atividade é extremamente importante para a saúde e o bem-estar dos jovens. Aqueles que trabalham sentem-se úteis, valorizados, seja por colaborarem com a família ou por obterem bens para si. A partir disto, se deduz a imensa importância de qualquer iniciativa da sociedade no sentido de promover o acesso dos jovens a oportunidades de emprego, que podem, não somente contribuir para a redução do envolvimento no comportamento infrator diretamente, mas também indiretamente, afetando o bem-estar psicológico dos jovens.

A progressão da medida é citada como um evento bom, certamente indicando o impacto importante que a medida sócio-educativa tem na vida dos jovens, uma vez que os restringe naquilo que a juventude considera mais valioso: a sua liberdade. Nesta mesma direção, aparecem os eventos de vida negativos, apresentados na Tabela 9. O evento de vida negativo mais citado (64,5%) é o cumprimento da medida sócio-educativa. Percebe-se que a institucionalização e as restrições e obrigações impostas pelo cumprimento de qualquer medida sócio-educativa são percebidas de forma negativa pelo jovem e têm efeitos importantes no seu desenvolvimento, constatação já feita em outros estudos (Assis, 1999; Oliveira & Assis, 1999). Em segundo lugar (11,9%) aparecem as situações nas quais o jovem ou alguém a ele ligado é vítima de violência. Isto aponta para uma situação grave, pois estes jovens não somente são autores de atos violentos, mas se percebem e são, efetivamente, vítimas da violência. Esta exposição à violência pode ter efeitos negativos muito importantes. Shahinfar, Kupersmidt e Matza (2001) explicam que a vitimização pela violência está relacionada com a aprovação da agressão como um modo de responder socialmente, o que contribui para a perpetuação da violência.

Em termos de atribuição de causalidade, tanto para os eventos positivos, como para os negativos, prevaleceram as atribuições internas e controláveis, conforme apresentado nas Tabelas 8 e 10, respectivamente. Estes dados confirmam alguns estudos anteriores realizados com esta mesma população (Macagnan da Silva, 1999). Porém, divergem de estudos realizados com jovens infratores do Rio de Janeiro, que utilizaram mais atribuições externas como causas para seu ingresso na vida infracional (Feijó, 2001). Diante destas controvérsias, deve-se dar continuidade a pesquisas sobre o estilo atribucional desta população, uma vez que ele é um fator cognitivo importante para a saúde psicológica. A literatura (Dubois & Felner,

1999) explica que o estilo atribucional pode exercer considerável influência sobre o comportamento e adaptação sociais de jovens, sendo que o estilo interno favorece a adaptação e a competência social. Assim, a prevalência deste tipo de atribuição deve ser valorizada, pois indica a possibilidade do jovem assumir para si a responsabilidade pela sua trajetória de vida, pelo cumprimento de sua medida e pela construção de seu projeto de vida, que é tarefa típica da adolescência e foco do atendimento com adolescentes autores de atos infracionais (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002). O estilo atribucional interno com características de controlabilidade sugere a presença de uma capacidade de reflexão e de assumir os próprios atos, indicativa de amadurecimento pessoal.

Dubois e Felner (1999), escrevendo sobre competências sociais dos jovens, afirmam que existem processos transacionais entre o indivíduo e o ambiente. Assim, os aspectos cognitivos do indivíduo, dentre os quais está o seu estilo atribucional, são moldados e mantidos pelas experiências ambientais. Estas, reciprocamente, são interpretadas de acordo com os aspectos cognitivos individuais. É a partir desta reciprocidade que pode ser entendido o fato de que apesar de estarem expostos a experiências de vida negativas já comentadas, estes jovens conseguem desenvolver um estilo atribucional funcional, que pode ser uma ferramenta a ajudá-los a lidar de forma competente com seu ambiente adverso.

Seguindo nesta ótica de desenvolvimento de modos competentes de lidar com a realidade, os dados sobre as estratégias de *coping* utilizadas pelos adolescentes para lidarem com os eventos negativos também apontam para características saudáveis. Conforme apresentado na Tabela 11, a categoria de estratégia mais utilizada (37,3%) foi a aceitação, que significa ter uma atitude de resignação diante do evento ruim ocorrido. A segunda estratégia mais citada (17,9%) é a resolução cognitiva, que significa refletir e decidir mudar o próprio comportamento no futuro. Estas estratégias implicam um certo grau de passividade, o que, teoricamente, é incompatível com um estilo atribucional interno, que é o prevalente nestes jovens (Dubois & Felner, 1999). No entanto, a ocorrência dos eventos negativos mais citados, que são o cumprimento da medida sócio-educativa e a vitimização pela violência é, em grande parte e no momento, incontrolável para o jovem. Diante deles resta ao adolescente a aceitação presente e o planejamento de mudanças futuras, de modo a evitá-los. As estratégias utilizadas seriam, então, adaptativas.

Lazarus (2001) enfatiza que uma estratégia de *coping* só pode ser definida como adaptativa ou desadaptativa em relação ao contexto no qual ela ocorre. Diante do contexto de privação ou restrição de liberdade impostas judicialmente, estratégias de aceitação e resolução cognitiva parecem ser adequadas, uma vez que podem auxiliar o jovem no cumprimento de

sua medida e no planejamento de mudanças futuras em termos de desistência do comportamento infracional. O tipo de estratégia que cada indivíduo usa para lidar com os problemas que surgem em sua vida parece ser um ponto crucial no contexto no qual estão inseridos estes jovens. Alguns deles, no decorrer do cumprimento de suas medidas sócio-educativas, têm dificuldades de aceitação das mesmas e das rotinas e regras impostas pela instituição, que em alguns casos são bastante restritivas (por exemplo, horário limitado para assistir televisão, horário para fumar, quantidade limitada de cigarros disponíveis por dia). Diante de tais restrições, eles se “rebelam” através de comportamento desafiadores e agressivos. Estes comportamentos, classificados pela instituição como atos indisciplinados, podem ser analisados sob diferentes ângulos. Do ponto de vista da vida cotidiana e do bem-estar dos adolescentes, eles podem acarretar várias conseqüências negativas ao jovem, tais como, ameaças à sua integridade física, interrupção momentânea das atividades escolares e recreativas, medidas disciplinares e regressões na sua situação judicial, que prolongam sua permanência no sistema de atendimento. Muitas vezes, devido às características típicas desta fase da vida, o jovem não tem (e nem poderia ter), um entendimento das várias conseqüências negativas que uma “rebelião” traz para o seu dia-a-dia e para a sua vida a longo prazo. Mas isso não significa que tais maneiras de lidar com um ambiente que pode ser hostil, restritivo e até mesmo agressivo, devam ser consideradas adaptativas. Elas não são adaptativas porque não acarretam mudanças no ambiente e, quando acarretam, são mudanças que o tornam ainda mais adverso para um adolescente. Por outro lado, estratégias, como a resolução cognitiva, por exemplo, que ajudem o jovem a sair deste ambiente o mais rápido possível e que, no futuro, ajudem-no a evitá-lo, parecem ser as mais adaptativas.

Estas dificuldades em lidar com as restrições impostas pela medida têm múltiplos fatores causais e entre eles pode estar o uso de estratégias de *coping* desadaptativas em relação a este contexto.

Por outro lado, cabe destacar que as estratégias mais utilizadas também podem indicar um certo grau de resignação do jovem diante da violência de que é vítima e que está relacionada com a violência da qual ele é agente ativo. Ele percebe a sua vitimização e de seus familiares e amigos como inevitável, o que pode impedi-lo de se implicar em mudanças nesta situação. Mais grave ainda é quando ele percebe esta violência como algo “natural”, como uma forma legítima, de acordo com os seus padrões morais, de lidar com os problemas. Este é um dos pontos nos quais o estilo atribucional interno apresentado pode ser utilizado numa intervenção terapêutica, para alterar esta percepção da situação de violência que o atinge e fazer com que ele se perceba capaz de alterá-la.

Destaca-se ainda que as estratégias ativas, que são a mudança de comportamento no presente e a ação direta, totalizam juntas 24,4% das estratégias citadas. Aqui se percebe que o estilo atribucional interno se manifesta na busca ativa de resolução dos problemas e eventos ruins de suas vidas. A ação agressiva aparece citada por somente 2% dos adolescentes. A baixa incidência desta estratégia sugere que na forma de lidar com seus problemas estes jovens não são, *a priori*, agressivos, o que também contesta o mito da periculosidade discutido anteriormente.

Em termos das variáveis que indicam uma saúde psicológica interna, auto-estima e depressão, os adolescentes investigados não apresentaram índices indicativos de problemas de internalização (baixa auto-estima e depressão). Um número reduzido de jovens pode ser considerado como apresentando baixa auto-estima (2,1%) e sintomatologia de um quadro de depressão (3,5%).

Em termos de psicopatologia parece prevalecer os problemas de externalização, associados ao uso de drogas. A partir das trajetórias do comportamento delinqüente destes jovens e de sua inserção no sistema de atendimento à criança e ao adolescente, levanta-se a hipótese de uma grande prevalência do Transtorno da Conduta (DSM-IV-TR, 2002), hipótese esta a ser investigada em estudos posteriores. De qualquer modo, os dados indicam saúde psicológica nestes adolescentes, também indicada em outros estudos realizados recentemente sobre desenvolvimento emocional com esta população (Hutz & Silva, 1999; Macagnan da Silva, 1999).

A literatura (Shirk & Harter, 1999) tem destacado o papel funcional importante em termos de adaptação que a auto-estima pode ter. Ela é considerada um importante redutor de estresses psicossociais que, como já foi comentado, estão muito presentes no dia-a-dia destes jovens. Pode-se pensar, então, que estes jovens contam com um importante fator protetivo para lidarem com as adversidades de suas vidas, que é esta percepção positiva de si mesmos.

Os baixos níveis de depressão também podem ser considerados protetivos. A ausência de depressão favorece o envolvimento ativo dos jovens tanto nas tarefas desenvolvimentais da adolescência, ligadas à educação, vida social e afetiva (Merikangas & Angst, 1995), como na busca de estratégias ativas para lidar com as conseqüências negativas de seu comportamento delinqüente. Uma das explicações para o fato de que, apesar de estarem expostos a circunstâncias adversas, os jovens apresentam baixos índices de depressão, está no fato de que, na adolescência, a variável sexo parece ter um papel moderador para a depressão. Garotos estariam mais protegidos do ambiente adverso do que as garotas (Steinberg, 1999).

Esta explicação permanece em suspenso, uma vez que a amostra do estudo é somente do sexo masculino, e motiva para investigações futuras.

No entanto, sugere-se que a definição de depressão não deve se restringir somente a critérios psicométricos, como os utilizados neste estudo. A avaliação clínica pode contribuir na precisão dos dados psicométricos.

Os dados encontrados sobre depressão e auto-estima contrariam parte da literatura na área, uma vez que autores afirmam que jovens delinquentes, quando comparados com jovens não delinquentes, teriam baixa auto-estima (Gomide, 1998; Masten & Garmezy, 1985) e altos índices de depressão (Garbarino, 1999; Steinberg, 1999). Uma hipótese para esta discordância pode ser metodológica: os autores comparam os escores dos adolescentes infratores com os de adolescentes não infratores. Neste estudo não foi adotado este procedimento. Outra hipótese é a especificidade da população brasileira, uma vez que a maior parte dos estudos citados pela literatura utiliza amostras americanas ou européias.

Pode-se pensar ainda que efetivamente os jovens não se sintam deprimidos e tenham uma percepção positiva de si mesmo em função de seu ambiente social e cultural, que inclui, tanto a comunidade na qual cresceram e viveram, como a instituição na qual cumprem medida. . Uma auto-percepção positiva é construída a partir dos *feedbacks* que o ambiente social fornece (Shirk & Harter, 1999). Talvez os grupos de pares com os quais estes jovens interajam, seja no interior das instituições ou nas comunidades, forneçam *feedbacks* positivos, reforçando os comportamentos delinquentes. Muitas comunidades em que vivem estes jovens tendem a desenvolver uma cultura tolerante e, até mesmo, estimuladora do comportamento infrator. Os jovens que cometem delitos são percebidos pelo seu ambiente como valentes, destemidos e arrojados, mesmo quando a conduta infratora tem como consequência a obtenção de alguma medida sócio-educativa. Eles possuem habilidades valorizadas tais como coragem e força física. Esta avaliação positiva é incorporada pelo jovem que, apesar de cognitivamente entender a ilegalidade de sua conduta, se sente satisfeito com seu próprio comportamento.

Assim, em termos de presente, apesar de estarem expostos a várias situações adversas, que dificultam um desenvolvimento saudável (cumprindo medida sócio-educativa, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, exposição à violência, ausência de um dos pais), os adolescentes dão indícios de resiliência emocional. Em termos cognitivos, conseguem ter uma percepção atribucional funcional (interna e controlável), conseguem desenvolver estratégias de *coping* adequadas ao ambiente e não apresentam índices de depressão e auto-estima indicativos de mal-estar psicológico. A vulnerabilidade destes jovens manifesta-se

justamente no desenvolvimento de problemas de externalização (comportamento delinqüente) e uso de drogas.

Estes problemas de externalização podem ser explicados a partir da perspectiva da teoria da aprendizagem social (Bandura, 1979, 1997, 2001). De acordo com esta teoria, todos os comportamentos, normais ou patológicos, são frutos de aprendizagens, de relações que se estabelecem entre o indivíduo e seu contexto. Estas aprendizagens podem ocorrer através de situações de reforçamento direto ou reforçamento vicário, que ocorrem simultaneamente nas interações que a pessoa estabelece com seu meio ambiente. É através destes processos de aprendizagem que ocorre o processo de socialização da criança.

No reforçamento direto, o próprio comportamento da pessoa é conseqüenciado com reforços e punições advindos do seu ambiente. Determinado comportamento é, então, selecionado a partir de suas conseqüências no ambiente: se ele é reforçado provavelmente ele se repetirá; se for punido ou não tiver nenhuma conseqüência ele se extinguirá.

Já no reforçamento vicário, padrões de comportamento são aprendidos através da observação do comportamento do outro e das conseqüências deste comportamento, isto é, se ele é reforçado ou punido. Este processo de aprendizagem através da observação dos outros é denominado modelação. A modelação não é uma mera imitação do comportamento dos outros. Ela implica a elaboração de uma representação mental do comportamento observado, o armazenamento desta representação na memória e sua reprodução motora posterior, quando a situação exigir determinado comportamento. Isto quer dizer que a criança ou adolescente pode aprender determinado comportamento, mas somente externalizá-lo mais tarde ou até mesmo nunca fazê-lo. Esta externalização ou manifestação de um comportamento é uma função das condições ambientais atuais, ou seja, dos reforços ou punições que a criança espera que se sigam ao comportamento emitido.

Além disso, o comportamento manifesto não é uma simples cópia de um determinado modelo, mas o resultado da combinação de comportamentos de vários modelos, uma espécie de mosaico de vários modelos. Este processo de modelação torna-se extremamente provável e efetivo quando existe alguma relação afetiva entre o observador e o modelo. É através deste processo de aprendizagem que crianças e adolescentes constroem seus padrões de conduta. Adultos significativos que desempenham algum papel importante na vida de crianças e jovens tendem a ser modelos eficientes, que vão moldar, mesmo de maneira não intencional, a conduta daqueles.

As situações de vida destes jovens indicam que os mesmos estão expostos a muitas situações de interação agressiva com o ambiente. Pode-se pressupor que em algumas destas

interações, figuras que lhes são significativas, ou modelos, estejam envolvidas. Nestas vivências ele aprende formas agressivas, hostis e violentas de expressar seus sentimentos e seus pensamentos e de resolver conflitos e problemas interpessoais. Estas formas são, então, generalizáveis para as mais diferentes situações e contextos; na maioria das vezes em que o jovem interagir com o mundo o fará a partir de um modelo de agressividade e violência.

Além disso, os comportamento agressivos e violentos, aprendidos através da experiência vicária, tendem a ser reforçados diretamente em determinados contextos desenvolvimentais, que podem ser não somente permissivos como encorajadores da agressão. Assim, por exemplo, em determinadas famílias ou no grupo de iguais, quando o jovem emite um comportamento violento, o mesmo é reforçado, explícita ou implicitamente, através de ganhos materiais ou através do ganho de *status*, atenção, carinho e elogios.

Complementando a sua abordagem a respeito do comportamento humano, Bandura (1997, 2001) escreve que, além, ou paralelo aos processos de modelação, existem processos individuais, cognitivos, que vão ser responsáveis pela chamada intencionalidade do comportamento. O indivíduo não é simplesmente o resultado de seus processos de modelação e não está à *mercê* do seu ambiente externo. Ele é também um ser ativo, que pode controlar e determinar seu próprio comportamento e, a partir deste, construir seu próprio ambiente. Este autocontrole, que se manifesta nos processos de auto-avaliação, auto-regulação e nos sistemas de crenças do indivíduo, ajuda a compreender porque, apesar de experiências de modelação negativas, um sujeito pode se desenvolver de uma maneira saudável. Apesar das várias experiências adversas que estes jovens podem viver ao longo de suas vidas, os processos individuais de auto-regulação ajudam a entender sua saúde mental.

Então, considerando a resiliência emocional dos jovens investigados, pode-se pensar que a mesma esteja relacionada, tanto aos processos adaptativos individuais de auto-regulação (Bandura, 1997; 2001), como ao tipo de trajetória retrospectiva encontrada na vida destes jovens. Não foi possível, pelas dificuldades já citadas de acesso e existência de registros, traçar a trajetória retrospectiva do comportamento delinqüente dos adolescentes. As relações possíveis entrem a situação atual dos jovens, tanto em termos comportamentais, como afetivos e cognitivos, e seu passado infracional permanecem não respondidas.

Já em termos de trajetória retrospectiva de inserção no sistema de atendimento à criança e adolescente é possível fazer algumas considerações, apesar do fato de não ter sido possível reconstruir a trajetória de 39 jovens (19,5%) pelos mesmos motivos já mencionados. Conforme apresentado na Tabela 14, a trajetória mais freqüente, presente em 72 jovens (36%), foi a permanência, ou seja, o jovem permaneceu cometendo um mesmo tipo de delito

ao longo dos anos, sendo que esta permanência pode ter iniciado na infância ou na adolescência. De acordo com a literatura (Farrington, 1995; Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Tremblay, 2000), este tipo de trajetória pode ser considerada relativamente saudável em jovens infratores, uma vez que não indica a escalada do comportamento delinqüente, que seria o cometimento crescente de atos infracionais cada mais graves e que envolveriam uma quantidade crescente de violência e/ou agressão.

A seguir, em 68 jovens (34%), aparece o cometimento de apenas um ato infracional na adolescência. Esta pode ser considerada uma trajetória mais saudável do que a permanência, uma vez que a literatura (Farrington, 1995; Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Tremblay, 2000) indica que o início do comportamento delinqüente nos anos da adolescência está relacionado a um bom prognóstico futuro em termos de desistência deste comportamento. Há referências de que o número de comportamentos delinqüentes emitidos também tem relação com o prognóstico. Quanto maior o número de comportamentos pior o prognóstico em termos de desistência, isto é, diminui a probabilidade de abandono dos comportamentos delinqüentes (Farrington, 1995; Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Tremblay, 2000). Assim, o cometimento de somente um ato infracional por estes jovens também sugere um bom prognóstico.

A escalada no comportamento delinqüente, que se refere ao cometimento crescente de atos infracionais cada vez mais graves, envolvendo uma quantidade crescente de violência e/ou agressão, com o conseqüente aumento nas restrições e severidade das medidas sócio-educativas recebidas, aparece em último lugar na amostra. A escalada com início na infância que é, de todas as possíveis trajetórias, a de pior prognóstico (Farrington, 1995; Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Tremblay, 2000), aparece em 10 jovens (5,0%), e aquela que inicia na adolescência aparece em 11 jovens (5,5%).

Assim, no que diz respeito à trajetória retrospectiva, os dados referentes à trajetória prospectiva indicam que o prognóstico em termos de futuro pode ser positivo para a desistência do comportamento delinqüente. Para avaliar como será a adultez destes jovens, em termos de conduta delinqüencial, seria necessária a continuidade deste estudo. Em termos de adolescência, foi possível acompanhar dois anos e meio da vida destes jovens e o prognóstico positivo, hipotetizado a partir da trajetória retrospectiva, foi confirmado. Ao longo do período acompanhado pela pesquisa a maioria dos jovens (145 ou 72,5%) desistiu do comportamento

delinqüente, isto é, não reingressou no sistema de atendimento ao jovem autor de ato infracional.

Podem-se considerar vários fatores relacionados com esta desistência. Ela sugere uma eficiência em termos da medida sócio-educativa cumprida. Foi visto que, ao longo da década de 90, ocorreu um processo de reordenamento das instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002). Os jovens desta amostra cumpriram suas medidas ao longo desta década e no início dos anos 2000, época na qual os efeitos benéficos deste reordenamento certamente se fizeram sentir. Espera-se que estes efeitos possam, a longo prazo, alterar o quadro de ineficácia existente na realidade brasileira até o momento, em termos de modificação do comportamento delinqüente, que é retratado na literatura brasileira sobre o tema (Chaves, 1994; Gomide, 1998; Oliveira & Assis, 1999).

Além disso, as variáveis individuais positivas encontradas nestes jovens podem ter tido um efeito nesta trajetória, tendo um papel moderador na relação entre o comportamento do jovem e a institucionalização e suas conseqüências adversas.

Outro fator está relacionado ao próprio desenvolvimento ontogenético. A literatura sobre trajetórias do comportamento delinqüente (Loeber & Hay, 1997) enfatiza que, com o passar dos anos adolescentes, o comportamento delinqüente tende a diminuir ou mesmo desaparecer. O amadurecimento emocional traria consigo uma maior capacidade de autocontrole e a capacidade de regular melhor as próprias emoções e tolerar frustrações, que se traduziriam em menos manifestações violentas e infracionais. A média de idade dos adolescentes pesquisados foi 16,5 anos. Após dois anos e meio, a média da amostra é de 19 anos. Portanto, nesta idade, pode-se supor que este amadurecimento esteja ocorrendo.

Somente o prosseguimento do acompanhamento da trajetória na idade adulta permitiria verificar a persistência desta desistência. O comportamento infracional e violento pode efetivamente desaparecer, se manifestar através de outras formas, socialmente mais toleráveis (práticas parentais violentas com os próprios filhos, conflitos conjugais, etc.) ou ainda, o jovem pode desenvolver estratégias para não ser flagrado em seus atos infracionais. Este tipo de aprendizagem negativa, de habilidades de disfarce e de práticas delituosas mais sofisticadas e eficientes, que ocorre em instituições que abrigam grandes grupos de jovens infratores, tem sido muito enfatizada pela literatura (Assis, 1999; Dishion & Andrews, 1995; Dishion, McCord & Poulin, 1999). Em função deste tipo de aprendizagem entre iguais os critérios de agregação dos jovens no interior das instituições devem ser repensados, tanto no que diz respeito ao número de jovens que se deve reunir num mesmo local, quanto ao tipo de

adolescentes que devem permanecer juntos. Estudos (Dishion, McCord & Poulin, 1999; Dishion & Andrews, 1995) sugerem que, na medida do possível, deve-se compor grupos heterogêneos, que misturem adolescentes violentos com outros pró-sociais. Estes últimos, na medida em que fossem reforçados pelo ambiente nas suas condutas normativas e adaptadas, serviriam de modelos para aqueles. O treino que acontece naturalmente entre os pares poderia, então, gerar comportamentos mais adequados nos adolescentes delinquentes. Apesar das dificuldades em se implementar esta heterogeneidade, devido às características inerentes a algumas medidas (como por exemplo, a privação total de liberdade, que impede que o jovem tenha contato com pessoas fora da instituição), cada instituição poderia, dentro de suas especificidades, viabilizar esta proposta.

Durante os dois anos e meio da pesquisa dois jovens faleceram, um vítima de AIDS e outro vítima de violência (troca de tiros com a polícia). Estas mortes são ilustrativas do modo como ocorre a morte prematura de jovens brasileiros, não somente infratores, de baixa renda e que nem sempre têm um sistema de atendimento em termos de educação e saúde disponível e adequado às suas necessidades. De acordo com dados do IBGE citados por Waiselfisz (1998), na década de 90, a maior parte das mortes de jovens no Brasil (67,4%) tem como motivo as chamadas causas externas que são, fundamentalmente, homicídios e outras violências semelhantes. Esta realidade violenta fez-se presente nos relatos dos jovens acerca dos eventos negativos ocorridos em suas vidas. Cabe à comunidade como um todo planejar e efetivar ações que ajudem os jovens a lidar e a prevenir a perpetuação desta dramática realidade.

A trajetória de permanência no comportamento delinvente, ou seja, permanecer cometendo delitos, cumprindo medidas sócio-educativas e/ou medidas de proteção, fugir da instituição, e/ou permanecer fugado e/ou ser preso após ser desligado do sistema aconteceu com 26,5% da amostra, ou seja, em 53 jovens. Esta é considerada a pior trajetória, pois indica que o jovem está desenvolvendo uma carreira criminal ou não está conseguindo ser liberado do sistema de atendimento ao jovem autor de ato infracional. Estas duas hipóteses implicam uma série de restrições e *déficits* em termos de tarefas da adolescência e de preparação para a uma vida adulta saudável.

Destes 53 jovens, 27 permaneciam cumprindo medida de internação na Febem. Eles permaneceram dois anos e meio envolvidos no cumprimento de medidas. Pode-se especular sobre os efeitos nocivos de dois anos da adolescência vividos nesta situação. Os nove jovens que cumpriam medida em meio aberto também estiveram expostos a estas mesmas circunstâncias adversas, pois a progressão de medida, que implica o retorno ao lar e às atividades escolares e laborativas, ocorreu recentemente.

Igualmente em situação extremamente desfavorável para o seu desenvolvimento estão os jovens que permanecem fugados. É muito difícil obter informações sobre a vida de um adolescente que fugiu antes de cumprir sua medida completamente. A partir do momento em que ele sai da instituição é expedido um mandato de busca e apreensão, o que significa que a qualquer momento ele pode ser capturado pela polícia. Esta possibilidade restringe em muito sua liberdade e as possibilidades de atividades nas quais ele pode se engajar. O adolescente raramente permanece na sua residência, não tem como se matricular no sistema de ensino formal e não tem como obter um emprego formal. Ele passa a maior parte do tempo “escondido”, na casa de amigos que “toleram e compartilham de suas atividades delituosas”. Como modo de subsistência ele conta com a ajuda de familiares, conhecidos ou amigos. Em virtude destas dificuldades, o jovem que foge tende a permanecer numa trajetória delinqüente, que representa sua única alternativa de modo de vida. Dos 27 jovens que permaneceram o tempo todo da pesquisa internos, oito têm episódios de fuga da instituição e retorno ao longo deste período.

Em termos de valor preditivo de todas as variáveis estudadas sobre as possíveis trajetórias percorridas pelos jovens, obteve-se um valor explicativo de apenas 11%. De certo modo isto é compreensível e até esperado, uma vez que se sabe que um comportamento socialmente tão complexo como o comportamento delinqüente possui infinitas determinações, combinadas de formas muito particulares em cada caso. Este resultado sugere que são o número de ingressos em unidades de abrigo, o fato de trabalhar ou não e a trajetória de inserção no sistema de atendimento até o momento inicial da pesquisa os fatores mais relacionados com a trajetória total. Estas são variáveis relacionadas ao contexto e à história de vida dos jovens, fato que aponta para a importância que o ambiente ou contexto desenvolvimental têm para o rumo que a vida destes jovens vai tomar.

Em termos da importância do trabalho na vida dos jovens, Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001) trazem uma revisão da literatura que aponta a importância das atividades laborais para a construção da identidade dos jovens e para a sua saúde mental. Os autores também relatam pesquisas com jovens do mesmo nível sócio-econômico daqueles investigados, que mostram a importância que o trabalho tem para esta parcela da população, mesmo quando o trabalhar significa desempenhar funções de baixa qualificação. O trabalho é percebido como um caminho para a realização pessoal e para a felicidade. Pode-se supor que o jovem que trabalha tem uma percepção mais otimista de si mesmo e do mundo, isto é, é mais resiliente emocionalmente. E esta resiliência traduz-se numa trajetória de vida mais

saudável, na qual podem até acontecer atos delinqüentes, mas ocorre a desistência deste tipo de comportamento.

Já o fato da trajetória de inserção no sistema de atendimento e o número de ingressos em abrigos explicar a trajetória prospectiva aponta para a noção corrente em psicologia de continuidade do desenvolvimento (Steinberg, 1999). É esperado que o número de ingressos em abrigos na infância (devido a situações de risco vivenciadas) e a trajetória anterior de vida afetem a qualidade e aquilo que acontece nos anos da adolescência. Supõe-se que uma criança que foi exposta a situações de risco tão intensas que ocasionaram a internação em abrigos tenha vivido em contextos desenvolvimentais nocivos para o seu desenvolvimento subsequente. A trajetória mais ou menos saudável na adolescência (isto é, desistência ou permanência) pode estar ligada então, tanto às situações de risco que ocasionaram sua medida protetiva, como a possíveis efeitos iatrogênicos desta medida protetiva. A literatura apresenta dados inconclusivos sobre a relação entre passar por serviços protetivos na infância e o desenvolvimento da delinqüência na adolescência. Jonson-Reid e Barth (2000) apresentam pesquisas que apontam, tanto para uma relação positiva entre internação em serviços protetivos (por negligência ou abusos) e o cometimento de atos delinqüentes posteriormente, quanto para a inexistência desta relação.

De qualquer modo, esta questão aponta para a importância de atuações preventivas e promotoras de saúde psicológica e de incremento de fatores de proteção com as crianças em situação de risco. Atuando na infância muito pode ser prevenido em termos de trajetórias violentas na juventude.

Assim, neste estudo, as variáveis intrapsíquicas indicaram saúde mental dos jovens. E as variáveis contextuais sugeriram que é no âmbito interpessoal, isto é, nas relações pessoais e sociais que o jovem estabelece com seu ambiente, que se deve buscar o entendimento e o planejamento de ações para lidar com o comportamento delinqüente em jovens.

CAPÍTULO III

SEGUNDO ESTUDO: Trajetórias do comportamento delinqüente em adolescentes infratores brasileiros: um estudo de casos

3.1 Introdução

Este estudo, de caráter qualitativo, tem como objetivo descrever três casos que são ilustrativos de trajetórias desenvolvimentais apresentadas no primeiro estudo. Através desta abordagem qualitativa pretende-se complementar os dados quantitativos do estudo anterior e assim, tentar fazer jus à complexidade das trajetórias de vida daqueles jovens. São apresentados três casos, nos quais se privilegia a descrição da realidade de vida dos jovens durante o cumprimento de sua medida sócio-educativa e no momento final da pesquisa, evidenciando sua trajetória. Também são descritas as circunstâncias que envolveram o último contato com os jovens, após dois anos e meio do início do acompanhamento. Os casos foram escolhidos por fornecerem um conjunto complexo de informações qualitativas psicologicamente ricas para a compreensão das trajetórias.

3.2 Método

3.2.1 Participantes

São três casos de adolescentes participantes do primeiro estudo. Um dos casos é de um adolescente que permaneceu todo período da pesquisa internado e cuja trajetória foi, portanto, de permanência no comportamento delinqüente. Outro caso é de um adolescente que também teve uma trajetória de permanência no comportamento delinqüente, mas que permaneceu fugado durante a pesquisa. E, finalmente, o terceiro caso, é de um adolescente que desistiu do comportamento delinqüente, isto é, teve a trajetória considerada mais satisfatória.

3.2.2 Instrumentos e Procedimentos

Como instrumentos utilizados para obtenção das informações sobre os casos foram utilizadas as entrevistas do primeiro estudo, a análise dos prontuários e dos Registros de Dados Gerais sobre o Adolescente (AGERs) realizada no primeiro estudo, bem como entrevistas com familiares dos adolescentes. A construção dos casos baseou-se nos procedimentos indicados por Edwards (1999), para a elaboração de casos.

A primeira etapa da construção dos casos foi a coleta de informações que aconteceu durante todo o período da pesquisa, ou seja, durante dois anos e meio. Estas informações foram originadas de várias fontes, obtidas através dos instrumentos utilizados no primeiro estudo. A segunda etapa consistiu na redução dos dados. Todo o material coletado foi trabalhado, originando um resumo sinóptico, no qual são descritos os aspectos principais do caso. Na última etapa, o material do caso foi integrado ao referencial teórico sobre o tema e discussões são realizadas, evidenciando as relações entre os aspectos conceituais e o material empírico.

Cabe salientar que nos casos apresentados, alguns personagens, eventos e circunstâncias nem sempre são tão precisas quanto seria necessário, em virtude das deficiências dos registros de informações do sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei já mencionadas no estudo anterior.

3.3 Caso 1

Este caso é de um adolescente que permaneceu todo período da pesquisa internado e cuja trajetória foi, portanto, de permanência no comportamento delinqüente. Márcio³ é um jovem de 14 anos, franzino, magro, de cor parda e quando foi iniciada a pesquisa estava cumprindo sua primeira medida sócio-educativa, privativa de liberdade, pelo ato infracional de estupro. Para garantir a segurança do jovem, ninguém na unidade, com exceção da equipe técnica, conhecia seu real delito, uma vez que o estupro não é tolerado pelos jovens, que “prometem” vingança contra quem “faz este tipo de coisa”. Assim, ao longo de sua internação, Márcio tinha uma tarefa árdua: manter escondido o real motivo pelo qual estava ali. Segundo ele, quando um adolescente ingressa na unidade, todos os demais o submetem a uma espécie de interrogatório constante, solicitando detalhes sobre o delito cometido, a fim de, a partir de alguma contradição, descobrir um possível estupro. Como diz Márcio, “o cara não pode se enrolar nos papos”.

Antes de sua internação, ele residia numa pequena cidade do interior do estado, com ambos os pais e quatro irmãos menores. Parou de estudar a dois anos, “para trabalhar, ajudar o pai”. No momento da primeira entrevista estava estudando na terceira série na escola que existe dentro da instituição. Sua família, segundo ele, é pobre, o pai trabalha como jardineiro em empregos temporários e Márcio o ajudava, cortando grama. A mãe é “dona-de-casa”. Este trabalho com o pai tinha sido sua única atividade de trabalho. É usuário de maconha.

³ Os nomes dos citados neste estudo são fictícios.

Márcio não teve nenhum ingresso em abrigos durante a sua infância. Apesar deste ser seu primeiro delito, Márcio permaneceu durante todo o período da pesquisa cumprindo medidas: permaneceu um ano em medida privativa de liberdade, recebeu progressão de medida (deveria prestar serviços à comunidade - PSC) e, passado um ano, reingressou novamente, tanto por regressão de medida diante do não cumprimento da PSC, como pelo cometimento de um novo ato infracional, agora furto. Durante seu primeiro ingresso, Márcio dizia que *“nunca mais vou fazer nada para poder sair daqui, agora tô até estudando”*.

No último contato, passados dois anos e meio da primeira entrevista, Márcio cumpre sua medida em uma unidade para adolescentes considerados “de perfil agravado”, isto é, reincidentes no cometimento de delitos. Neste momento é questionado sobre como percebe esta sua trajetória. Explica que, de acordo com a medida de prestação de serviços à comunidade que recebeu, deveria fazer serviços de jardinagem em um quartel. Chegando lá, ele recebeu uma série de ameaças, *“começaram a dizer que lá não era lugar pra mim, que iam pegar uma arma e iam ligar pra juíza dizendo que tinha sido eu”*. Diante disto, ficou com medo e não retornou mais, *“daí eu não trabalhei mais, e fiz outros delitos... roubei”*. Explica que contou para os pais a situação ocorrida no quartel e estes concordaram com a sua atitude.

Quando questionado sobre seus planos, Márcio fala que de agora em diante será diferente. Que agora quer sair e trabalhar, *“fazer ficha numa firma”* e ajudar o pai e a mãe. Diz que sabe que seu futuro só depende dele, mas que, por isso mesmo, não sabe como será, *“só Deus é que sabe...”*.

O caso de Márcio ilustra bem as características típicas desta população, que podem ser consideradas fatores de risco para o seu desenvolvimento: baixa escolaridade, evasão precoce da escola, família de baixa renda, trabalho envolvendo atividades informais, com baixa qualificação. Além dos riscos no seu ambiente de desenvolvimento, a internação prolongada também pode ser considerada mais um fator de risco. Supõe-se que Márcio, ao permanecer dois anos e meio cumprindo medidas sócio-educativas, na maior parte do tempo, de internação, tenha ficado exposto a uma gama muito grande de experiências. Algumas delas positivas para o seu desenvolvimento, como a escolarização e os atendimentos oportunizados pela instituição, preconizados nos seus planos de atendimento (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002).

Por outro lado, ele pode ter sido exposto às situações de aprendizagens entre seus pares que podem modelar e manter condutas delinquentes (Hutz & Silva, 2002a). Além disso, nestes dois anos e meio, muitos contatos (como por exemplo, com jovens não infratores), e

oportunidades extra instituição, que propiciariam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais importantes para lidar com a adolescência, foram limitados ou impedidos. No seu caso, é importante lembrar a noção de acumulação de fatores de risco mencionada por Garbarino (1999). Aos riscos já existentes somam-se os riscos de uma institucionalização prolongada.

Na última entrevista, em suas verbalizações, percebe-se que Márcio tem dúvidas sobre sua capacidade de controlar seu futuro. Faz planos de trabalhar, mas duvida se conseguirá concretizar estes planos. Esta pesquisa mostrou o quanto o trabalho pode estar associado ao bem-estar e a uma trajetória de vida saudável na vida dos jovens (Sarriera, Silva, Kabbas & Lopes, 2001), e, portanto, o quão importante seria se ele alcançasse este objetivo.

Mas Márcio atribui o poder de controlar seu futuro a uma causa externa: “*só Deus é que sabe*”. Como foi visto no estudo anterior, as atribuições externas são disfuncionais em termos de motivação para a modificação do comportamento, uma vez que geram um sentimento de desesperança e incapacidade de controlar o que ocorre na vida (Dubois & Felner, 1999). Sua atribuição externa é mais um fator cognitivo de risco para a resiliência de Márcio.

A trajetória de permanência, que traz consigo uma certa cronificação na vida institucional, é um desafio que Márcio deverá superar ao longo de seu desenvolvimento. Diante dos vários riscos presentes na sua vida, aparece com clareza a importância que o amparo da família e da comunidade, com seus serviços públicos, terão na vida do jovem quando ele concluir sua medida. Este amparo é importante não somente para prevenir sua reincidência, mas também para a promoção de sua saúde física e psicológica. Em termos desenvolvimentais, o que Márcio, e tanto outros garotos com a mesma trajetória de vida precisam, é de uma família e comunidade que desempenhem um papel de proteção, protegendo ou moderando os efeitos das circunstâncias adversas.

No entanto, é preciso lembrar que, muitas vezes, a família do jovem que comete infrações se encontra em uma situação de risco tão intensa quanto a de seu filho, estando fragilizada para desempenhar suas funções. Como lembra Lykken (1995), as funções de pai e mãe exigem habilidades e uma disposição emocional que não são naturais, inatas ou inerentes ao ser humano. Além disso, lidar de forma adequada, isto é, sem reações de abandono ou agressão, com a situação de ter um filho que cometeu infrações pode ser algo bastante desafiante para os pais. Muitas vezes, a família pode sofrer preconceito por parte da comunidade que, ao invés de apoiá-la, a exclui e estigmatiza. Portanto, tanto quanto seu filho,

a família também deve ser foco de políticas de atendimento, que a auxiliem na tarefa de educar e orientar sua prole.

3.4 Caso 2

Este caso é de um adolescente que também teve uma trajetória de permanência no comportamento delinqüente, mas que permaneceu fugado durante a pesquisa. Antonio tinha 17 anos quando a pesquisa iniciou e cumpria há dois meses medida privativa de liberdade pelo cometimento de assaltos. Antonio tem estatura alta, é magro, tem cabelos e olhos castanhos e pele morena.

Antes de sua internação, ele residia com a mãe, seus três irmãos e seu padrasto em um bairro pobre de uma cidade da região metropolitana. Não tem nenhum tipo de contato com seu pai biológico há muito tempo. Antonio estudou até a sexta série, depois *parou* “*porque não tinha paciência de ficar sentado um tempão, ouvindo a professora*”. Trabalhava como servente de pedreiro ou pintor. É usuário de maconha.

Antonio teve seu primeiro ingresso no sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei aos 15 anos e nunca ingressou em abrigos. Dos 15 aos 17 anos permaneceu internado, sendo que durante este período teve cinco episódios de fuga das instituições. Durante os períodos nos quais permanece fugado, ele não fica na sua casa, mas na casa de amigos e ou parentes. Se vai para casa ele pode ser encontrado facilmente pela polícia, uma vez que sua fuga gera um mandato de busca e apreensão. Nestes períodos continua cometendo atos infracionais. Rouba, segundo ele, para poder se manter e, principalmente, para comprar maconha. Tanto as recorrentes fugas, como os atos infracionais cometidos na rua, ocasionam novas medidas sócio-educativas, o que faz com que sua liberação do sistema seja adiada cada vez mais. Cinco meses após o primeiro contato com Antonio, ele fugiu novamente e permaneceu fugado até o final da pesquisa.

Quando questionado sobre os motivos de suas fugas da instituição, Antonio explica que foge, não porque a instituição é ruim, mas por motivos próprios, “*não consigo me segurar, quero ficar na rua*”. Diz que quando está internado passa o tempo todo esperando uma oportunidade para fugir, e o faz saltando os muros da instituição, em momentos “*de vacilo*” da monitoria. Fala também que “*o bom*” seria se conseguisse fugir e “*se manter na rua sem cair*” até os 21 anos, quando compulsoriamente sua medida sócio-educativa será extinta. Ao final da pesquisa, com o endereço que constava em seu prontuário, foi localizada a residência de Antonio num bairro denominado “*invasão*”, pois se constitui de habitações não

regularizadas, construídas em uma área que não tem infra-estrutura urbana. Duas mulheres que moravam nesta casa referiram que nunca conheceram ninguém com o nome de Antonio e que talvez ele tenha morado ali há algum tempo atrás, já que elas residiam ali há pouco tempo. Aparentam desconfiança diante da visita, pois respondem rapidamente as perguntas através de uma fresta da janela. Quando fecham a janela, uma moradora da casa ao lado chama em voz alta e diz que as mulheres estavam mentindo e que Antonio, provavelmente, deveria ser o rapaz que *“de vez em quando aparece aí, pega um dinheiro e vai embora. Parece que ele já teve preso né?”*

Da mesma forma que no caso anterior, Antonio apresenta uma trajetória de permanência, que pode ser muito nociva para seu desenvolvimento. Mas aqui a trajetória é agravada pelo fato de Antonio permanecer por longo tempo fugado. Esta situação implica um número de riscos difícil de precisar. Ele não se beneficia dos atendimentos oferecidos pela instituição e, certamente, não busca serviços de atendimento oferecidos pela comunidade, pois isto implica a possibilidade de ser apreendido novamente. Além disso, o fato de não ter cumprido totalmente sua medida sócio-educativa, tem implicações jurídicas importantes: uma vez reingressando novamente no sistema de atendimento, o fato de ter fugido implicará medidas mais restritivas e mais longas. Tendo fugido, Antonio também não pode se matricular no sistema de ensino formal ou em algum curso e não consegue obter trabalhos em atividades formais. Talvez consiga trabalhar em serviços informais, mas qualquer atividade sempre traz consigo o risco de ser apreendido pela polícia e conduzido de volta à instituição. Diante destas restrições de oportunidades, o cometimento de delitos parece ser uma das poucas alternativas que lhe restam. E estes, por sua vez, contribuiriam cada vez mais para a cronificação de seu comportamento delinqüente.

Entendendo o desenvolvimento como um processo contínuo, e sabendo que o que acontece na adolescência é importante para o desenvolvimento subsequente (Ebata, Petersen & Conger, 1990), pode-se especular que a adultez de Antonio será marcada negativamente por esta adolescência passada em uma espécie de clandestinidade. Como intervir nesta situação? Assim como deve ser difícil encontrar Antonio, é difícil propor respostas para esta questão. Parece ter destaque aqui o papel da instituição responsável pelo cumprimento da medida sócio-educativa no sentido de prevenir que situações de fuga aconteçam. Não simplesmente porque elas possam representar um mal-estar ou uma falha da instituição, mas porque elas “empurram” o jovem para uma situação de vida repleta de incertezas e falta de oportunidades.

3.5 Caso 3

Este caso apresenta a história de um adolescente que desistiu do comportamento delinqüente ao longo da pesquisa, isto é, teve a trajetória considerada mais satisfatória. Julio tem estatura baixa, olhos e cabelos castanhos, pele morena e parece estar acima do peso. Tinha 15 anos no início da pesquisa e estava há um mês em internação provisória (que deve, de acordo com o ECA, durar no máximo 45 dias), aguardando sua medida definitiva, pelo cometimento de um estupro. O primeiro contato com Julio foi realizado na enfermaria da unidade, que era o local onde ele permanecia, separado dos demais jovens da unidade, que de forma alguma poderiam saber qual era o seu delito. Quando um jovem ingressa em uma unidade pelo cometimento de estupro ele deve permanecer separado dos outros internos, “deve ficar no seguro”, de acordo a linguagem dos adolescentes, pois este tipo de delito não é tolerado pelos demais, que geralmente reagem com ameaças de “fazer justiça” contra ele. Assim, para Julio, além das restrições inerentes à medida, esta questão de segurança lhe impunha mais limitações e tornava o ambiente da unidade extremamente hostil a ele.

Julio é órfão de pai e mãe. Seus pais faleceram quando ele tinha um ano e ele passou a ser cuidado por uma tia materna solteira, com quem reside na capital. Possui três irmãos, mas não tem contato com eles. Julio nunca estudou, é analfabeto e trabalhava como servente numa fábrica de móveis. Não usa nenhum tipo de droga. Em seu prontuário há registro de que foi vítima de abuso sexual na infância, mas não são fornecidas maiores informações sobre este fato.

Ao longo de sua vida, Julio não teve nenhum ingresso no sistema de atendimento à criança e adolescente. Este é seu primeiro delito e esta é sua primeira medida sócio-educativa. Da unidade de internação provisória, na qual permaneceu três meses, foi transferido para uma unidade de privação de liberdade, na qual permaneceu oito meses. Após este período, foi liberado e até o final da pesquisa, transcorridos um ano e meio, não ingressou mais no sistema. Durante o período que esteve internado sempre recebeu visitas da tia.

Com o endereço que havia em seu prontuário foi fácil localizar Julio passados um ano e meio de sua liberação. Quem fornece as informações sobre sua vida atual é a tia que sempre cuidou dele, pois no dia deste contato Julio não estava em casa. A tia, muito prestativa, diz que fornece todas as informações necessárias, mas pede que não se procure mais Julio, pois atualmente ele tem uma companheira, que reside com ele a mais ou menos um ano, e que desconhece “*o seu passado*”, isto é, não sabe que ele esteve internado na Febem. Conversando, fala em tom de voz muito baixo e olha constantemente para os lados, pois vários vizinhos estão sentados, tomando chimarrão na frente das casas.

Atualmente ele mora no mesmo pátio da tia, em uma casa nos fundos, construída por ele mesmo, com a companheira. Residem em um bairro que pode ser considerado de nível sócio-econômico baixo, com infra-estrutura urbana, em uma rua residencial.

Segundo a tia, Julio *“tá muito bem agora, tá calmo, nunca mais fez nada”* e tem um bom relacionamento com esta companheira. Não tem filhos. Ele trabalha durante o dia em atividades informais como biscate, capina, fazendo aterros, e à noite estuda numa escola pública, mas não sabe precisar em qual série está. Diz a tia que ele *“tem bastante serviço, porque é muito caprichoso e tá conseguindo sustentar a casa”*

A partir do que foi possível obter de informações sobre sua vida, percebe-se aquele Julio conseguiu traçar uma trajetória de vida relativamente saudável. Cometeu um único delito e desistiu deste tipo de comportamento. Consegue trabalhar e estudar e estabeleceu um relacionamento interpessoal aparentemente significativo. Loeber e Hay (1997) apontam que o estabelecimento de relações interpessoais positivas pode ser um fator que contribui para a desistência da conduta infracional. O fato de ter um vínculo emocional com sua companheira pode ajudar Julio na manutenção de sua trajetória saudável.

Também conseguiu manter o vínculo familiar com a tia, que parece ter desempenhado um papel protetivo essencial para a vida de Julio, tendo uma presença ativa ao longo de toda sua trajetória. Os laços interpessoais são, enfim, o que mais se destaca na vida atual de Julio. O fato de trabalhar e conseguir sustentar seu núcleo familiar também devem ser reforçadores para o jovem, contribuindo para seu bem-estar.

Com apenas 17 anos e meio, Julio dá conta de algumas das tarefas que, segundo Osório (1992), marcariam o término da adolescência: estabelecer relações afetivas estáveis e capacidade de assumir compromissos profissionais e manter-se. O desempenhar estas tarefas fornece indícios de que Julio conseguiu atingir certo grau de amadurecimento e estabilidade no seu comportamento. Apesar de sua infância difícil, de seu delito grave e de sua institucionalização marcada pela intolerância de seus pares, Julio é, sem dúvida, resiliente.

3.6 Discussão

Seguindo na mesma perspectiva proposta no estudo anterior, no qual foi destacado o papel primordial do contexto na determinação dos rumos da trajetória de vida dos jovens infratores, os casos apresentados também sugerem a importância do ambiente no qual o jovem está inserido. De acordo com o momento de vida de cada um dos jovens são determinados ambientes ou contextos que têm destaque e que devem ser foco de atenção de propostas de ação, tanto terapêuticas como preventivas e promotoras de saúde.

Enfatizando esta linha de raciocínio, estão as contribuições de Steinberg e Avenevoli (2000), referentes ao papel do contexto na manutenção e exacerbação de determinada psicopatologia através da permissão da repetição desta psicopatologia. Estes autores salientam que a consolidação de um determinado padrão de psicopatologia (por exemplo, o comportamento delinquencial crônico) é uma função direta da medida em que o contexto permite que os componentes afetivos, cognitivos e ou comportamentais deste padrão sejam repetidos. A repetição do comportamento violento e ou agressivo leva à sua própria consolidação, não somente em termos de repertório comportamental reforçado pelo ambiente, mas também a nível neural, através da consolidação de certos caminhos neurais.

Subjacente a estas medidas que devem ter como foco o contexto do jovem, está a idéia de interromper ou não permitir que se instale um “círculo vicioso” prejudicial ao adolescente: indivíduos com um tipo determinado de psicopatologia, na ausência de uma intervenção ambiental direta, com o passar do tempo, permanecerão na mesma trajetória, porque a sua própria psicopatologia determina o tipo de experiências que ele terá e essas experiências, por sua vez, tenderão a fortalecer a psicopatologia existente. O adolescente com história de comportamento delinquencial deve ser incentivado a procurar relacionamentos interpessoais e atividades de estudo, trabalho e lazer com outros jovens que não tenham este tipo de comportamento. Isto facilita o aprendizado de novos repertórios comportamentais e novas cognições sobre si mesmo e sobre o mundo que não envolvam a aprovação e uso de violência e agressão. Na medida possível, e dentro dos limites legais imposto pela natureza das medidas sócio-educativas, estas oportunidades de aprendizagens “extra-muros” da instituição devem ser incentivadas.

No primeiro caso, do jovem que permaneceu durante toda a pesquisa cumprindo medida sócio-educativa, ganha especial relevo o papel das instituições executoras das destas medidas. Estas instituições têm o dever legal, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), de fornecer ao jovem um atendimento que não só privilegie os aspectos punitivos relativos ao ato infracional cometido, mas que privilegiem o adolescente como um todo. Todos os profissionais que lidam no dia-a-dia com o jovem devem ter bem clara a noção de que o jovem está ali durante um período extremamente sensível de seu desenvolvimento, no qual ele é extremamente vulnerável às influências externas, tanto dos adultos que o rodeiam como de seus pares. Por outro lado, é justamente neste período da adolescência, que o ser humano apresenta uma capacidade intensa de plasticidade e de aprendizado (Diekstra, 1995), que deve ser aproveitada no processo sócio-educativo.

Papel igualmente importante têm os profissionais e instituições (governamentais ou não) que trabalham no acompanhamento dos jovens que cumprem as medidas sócio-educativas de meio aberto, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade. Estas medidas, justamente por propiciarem o contato do jovem com a comunidade, com outros jovens não infratores e com uma série de experiências de aprendizagem, devem merecer todo o cuidado e atenção e serem priorizadas e preferidas em relação à medida privativa de liberdade. Isto atenderia não só a legislação pertinente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990), mas também favoreceria um desenvolvimento mais saudável, uma vez que promoveriam aprendizados de novos repertórios comportamentais e de novas cognições que não envolvem a aprovação e uso de violência e agressão. No entanto, como aconteceu no caso apresentado, algumas vezes, o jovem tem dificuldades de cumprir uma medida aberta porque esta lhe exige habilidades sociais e comportamentais (auto-controle, comportamento assertivo, estratégias não violentas de resolução de problemas) que ele nem sempre tem a disposição no seu repertório. Além disso, a comunidade nem sempre consegue acolher e conviver de forma pacífica com um jovem que cometeu atos infracionais e o trata de uma forma preconceituosa, que reforça os estereótipos vigentes sobre o jovem infrator, tais como “burro, malvado, insolente e preguiçoso” (Gomide, 1998, p.61). Nos momentos nos quais surgem dificuldades nesta interação entre jovem e comunidade, os profissionais responsáveis pelo acompanhamento do mesmo devem ter um papel muito ativo, de sensibilidade diante dos problemas, e de orientação ao jovem, de modo que ele aprenda a lidar com os problemas sem abandonar a medida. O abandono de uma medida aberta, antes de seu total cumprimento, pode ter repercussões muito negativas para o jovem, como a regressão para uma medida privativa ou restritiva de liberdade.

Mais desafiante ainda é a situação do jovem que permanece fugado. Ele vive uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que está extremamente vulnerável, sozinho e precisando de amparo, ele não pode buscar este apoio, pois corre o risco de ser descoberto. É óbvio que as situações de fuga devem ser evitadas e é responsabilidade das instituições executoras de medidas em meio fechado zelar para que não aconteçam. Mas, uma vez que em alguns casos elas são quase que inevitáveis, a questão do jovem que fugiu ou evadiu⁴ e vive na comunidade sem poder contar com o auxílio da mesma, é um desafio ainda sem resposta que merece muita reflexão. Onde e com quem este jovem reside? Onde ele busca auxílio e cuidados se adoecer? Onde ele tem orientação e apoio emocional? Certamente este jovem se

⁴ Fugir é sair da instituição antes de concluir a medida. Evadir é não retornar à instituição após uma atividade, passeio ou visita familiar autorizadas judicialmente.

torna extremamente vulnerável, tanto pelas suas condições emocionais, como pela suas condições materiais, estando em alto risco para a reincidência no ato infracional e para o uso e tráfico de drogas, que são uma alternativa para seus males.

Já a história do jovem cuja trajetória foi de desistência do comportamento infracional ilustra a importância da família, do trabalho e do estudo para uma retomada de vida. Espera-se que a escola possa ser um ambiente protetor, que não exija do jovem muito além do que ele sabe e pode oferecer, de modo que ele possa prosseguir em seus estudos. Uma escolarização maior oportunizaria uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, que traz consigo benefícios, não só materiais, mais também psicológicos (Sarriera, Silva, Kabas & Lopes, 2001), e implica numa vida adulta de maior qualidade.

Nesta trajetória, até o momento bem-sucedida, ficou clara a importância do amparo familiar e dos laços afetivos ao longo da infância e adolescência. O jovem, apesar de órfão e de passar por circunstâncias difíceis na infância, teve uma figura cuidadora muito eficaz. Garbarino (1999) salienta este papel crucial dos laços afetivos e do fato de ser amado por alguém, seja pais, tios, avós ou primos. Uma alternativa saudável para o jovem que permaneceu fugado é a possibilidade que ele também encontre ou conviva com alguém com quem possa estabelecer tais laços afetivos, e que lhe sirva de suporte diante das adversidade de sua trajetória. Ainda lembrando Garbarino, este autor diz que a vida de um jovem não precisa ter ausência total de riscos para que o seu desenvolvimento ocorra tranquilamente. O que ele precisa é de oportunidades de compensar os riscos presentes, oportunidades que o autor chama de “âncoras emocionais”, tais como alguém que o ame e uma escola onde ele possa estudar.

No Brasil, é difícil falar em políticas de atendimento e intervenções com o adolescente autor de ato infracional sem se remeter a questões estruturais e sociais mais amplas e sem se referir a todo contexto político, social e econômico da realidade nacional. A realidade brasileira, marcada pela desigualdade social e pela ausência de políticas de atendimento à população infantil e jovem das classes pobres, contribui para que crianças e adolescentes vivam em situações de risco crônicas para um desenvolvimento pleno saudável. Mudanças neste cenário somente são viáveis a longo prazo e exigem a conjugação de esforços de vários setores da sociedade e do governo. Porém, o desenvolvimento destas crianças e jovens não pára, não espera pelas melhorias tão necessárias e urgentes. E enquanto estas melhorias não acontecem algo precisa ser feito, no sentido de reduzir os riscos dos contextos desenvolvimentais.

Finalmente, cabe salientar que em nenhum momento ao longo deste texto foi salientado o tipo de ato infracional cometido pelos jovens cuja trajetória foi apresentada. É claro que não se pode dissociar um ato ou delito da pessoa que o cometeu. No entanto, existem muitos profissionais e muitas ciências que se interessam e se ocupam do ato infracional e de seus determinantes ambientais e psíquicos (o psiquiatra, o advogado, e a própria sociedade). Ao psicólogo cabe se interessar e se ocupar pelo adolescente e pela sua vida, na qual o ato infracional é apenas uma pequena parcela. Somente assim ele pode ajudar o adolescente a compreender a si mesmo, compreender o mundo ao seu redor e aprender a lidar com a vida, seja ela como e onde for.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento humano é, inerentemente, um processo do qual fazem parte adversidades, crises e conflitos. No desenvolvimento de um adolescente, diante de tantas demandas internas e externas que lhe são feitas, estes conflitos podem estar ainda mais presentes. E o que dizer, então, quando um adolescente se desenvolve em circunstâncias tão adversas, a ponto de cometer atos violentos e destrutivos? É diante deste desafio que a psicologia deve buscar respostas para proporcionar a uma parcela importante da população condições mais saudáveis de desenvolvimento.

O resultado desejado deste desenvolvimento saudável é que o jovem se torne um ser competente, isto é, que ele seja capaz de acreditar em suas potencialidades, demonstrar sentimentos positivos com relação a si mesmo e estabelecer metas e traçar estratégias para conseguir bons resultados, mesmo quando fracassar (Cecconello & Koller, 2000). Parece haver concordância entre os pesquisadores da importância da interação entre os fatores que favorecem esta competência: as características individuais e as estratégias utilizadas para a adaptação ao ambiente. A interação entre esses fatores e os recursos disponíveis no ambiente, como o apoio familiar e social, contribuem para que a pessoa possa obter um resultado satisfatório na luta contra as adversidades.

Nas últimas décadas, o foco da psicologia deixou de ser predominantemente a patologia e o transtorno para ser aquele relacionado à saúde mental e adaptação positiva, especialmente quando se aborda as necessidades de saúde mental das crianças e adolescentes. A existência de forças no indivíduo e a promoção do seu desenvolvimento têm privilegiado a atenção de pesquisadores e clínicos (Dubois & Felner, 1999). Neste sentido, este estudo contribui com informações e considerações otimistas acerca dos jovens em conflito com a lei, a despeito de toda sua realidade de vida extremamente adversa.

Apesar de um contexto desenvolvimental negativo, com a ausência de um dos progenitores, uso de drogas, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, os jovens investigados apresentam características psicológicas individuais positivas, como baixos índices de depressão, de auto-estima, estratégias de *coping* e crenças atribucionais funcionais. Estas características, ao mesmo tempo que indicam um esforço adaptativo intenso destes jovens, se apresentam como recursos valiosos para estratégias de intervenção, tanto terapêuticas como preventivas. Assim, em termos intrapsíquicos, os jovens investigados dão sinais de saúde psicológica.

Por outro lado, os resultados também sugerem que o âmbito interpessoal, o contexto de desenvolvimento no qual o jovem está inserido, é um importante preditor dos rumos, mais ou menos saudáveis, de sua trajetória desenvolvimental. Iniciativas devem ser tomadas para que os contextos desenvolvimentais destes adolescentes venham, não a acrescentar mais riscos, mas a adicionar fatores protetivos que equilibrem suas vidas, tão curtas e já tão difíceis. A idéia fundamental é oportunizar relacionamentos e experiências com pessoas que possam ser modelos mais funcionais para estes jovens (no sentido de não utilizar agressão e violência como modos de relação com o mundo) e que possam incrementar suas habilidades auto-regulatórias, de modo a tornarem-se mais flexíveis diante dos problemas da vida.

Ao longo desta pesquisa também surgiram várias questões que motivarão estudos posteriores. Por exemplo, a investigação clínica e psicométrica da presença do diagnóstico de Transtorno da Conduta nesta população se faz urgente, para embasar estratégias de intervenção mais eficientes. Crianças e jovens que apresentam Transtorno de Conduta podem, com o passar dos anos e na ausência de intervenções adequadas, vir a desenvolver um Transtorno de Personalidade Anti-Social (Farrington, 1995), caracterizado por um padrão persistente de desconsideração em relação aos demais e de violação das regras e leis. Daí a importância que esta questão adquire em termos de prevenção de uma carreira delinquencial na idade adulta. Também surgiu a necessidade de inclusão de adolescentes autoras de atos infracionais nas amostras estudadas, permitindo esclarecer o papel moderador do sexo em variáveis como auto-estima e depressão em jovens que vivem em situação de risco.

E, finalmente, a partir da concepção de que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que vai do nascimento até a morte, existe o projeto de dar continuidade ao acompanhamento prospectivo da trajetória de vida destes jovens até a idade adulta, apesar das imensas dificuldades logísticas implicadas neste projeto. Este acompanhamento longitudinal permitiria verificar se a tendência de desistência do comportamento delinquente que ocorreu nos anos da adolescência, efetivamente permanece nos anos da idade adulta. Também poderia permitir um conhecimento maior sobre como é a realidade de vida e a saúde psicológica de adultos que, quando adolescentes ou crianças, cometeram atos infracionais.

Em termos de retorno à instituição que viabilizou a execução da pesquisa, várias questões merecem atenção. É fundamental que, no contexto dos processos de reordenamento do sistema de atendimento ao jovem em conflito com a lei que estão em curso, os procedimentos de coleta e registro das informações sobre cada jovem que ali ingressa seja qualificado. Esta qualificação vai desde a instalação de sistemas informatizados mais eficientes até o treinamento dos profissionais responsáveis pela recepção e acolhida dos

jovens em cada unidade. Se os dados referentes a cada jovem não forem o mais completos e precisos possível, a realização de pesquisas científicas com esta população fica ameaçada ou é limitada.

Entendendo que a atividade de pesquisa só tem sentido, quando ela gera conhecimentos que sirvam para embasar estratégias de atuação dos profissionais na área, sejam elas terapêuticas ou preventivas, algumas sugestões para a prática institucional podem ser feitas. Em termos da atividade do psicólogo com os adolescentes que cumprem medida sócio-educativa, existem algumas orientações que são explicitadas no Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul. De acordo com este programa, o psicólogo deve, através de seus atendimentos individuais e grupais, colaborar no processo sócio-educativo dos adolescentes (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002). Esta pesquisa mostrou que uma das questões mais importantes em termos de psicopatologia dos adolescentes é o uso de drogas. Para esta questão, o Programa (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor - Febem, 2002) indica o encaminhamento do jovem aos serviços disponíveis na comunidade. Por outro lado, ciente das carências de serviços públicos especializados no atendimento aos usuários de drogas, ele propõe duas sugestões. Uma delas preconiza que sejam realizadas pesquisas sobre o tema nas unidades da *fase* o quê, de certo modo, foi feito com este trabalho. A outra sugestão é a de que os profissionais da própria instituição sejam capacitados para lidar com esta problemática. A indicação desta pesquisa vai ao encontro desta sugestão, uma vez que o uso de drogas parece ser um dos problemas relevantes para estes jovens, relacionado à sua conduta infracional. Esta dificuldade deve ser tratada durante a internação do jovem. Sugere-se, para este tratamento, a abordagem cognitivo-comportamental, que é citada pela literatura como a mais eficiente na abordagem de adolescentes, tanto quimicamente dependentes, como autores de atos violentos (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1997; Garbarino, 1999; O'Connel & Patterson, 1999). Esta abordagem pode utilizar como recursos todos os aspectos cognitivos e emocionais saudáveis dos jovens e que foram destacados ao longo deste trabalho: estilo atribucional interno, estratégias de *coping* adaptativas, auto-estima alta e ausência de depressão.

Por outro lado, esta pesquisa indicou que não é efetivo “patologizar” o indivíduo e focalizar nele todas as estratégias de ação. Atendimentos centrados no indivíduo serão ineficazes se não se fizerem acompanhar de ações (não complementares, mas igualmente prioritárias) no âmbito da família e da comunidade de onde o jovem se originou. Comunidade aqui inclui todas as instituições, sociais, comunitárias, religiosas e ONGs nas quais o jovem pode transitar, bem como a escola e os ambientes de trabalho. Quando o jovem concluir sua

medida sócio-educativa é para estes contextos que ele retornará. Ao mesmo tempo em que é importante que ele se sinta capaz e disposto emocionalmente para atuar e modificar tais ambientes, estes, por sua vez, devem propiciar condições saudáveis de desenvolvimento. Como?

Weaver e Maddaleno (1999) e Garbarino (1999) sugerem que as comunidades devem limitar o acesso às armas de fogo, incrementar as oportunidades de emprego e educação e fomentar melhores relações entre seus moradores. Assis (1999) alerta para a necessidade de que todas as instituições que lidam com os jovens devem, a princípio, começar e repensar a sua atuação e o papel que representam na prevenção da infração juvenil. Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001) salientam a importância de se desenvolver programas ou projetos que preparem o jovem para o mercado de trabalho e o ajude a refletir sobre seu projeto de vida.

A família, seja qual for sua estrutura, não pode ficar sozinha e desamparada na sua tarefa de educar, monitorar e orientar seus filhos, principalmente quando estes são jovens, que tendem a tornar estas tarefas ainda mais complexas. Benetti (2002) salienta esta questão relativa à necessidade de se propor estratégias de cuidado não só aos indivíduos vulneráveis e em risco, mas também às famílias vulneráveis e fragilizadas pelas condições de vida adversas. Uma perspectiva de cuidado deve se contrapor a qualquer culpabilização da família pelos problemas de seus filhos. Lykken (1995) lembra que ninguém nasce sabendo ser pai ou mãe e que esta é uma das tarefas mais árduas da vida. Intervenções educativas com as famílias destes jovens, que as ajudem a construir formas de educar sem fazer uso de agressões e violências, podem ter um efeito muito benéfico. Sugere-se, também, que as instituições de atendimento ao jovem em conflito com a lei criem, ou desenvolvam projetos já existentes, em termos de acompanhamentos a egressos da instituição, ação esta que teria um impacto importante em termos de prevenção da reincidência. Estas instituições poderiam ajudar no sentido de instrumentalizar a família a lidar com o jovem, criando ou fortalecendo laços entre ela e os serviços e oportunidades oferecidas pela comunidade. Esta parceria seria importante tanto para o jovem que saiu do sistema de atendimento, como para seus eventuais irmãos, num caráter de prevenção à delinquência dos mesmos. Além disso, este acompanhamento forneceria dados empíricos importantes para que a instituição pudesse avaliar a eficácia de seu próprio atendimento e, a partir disso, propor ajustes necessários às suas estratégias de ação.

Cabe salientar, ainda, que qualquer abordagem ou iniciativa deve ter como foco, tanto os adolescentes que já ingressaram no sistema de atendimento por cometerem atos infracionais, como aqueles que ainda não o fizeram e que, com o apoio dos adultos, estarão protegidos desta experiência negativa. Somente na conjugação de esforços entre profissionais,

famílias, instituições de atendimento e comunidades, juntamente com o engajamento dos próprios jovens em projetos de mudança de vida pessoal, está o caminho para lidar com a juventude violenta. Somente assim pode-se tratar e prevenir a violência que tanto assusta a sociedade e maltrata os jovens.

Ao final deste trabalho cabe um recado : todos devem se lembrar, então, de que “eles”, os jovens infratores, não são um problema, não são loucos ou doentes e não são maus. Eles são um desafio, para si mesmos, suas famílias e comunidades e, acima de tudo, para todos nós.

REFERÊNCIAS

- Adams, J. & Adams, M. (1996). The association among negative life events, perceived problem solving alternatives, depression, and suicidal ideation in adolescent psychiatric patients. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 37, 715-720.
- Allison, K. W., Burton, L., Marshall, S., Perez-Febles, A., Yarrington, J., Kirsh, L. B. & Merriwether-DeVries, C. (1999). Life experiences among urban adolescents: Examining the role of context. *Child Development*, 70, 1017-1029.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV-TR*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Antoniazzi, A. S., Dell’Aglío, D. D. & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3, 273-294.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos em uma sociedade violenta*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Atwater, E. (1988). *Adolescence*. New Jersey: Prentice Hall.
- Aunola, K., Stattin, H., & Nurmi, J. (2000). Adolescent’s achievement strategies, school adjustment, and externalizing and internalizing problem behaviors. *Journal of Youth and Adolescence*, 29, 289-307.
- Báguena, M. J. & Díaz, A. (1991). Personality, sexual differences and juvenile delinquency. Structural analysis. *Analisis Y Modificación de Conduta*, 17, 427-437.
- Bandura, A. (1979). *Modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy*. New York: W. H. Freeman and Company.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, 52, 1-26.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F. & Emery, G. (1997). *Terapia cognitiva da depressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bednar, R. L. & Peterson, S. R. (1995). *Self-esteem. Paradoxes and innovations in clinical theory and practice*. Washington: American Psychological Association.
- Benetti, S. (2002, Setembro). Maus-tratos da criança: Uma abordagem preventiva. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. São Paulo, SP.
- Blascovich, J. & Tomaka, J. (1991). Measures of self-esteem. Em: J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Orgs.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 115-123). San Diego, Califórnia: Academic Press.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5, 71-93.

- Chaves, A. (1994). *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr Editora.
- Climaco, A. A. S. (1991). *Repensando as concepções de adolescência*. Dissertação de Mestrado Não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.
- Código Penal Brasileiro (2000). 2^a. edição. São Paulo: LTr.
- Compas, B. C. (1995). Promoting successful coping during adolescence. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people* (pp. 3-36). Londres: Cambridge University Press.
- Damasceno, M. N. (2001) Trajetórias da juventude: caminhos, encruzilhadas, sonhos e expectativas. Em M. N. Damasceno, K. S. P. Matos & J. G. Vasconcelos (Orgs.), *Trajetórias da juventude* (pp. 9-24). Fortaleza: LCR.
- De Bonis, D. (2001). Trabalho do adolescente: oportunidade x exploração. Em D. L. Levisky (Org.), *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção* (pp. 303-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dekovic, M. (1999). Risk and protective factors in the development of problem behavior during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 28, 667-685.
- Dela Coleta, J. A. (1982). *Atribuição de causalidade. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dela Coleta, J. A. & Godoy, S. A. (1986). Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso e reações emocionais: Pesquisas brasileiras com os modelos de Bernard Weiner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2, 145-156.
- Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de doutorado Não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Diekstra, R. F. W. (1995). Depression and suicidal behaviors in adolescence: sociocultural and time trends. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people* (pp.3-36). Londres: Cambridge University Press.
- Dimenstein, G. (1995). *A guerra dos meninos*. São Paulo: Brasiliense.
- Dishion, T. J. & Andrews, D. W. (1995). Preventing escalation in problem behaviors with high-risk young adolescents: immediate and 1-year outcomes. *Journal of Consulting and Clinical Psychological*, 63, 538-548.

- Dishion, T.J., McCord, J. & Poulin, F. (1999). When interventions harm. *American Psychologist*, 54, 755-764.
- Downey, D. B. (2001). Number of siblings and intellectual development. *American Psychologist*, 56, 497-504.
- Dubois, D. L. & Felner, R. D. (1999). O modelo quadripartido de competência social: teoria e aplicações da intervenção clínica. Em M. A. Reinecke, F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Terapia cognitiva com crianças e adolescentes* (pp. 105-125). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ebata, A. T., Petersen, A. C. & Conger, J. J. (1990). The development of psychopathology in adolescence. Em J. Rolf, A. Masten, D. Cicchetti, R. H. Nulchterlein & S. Weintraub (Orgs.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (pp. 308-333). Cambridge University Press.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n.º 8069/1990.
- Edwards, D. J. A. (1999). Pesquisa sobre estudo de caso: a pedra fundamental da teoria e da prática. Em M. A. Reinecke, F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Terapia cognitiva com crianças e adolescentes* (pp. 25-44). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Farrington, D. P. (1995). The challenge of teenage antisocial behavior. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people* (pp.3-36). Londres: Cambridge University Press.
- Feijó, M. C. C. (2001). *Raízes da violência: percepção dos adolescentes infratores e de seus irmãos não infratores quanto ao clima motivacional familiar*. Tese de Doutorado Não-publicada. Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: RJ.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir*. Petrópolis:Vozes.
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Assessoria de Planejamento e Pesquisa (1999). *Considerações sobre a história do atendimento à infância e à adolescência*. Texto de circulação interna. Porto Alegre: RS.
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (1999). Relatório estatístico sobre a população atendida no sistema FEBEM/RS durante o ano de 2001. Porto Alegre: RS.
- Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor (2002). Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul – PEMSEIS. Porto Alegre: RS.
- Galambos, N. L. & Leadbeater, B. J. (2000). Trends in adolescent research for the new millennium. *International Journal of Behavioral Development*, 24, 289-294.

- Garbarino, J. (1999). *Lost boys*. New York: The Free Press.
- Ge, X., Lorenz, F. O., Conger, R. D., Elder, G. H. & Simons, R. L. (1994). Trajectories of stressful life events and depressive symptoms during adolescence. *Developmental Psychology*, 30, 467-483.
- Giacomoni, C. H. (1998). *Desempenho acadêmico, controle percebido e eventos de vida como preditores do bem-estar subjetivo em crianças*. Dissertação de Mestrado Não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Glasgow, K. L., Dornbusch, S. M., Troyer, L., Steinberg, L. & Ritter, P. L. (1997). Parenting styles, adolescent's attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high schools. *Child Development*, 68, 507-529.
- Gomide, P. (1998). *Menor infrator: A caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá.
- Gouveia, V. V., Barbosa, G. A., Almeida, H. J. F. & Gaião, A. A. (1995). Inventário de depressão infantil – CDI: Estudo de adaptação com escolares de João Pessoa. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44, 345-349.
- Harter, S. (1998). The development of self-representations. Em W. Damon & N. Eisenberg (Orgs.), *Handbook of child psychology* (Vol.3, pp. 553-617). New York: John Wiley & Sons.
- Harvey, J. H., & Weary, G. (1984). Current issues in attribution theory and research. *Annual Review of Psychology*, 35, 427-459.
- Hawkins, J. D., Herrenkohl, T. I., Farrington, D. P., Brewer, D., Catalano, R. F., Harachi, T. W. & Cothorn, L. (2000). Predictors of youth violence. *Bulletin of Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*.
- Herman-Stahl, M. & Petersen, A. C. (1996). The protective role of coping and social resources for depressive symptoms among young adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 25, 733-753.
- Hutz, C. S. & Silva, D. F. M. (1999, Abril). *Shame and pride among delinquent and non-delinquent adolescents in Brazil*. Trabalho apresentado no “Biennial Meeting of Society Research in Child Development”. Albuquerque, New Mexico.
- Hutz, C. S. (2000). Adaptação brasileira da escala de auto-estima de Rosenberg. Manuscrito não-publicado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Hutz, C. S. & Silva, D. F. M. (2002a). Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção. Em C. Hutz (Org.), *Situações de risco e*

- vulnerabilidade na infância e adolescência – Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.151-185). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hutz, C. S. & Silva, D. F. M. (2002b). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação psicológica, 1*, 73-79.
- Jardim, M. (2000). Reconhecendo o ato infracional, especializando a contenção: uma contribuição para discussão do Projeto Sócio-educativo para jovens em conflito com a lei privados de liberdade no estado do Rio Grande do Sul. Manuscrito não publicado. Porto Alegre: RS
- Jonson-Reid, M. & Barth, R. P. (2000). From maltreatment report to juvenile incarceration: the role of child welfare services. *Child Abuse & Neglect, 24*, 505-520.
- Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist, 28*, 107-128.
- Klevens, J. & Roca, J. (1999). Nonviolent youth in a violent society: resilience and vulnerability in the country of Colombia. *Violence Victim, 14*, 311-322.
- Kovacs, M. (1980/1981). Rating scales to assess depression in school-aged children. *Acta Paedopsychiatry, 46*, 305-315.
- Kovacs, M. (1985). The Children's Depression Inventory (CDI). *Psychopharmacology Bulletin, 21*, 995-998.
- Lahey, B. B., Loeber, R., Hart, E. L., Frick, P. J., Applegate, B., Zhang, Q., Green, S. M. & Russo, M. F. (1995). Four-year longitudinal study of conduct disorder in boys: Patterns and predictors of persistence. *Journal of Abnormal Psychology, 104*, 83-93.
- Lazarus, R. S. (2001). Toward better research on stress and coping. *American Psychologist, 55*, 665-673.
- Lefcourt, H. M. (1976). Locus of control and the response to aversive events. *Canadian Psychological Review, 17*, 202-209.
- Lefcourt, H. M. (1991). Locus of control. Em J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Orgs.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 413-499). San Diego, Califórnia: Academic Press.
- Lefcourt, H. M., Martin, R. A. & Saleh, W.E. (1984). Locus of control and social support: Interactive moderators of stress. *Journal of Personality and Social Psychology, 47*, 378-389.
- Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin, 94*, 68-99.

- Loeber, R., Hart, E. L., Frick, P. J. & Applegate, B. (1995). Four-year longitudinal study of conduct disorder in boys: patterns and predictors of persistence. *Journal of Abnormal Psychology, 104*, 83-93.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (1994). Problems and solutions in longitudinal and experimental treatment studies of child psychopathology and delinquency. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62*, 887-900.
- Loeber, R. & Hay, D. (1997). Key issues in the developmental of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychological, 48*, 371-410.
- Loeber, R. & Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence. *American Psychologist, 53*, 242-259.
- Losoya, S., Eisenberg, N. & Fabes, R. A. (1998). Developmental issues in the study of coping. *International Journal of Behavioral Development, 22*, 287-313.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Macagnan da Silva, D. F. (1999). Estilo atribucional em adolescentes infratores e não-infratores. Dissertação de Mestrado Não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Manual da Bateria Cepa. (s.d.). Cepa: Rio de Janeiro.
- Masten, A. S. & Garnezy, N. (1985). Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. Em B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology*, (Vol.8, pp.1-53). New York: Plenum Press.
- Metalsky, G. I. & Abramson, L. Y. (1981). Attributional styles: Toward a framework for conceptualization and assessment. Em P. C. Kendall & S. D. Hollon (Orgs.), *Assessment strategies for cognitive-behavioral interventions*, (pp.13-58). New York: Academic Press.
- Merikangas, K. R. & Angst, J. (1995). The challenge of depressive disorders in adolescence. Em: M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people*, (pp. 3-36). Londres: Cambridge University Press.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (1998). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde, 4*, 513-531.
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F. (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública, v.14,1*. Retirado em 22/04/2002, do SciELO (Scientific Electronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (1999). É possível prevenir a violência? *Ciência e Saúde Coletiva, 4*, 7-32.

- Mussen, P. H., Conger, J., Kagan, J. & Huston, A. (1985). *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Harbra.
- Njaine, K., Souza, E. R., Minayo, M. C. S. & Assis, S. G. (1997). A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, 3. Retirado em 22/04/2002, do SciELO (Scientific Electronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>
- Noronha, A. P. P., Sbardelini, E. T. B. & Sartori, F. A. (2001). Análise da qualidade de testes de inteligência publicados no Brasil. *Psico-USF*, 2, 95-104.
- O'Connel, D. F. & Patterson, H. O. (1999). Manutenção da recuperação e prevenção da recaída de adolescentes quimicamente dependentes. Em M. A. Reinecke, F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Terapia cognitiva com crianças e adolescentes* (pp. 75-90). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oliveira, M. B. & Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, v.15, 4. Retirado em 13/09/2000, do SciELO (Scientific Electronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>
- Osório, L. C. (1992). *Adolescente Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Petersen, A. C. & Leffert, N. (1995). What is special about adolescence? Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people*, (pp.3-36). Londres: Cambridge University Press.
- Piccinini, C. A. (1988). O processo de atribuição causalidade: Problemas e perspectivas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 3, 49-59.
- Piccinini, C. A. (1989). Atribuição de causalidade em crianças: Alguns aspectos críticos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 57-69.
- Ptacek, J. T., Smith, R. E., Espe, K. & Raffety, B. (1994). Limited correspondence between daily coping reports and retrospective coping recall. *Psychological Assessment*, 6, 41-49.
- Robins, L. N. (1995). Sociocultural trends affecting the prevalence of adolescent problems. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people* (pp. 367-384). Londres: Cambridge University Press.
- Robinson, N. S., Garber, J. & Hilsman, R. (1994). Cognitions and stress: Direct and moderating effects on depressive versus externalizing symptoms during the junior high school transition. *Journal of Abnormal Psychology*, 104, 453-463.
- Rodgers, B. (1991). Models of stress, vulnerability and affective disorder. *Journal of Affective Disorders*, 21, 1-13.

- Rodrigues, A. (1982). Estilo atribucional e suas conseqüências. *Psico*, 23, 33-44.
- Rodrigues, A. (1984a). Atribuição de causalidade ao sucesso e ao fracasso como fator mediador de reação emocional e de expectativa de comportamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36,12-25.
- Rodrigues, A. (1984b). Atribuição da causalidade: Estudos brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36, 5-20.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ryan-Wenger, N. M. (1992). A taxonomy of children's coping strategies: A step toward theory development. *American Journal of Orthopsychiatry*, 62, 256-263.
- Salle, E., Segal, J. & Sukiennik, P. B. (1996). Transtornos Depressivos. Em P. B. Sukiennik (Org.), *O aluno problema - transtornos emocionais de crianças e adolescentes*, (pp. 339-362). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Saraiva, J. B., Koerner Júnior, R.& Volpi, M. (1997). *Adolescentes privados de liberdade. A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal*. São Paulo: Cortez.
- Saraiva, J. B. (1999). *Adolescente e ato infracional. Garantias processuais e medidas socioeducativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P. & Lopes, V. B. (2001) Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6, 27-32.
- Schuch, P. (2000). Estranhando o familiar: a importância de informações para o atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Manuscrito não publicado. Porto Alegre: RS
- Shaver, P. R. & Brennam, K. A. (1991). Measures of depression and loneliness. Em J. P. Robinson, P.R. Shaver & L. S. Wrihstsmann (Orgs.), *Measures of personality and social psychological attitudes*, (pp. 195-289). San Diego, Califórnia: Academic Press.
- Shahinfar, A., Kpersmidt, J. B. & Matza, L. S. (2001). The relation between exposure to violence and social information processing among incarcerated adolescents. *Journal of Abnormal Psychology*, 110, 136-141.
- Shirk, S. & Harter, S. (1999). Tratamento da baixa auto-estima. Em M. A. Reinecke, F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.), *Terapia cognitiva com crianças e adolescentes* (pp. 105-125). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Short, R. J. & Simeonsson, R. J. (1986). Social cognition and aggression in delinquent adolescent males. *Adolescence*, 81, 159-176.

- Silva, J. G., Lavorenti, W. & Genofre, F. (2001). *Leis penais especiais anotadas*. Campinas: Millennium.
- Smith, D. J. (1995). Towards explaining patterns and trends in youth crime. Em M. Rutter (Org.), *Psychosocial disturbances in young people* (pp. 166-211). Londres: Cambridge University Press.
- Soares, L. E. (1993). Criminalidade urbana e violência: O Rio de Janeiro no contexto internacional. Em *Criminalidade e violência: o Rio de Janeiro e o contexto internacional*. Série Textos de Pesquisa, ISER, Rio de Janeiro.
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. Boston: McGraw-Hill.
- Steinberg, L. & Avenevoli, S. (2000). The role of context in the development of psychopathology: A conceptual framework and some speculative propositions. *Child Development*, 71, 66-74.
- Tate, D. C., Reppucci, N. D. & Mulvey, E. P. (1995). Violent juvenile delinquents. *American Psychologist*, 50, 777-781.
- Tremblay, R. E. (2000). The development of aggressive behavior during childhood: what have we learned in the past century? *International Journal of Behavioral Development*, 24, 129-141.
- Waiselfisz, J. (1998). *Mapa da violência: Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Weaver, K. & Maddaleno, M. (1999). Youth violence in Latin America: current situation and violence prevention. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 5, 338-343.
- Weiner, B. (1985). *Human motivation*. New York: Springer.
- Weiner, B. (1990). Attribution in personality psychology. Em L. A. Pervin (Org.), *Handbook of personality. Theory and research* (pp. 465-485). New York: Guilford Press.
- Worchel, S., Cooper, J. & Goethals, G. R. (1990). *Understanding social psychology*. Pacific Grove: Brooks/Cole.
- Zaffaroni, E. R. & Pierangeli, J. H. (1997). *Manual de direito penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO DA ENTREVISTA DO ESTUDO I

1. Relatar algum evento ou experiência boa que aconteceu em sua vida ultimamente.
2. Explicar a que causa ele atribui a ocorrência deste evento bom.
3. Relatar algum evento ou experiência ruim que aconteceu em sua vida ultimamente.
4. Explicar a que causa ele atribui a ocorrência deste evento ruim.
5. Explicar o que fez quando este evento aconteceu.

ANEXO B

PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO DO ADOLESCENTE DO ESTUDO I

Nome do Adolescente:

Data da coleta da informação:

Nome do Adolescente	T1	S1	T2	S2	T3	S3	T4	S4	T5	S5	T6	S6	TT

Trajatória 1 (T1): ingresso do adolescente no sistema de atendimento até o momento do primeiro contato realizado em 1999/2

Trajatória 2 (T2): 1999/2 até 2000/1: 2º contato

Trajatória 3 (T3): 2000/1 até 2000/2 : 3º contato

Trajatória 4 (T4): 2000/2 até 2001/1: 4º contato

Trajatória 5 (T5): 2001/1 até 2001/2 : 5º contato

Trajatória 6 (T6):2001/2 até 2002/1: 6º contato

Trajatória Total (TT): média das trajetórias parciais.

S1, S2, S3, S4, S5 e S6: situação na qual se encontrava o adolescente a cada contato semestral: cumprindo medida, fugado ou liberado.

EXEMPLOS DE PROTOCOLOS DE DOIS ADOLESCENTES AO FINAL DA PESQUISA

Nome do Adolescente	T1	S1(out/99)	T2	S2	T3	S3	T4
José da Silva ⁵	Permanência	Semiliberdade	Permanência	Desligado	Escalada	Internado	Permanência
	S4	T5	S5	T6	S6	TT	
	Internado	Permanência	Internado	Permanência	Internado	Permanência	

Nome do Adolescente	T1	S1(out/99)	T2	S2	T3	S3	T4
Luis Nascimento ⁶	Única	Internado	Permanência	L. A.	Desistência	Desligado	Desistência
	S4	T5	S5	T6	S6	TT	
	Desligado	Desistência	Desligado	Desistência	Desligado	Desistência	

⁵ Nome fictício

⁶ Nome fictício

ANEXO C
ESCALA DE DEPRESSÃO – CDI

Nome: _____

Sexo: () M () F Idade: _____ anos

Por favor, responda aos itens assinalando com um “X” a opção que você julga ser a mais apropriada. Nenhuma opção é certa ou errada. Depende realmente de como você se sente, do que você realmente acha.

Veja o seguinte exemplo:

- 00 - () Eu sempre vou ao cinema
 () Eu vou ao cinema de vez em quando
 () Eu nunca vou ao cinema

Se você vai muito ao cinema, deve marcar com um “X” a primeira alternativa. Se você vai ao cinema de vez em quando, deve marcar a segunda alternativa. Se é muito raro você ir ao cinema, marque a terceira alternativa. Marque só uma alternativa em cada questão.

Se você tem alguma dúvida, pergunte agora. Caso contrário, vire a página e comece a responder.

Seja sincero(a) nas suas respostas e não deixe nenhuma questão em branco!

- 01 - Eu fico triste de vez em quando
 Eu fico triste muitas vezes
 Eu estou sempre triste
- 02 - Para mim tudo se resolverá bem
 Eu não tenho certeza se as coisas darão certo para mim
 Nada vai dar certo para mim
- 03 - Eu faço bem a maioria das coisas
 Eu faço errado a maioria das coisas
 Eu faço tudo errado
- 04 - Eu me divirto com muitas coisas
 Eu me divirto com algumas coisas
 Nada é divertido para mim
- 05 - Eu sou mau (má) de vez em quando
 Eu sou mau (má) com frequência
 Eu sou sempre mau (má)
- 06 - De vez em quando eu penso que coisas ruins vão me acontecer
 Eu temo que coisas ruins me aconteçam
 Eu tenho certeza que coisas terríveis me acontecerão
- 07 - Eu gosto de mim mesmo
 Eu não gosto muito de mim
 Eu me odeio
- 08 - Normalmente, eu não me sinto culpado pelas coisas ruins que acontecem
 Muitas coisas ruins que acontecem são por minha culpa
 Tudo de mau que acontece é por minha culpa
- 09 - Eu não penso em me matar
 Eu penso em me matar

- Eu quero me matar
- 10 - Eu sinto vontade de chorar de vez em quando
 Eu sinto vontade de chorar freqüentemente
 Eu sinto vontade de chorar diariamente
- 11 - Eu me sinto preocupado de vez em quando
 Eu me sinto preocupado freqüentemente
 Eu me sinto sempre preocupado
- 12 - Eu gosto de estar com pessoas
 Freqüentemente, eu não gosto de estar com pessoas
 Eu não gosto de estar com pessoas
- 13 - Eu tomo decisões facilmente
 É difícil para mim tomar decisões
 Eu não consigo tomar decisões
- 14 - Eu tenho boa aparência
 Minha aparência tem alguns aspectos negativos
 Eu sou feio (feia)
- 15 - Fazer os deveres de casa não é um grande problema para mim
 Com freqüência eu tenho que ser pressionado para fazer os deveres de casa
 Eu tenho que me obrigar a fazer os deveres de casa
- 16 - Eu durmo bem à noite
 Eu tenho dificuldade para dormir algumas noites
 Eu tenho sempre dificuldades para dormir à noite
- 17 - Eu me canso de vez em quando
 Eu me canso freqüentemente
 Eu estou sempre cansado

- 18 - Eu como bem
 Alguns dias eu não tenho vontade de comer
 Quase sempre eu não tenho vontade de comer
- 19 - Eu não temo sentir dor nem adoecer
 Eu temo sentir dor e ficar doente
 Eu estou sempre temeroso de sentir dor e ficar doente
- 20 - Eu não me sinto sozinho (sozinha)
 Eu me sinto sozinho (a) muitas vezes
 Eu sempre me sinto sozinho (sozinha)
- 21 - Eu me divirto na escola freqüentemente
 Eu me divirto na escola de vez em quando
 Eu nunca me divirto na escola
- 22 - Eu tenho muitos amigos
 Eu tenho muitos amigos e gostaria de ter mais
 Eu não tenho amigos
- 23 - Meus trabalhos escolares são bons
 Meus trabalhos escolares não são tão bons como eram antes
 Eu tenho me saído mal em matérias em que costumava ser bom (boa)
- 24 - Sou tão bom quanto outras crianças
 Se eu quiser, posso ser tão bom quanto outras crianças
 Não posso ser tão bom quanto outras crianças
- 25 - Eu tenho certeza que sou amado(a) por alguém
 Eu não tenho certeza se alguém me ama
 Ninguém gosta de mim realmente
- 26 - Eu sempre faço o que me mandam
 Eu não faço o que me mandam com freqüência

Eu nunca faço o que me mandam

27 - Eu não me envolvo em brigas

Eu me envolvo em brigas com frequência

Eu estou sempre me envolvendo em briga

ANEXO D**ESCALA DE AUTO-ESTIMA DE ROSENBERG**

Por favor, responda aos itens assinalando com um “X” a opção que você julga ser a mais apropriada. Nenhuma opção é certa ou errada. Depende realmente de como você se sente, do que você realmente acha.

1 - Eu acho que eu tenho tanto valor quanto as outras pessoas.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

2 - Eu acho que eu tenho muitas qualidades boas.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

3 - Levando tudo em conta, eu acho que eu sou um fracasso.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

4 - Eu acho que sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

5 - Eu tenho motivos para me orgulhar na vida.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

6 - Eu gosto de mim; do jeito que eu sou.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

7 - Em geral, eu estou satisfeito comigo mesmo.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

8 - Eu queria ter mais respeito por mim mesmo.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

9 - Às vezes eu acho que eu sou um inútil.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

10 - Às vezes eu acho que eu não presto para nada.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

11 - Eu sinto vergonha de ser do jeito que eu sou.

Concordo Totalmente Concordo Discordo Discordo Totalmente

ANEXO E

CRONOGRAMA DO ESTUDO

Trajatória 1 (T1): ingresso do adolescente no sistema de atendimento até o momento do primeiro contato realizado em 1999/2

Segundo semestre de 1999: primeiro contato com os jovens participantes do estudo, realização das entrevistas e da aplicação das escalas.

Trajatória 2 (T2): 1999/2 até 2000/1: 2º contato

Trajatória 3 (T3): 2000/1 até 2000/2 : 3º contato

Trajatória 4 (T4): 2000/2 até 2001/1: 4º contato

Trajatória 5 (T5): 2001/1 até 2001/2 : 5º contato

Trajatória 6 (T6):2001/2 até 2002/1: 6º contato

Primeiro semestre de 2002: reaplicação das escalas com os adolescentes que permaneciam cumprindo medida privativa de liberdade.

Trajatória Total (TT): média das trajetórias parciais.

ANEXO F**AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Porto Alegre, 20 de outubro de 1999

Ao: Diretor de Medidas Sócio-Educativas com vistas aos Diretores do IJM, IPC, ICS, CJA e CJPOA

Da: Assessoria de Planejamento e Pesquisa – FEBEM –RS

Vimos por meio desta solicitar a esta Direção que autorize a pesquisadora Débora Frizzo Macagnan da Silva, doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS, para que, dando continuidade à sua tese de doutorado, tenha acesso aos prontuários, entreviste os jovens e realize demais atividades concernentes ao seu estudo nas seguintes unidades: IJM, IPC, ICS, CJA e CJPOA.

Lembramos que a pesquisadora desenvolveu no ano de 1998 a pesquisa “Estilo Atribucional em Adolescentes Infratores e Não-Infratores” nas dependências do IJM, culminando em sua tese de mestrado com o mesmo título. Esta dissertação encontra-se no acervo da Assessoria de Planejamento e Pesquisa. Além disto, a pesquisadora participa do Fórum de Pesquisadores, coordenado pela Aspp, quando mensalmente encontram-se os pesquisadores que atualmente desenvolvem estudos nas dependências da Fundação ou que tenham como objeto temas relativos às políticas de atenção à infância e juventude.

Considerando a valiosa contribuição que as instituições de produção de conhecimento podem oferecer à tomada de decisões no cotidiano institucional, contamos com a sua colaboração,

Assessoria de Planejamento e Pesquisa